



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Giovanna Lucio Monteiro

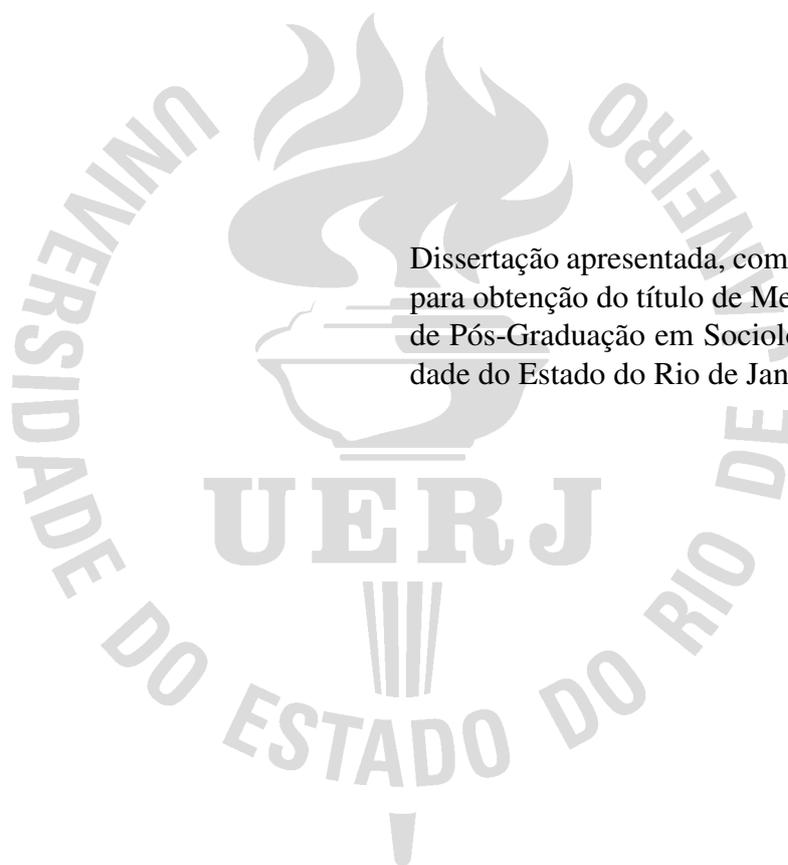
**A guerra que tem rosto de mulher: a rotinização da violência a partir das
infraestruturas na Cisjordânia Palestina**

Rio de Janeiro

2022

Giovanna Lucio Monteiro

A guerra que tem rosto de mulher: a rotinização da violência a partir das infraestruturas na Cisjordânia Palestina



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof^a. Dra. Palloma Valle Menezes
Coorientadora: Prof^a. Dra. Simone da Silva Ribeiro Gomes

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D – IESP

M775 Monteiro, Giovanna Lucio.
A guerra que tem rosto de mulher: a rotinização da violência a partir das infraestruturas na Cisjordânia Palestina / Giovanna Lucio Monteiro. – 2022.
134f.: il.

Orientadora: Palloma Valle Menezes.
Coorientadora: Simone da Silva Ribeiro Gomes.
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Violência contra a mulher – Palestina – Teses. 2. Planejamento urbano- Teses. 3. Mulheres – Teses. 4. Gênero – Teses. I. Menezes, Palloma Valle. III. Gomes, Simone da Silva Ribeiro. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. IV. Título.

CDU 396(394)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Giovanna Monteiro

A guerra que tem rosto de mulher: a rotinização da violência a partir das infraestruturas na Cisjordânia Palestina

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 09 de dezembro de 2022.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Palloma Valle Menezes (Orientadora)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof^a. Dra. Simone da Silva Ribeiro Gomes (Coorientadora)
Universidade Federal de Pelotas

Dra. Camila Pierobon
San Diego State University

Prof^a Dra. Mariana Cavalcanti
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Rio de Janeiro

2022

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho à algumas mulheres. À minha mãe, irmã e avó por terem me transformado na mulher que eu sou hoje. À minha companheira pelo amor e parceria intelectual e de vida que construíram esse trabalho. Mas, principalmente, dedico essa pesquisa a Saara, Lilah e Hana, e a todas as mulheres palestinas cuja luta me inspira todos os dias.

AGRADECIMENTOS

Toda a minha trajetória pessoal e acadêmica é atravessada por mulheres fortes e que me ensinaram a me colocar nesse mundo, esse trabalho é muito mais delas do que meu e à elas é dedicado. Nesse sentido, gostaria de começar agradecendo aqui, de forma geral, às mulheres que passaram em minha vida nesses últimos anos: amigas, colegas, familiares, namorada, professoras e interlocutoras, vocês são todas grandes inspirações.

À Oxum e Xangô agradeço pela proteção e por sempre abrirem meus caminhos. Agradeço também pela sensibilidade e o senso de justiça que me permitiram seguir esse trabalho. Sou grata a todos os meus guias e orixás que me ajudaram por toda vida, mas principalmente nos últimos dois anos, a seguir os melhores caminhos.

Ao povo palestino, principalmente às mulheres palestinas, por me mostrarem uma capacidade de resistência cotidiana completamente excepcional. Vocês inspiram todo esse trabalho e minha trajetória acadêmica e militante. Agradeço em especial Saara, Lilah e Hana por abrirem parte da sua vida pra que eu escutasse.

À Palloma Valle Menezes e Simone Ribeiro Gomes agradeço pela orientação que vai muito além dessas páginas. O acolhimento pessoal e intelectual que senti vindo de vocês tornou o processo intenso de pesquisa e escrita da dissertação muito mais tranquilo. Agradeço por todos os conselhos e pela abertura para seguir a pesquisa conforme ela foi se modificando, mais ainda por me incentivarem a continuar sempre. Agradeço à Palloma pelas reuniões semanais e por acreditar profundamente na minha pesquisa ao longo desse tempo, seu apoio me ensinou uma nova forma de fazer pesquisa e de acreditar na Academia, e por isso vou ser sempre grata. À Simone, agradeço por sempre ouvir meus longos áudios e topar essa co-orientação à distância. Aproveito para agradecer também à Tetê e ao Caetaninho por fazerem de uma forma ou de outra parte desse processo e emprestarem as mãos um pouquinho pra mim.

À Ana Clara, Thaís, Marcelo, Kharine, Gustavo, Jéssica e Mina agradeço por todas as leituras ao longo desse último ano e por sempre me ajudarem ao longo desse processo de pesquisa. Em especial Thaís, Marcelo e Ana, obrigada pelos dois anos de parceria com o nosso Bonde da Palloma e por sempre serem pacientes com a amiga virginiana de vocês.

À Mariana Cavalcanti agradeço por todos os conselhos, conversas e cervejas do último ano. Agradeço em conjunto à Maria Raquel pela disciplina Água do Caju que se infiltrou na minha vida e mudou completamente a minha pesquisa.

À Giovana Esther Zucatto, por todos os conselhos, parcerias acadêmicas e pela amizade. Tua orientação desde a graduação me lembra da beleza do feminismo e da força das mulheres. À Marília Closs, Vitória González e Hellen Oliveira pelas inúmeras revisões, dicas, conversas e conselhos que transbordam esse trabalho e fazem parte de toda a minha trajetória no IESP. À Lara Sartorio agradeço pelos contatos que me ajudaram imensamente nas entrevistas.

Ao grupo CASA agradeço pelas reuniões quinzenais e por me apresentarem para uma

internacionalista o campo da Sociologia Urbana da melhor forma possível. Ao Observatório Feminista de Relações Internacionais e todas as suas participantes agradeço sempre pelo avançado debate sobre gênero e teoria feminista que perpassam toda a minha formação como internacionalista e agora como socióloga. Ao NETSAL agradeço por me ensinar a alegria e a felicidade de acompanhar a conjuntura latino-americana mesmo com suas grandes reviravoltas. Agradeço ainda pela oportunidade de publicar no OMSAL, com o qual aprendi muitíssimo. Ao OPSA, à Marianna Albuquerque e à professora Maria Regina Soares de Lima agradeço por terem acreditado em mim na edição do Conjuntura Latitude Sul mesmo ainda no mestrado e pela oportunidade de ter sido assistente de pesquisa desse grupo que sempre me inspirou muito.

À toda turma de mestrado ingressante em 2021 agradeço por terem tornado um mestrado perpassado pela pandemia uma experiência maravilhosa. Obrigada por todos os bares - do online ao presencial -, festa junina e por todos os cafézinhos no pátio. Eu não pediria outra turma e acho que mesmo que pedisse nenhuma seria melhor que vocês. Agradeço em especial a Carolzinha e Kizzy por serem uma companhia incrível dentro e fora do IESP. Ao Mateus Pestana agradeço imensamente pela ajuda e a paciência ao me ensinar a escrever em linguagem LaTeX. Obrigada por estar sempre disposto a ajudar todo mundo, por mostrar uma Academia sempre coletiva e pelas conversas incríveis.

À minha família agradeço profundamente por todo apoio emocional e logístico que foi necessário durante o primeiro ano desse mestrado em meio à pandemia. Agradeço à minha mãe, por ter sido ao longo de toda a minha vida minha principal apoiadora e a pessoa que mais acreditou em mim. Obrigada por todas as vezes que você sentou pra estudar comigo quando eu era pequena depois de um dia de trabalho e por ter me ensinado com o isso o valor e a importância do estudo. Obrigada pelo suporte em todos os níveis nos últimos dois anos e por nunca me deixar desistir. Não existem agradecimentos suficientes para contemplar como eu sou grata a ti mãe, não teria escrito uma página desse texto se não fosse por você. À minha irmã Sophie obrigada por todas as vezes que você me fez rir e me obrigou a parar de estudar pra ver filme com você. Obrigada por ser um respiro leve em meio à seriedade que os últimos dois anos exigiram de mim. À minha avó Suely agradeço por toda a paciência e a preocupação sempre. Vó, obrigada por sempre se preocupar em fazer as comidas que eu gosto enquanto eu estava estudando e por compartilhar comigo o amor pela literatura. Ao meu avô Zélio, por ter tornado sentar na máquina de escrever sempre uma grande brincadeira e por ter me ensinado que as maiores fontes de sabedoria não vem com um diploma. Ao meu padrasto Carlos agradeço por sempre tornar nossos dias mais leves durante a pandemia e por sempre me apoiar e vibrar comigo nas minhas conquistas. Agradeço também ao Marcelo pelo apoio e o abraço acolhedor e à minha irmã Marcella pela atenção e o carinho sempre. Ao longo desses dois anos também ganhei de presente uma família estendida com o meu quase-casamento, e agradeço à Patrícia, Lais, Robinho, Malu, Matheus, Matteo e Rafa por todos os dias maravilhosos que tivemos em Magé e no Rio.

Às minhas melhores amigas Giovanna, Luiza, Beatriz, Mariana e Tainá agradeço pelos

dez anos de amizade que, entre idas e vindas, me fizeram a pessoa que eu sou hoje. Vocês não tem noção da importância que vocês tem na minha vida e o quanto termos nos reconectado ao longo dos últimos anos foi importante pra mim. Peço desculpas por todos os sumiços ao longo do último ano que tem como culpado esse documento final e agradeço à vocês pela paciência de sempre. Amo vocês demais, obrigada por tudo, sempre.

À Ana Clara Macedo por dividir comigo a vida e meus pensamentos ao longo dessa trajetória. Essa pesquisa é uma antes e outra depois de você. Obrigada por todas as conversas, por me ouvir e me ajudar sempre, por cuidar de mim e da nossa casa enquanto eu precisava escrever. Obrigada ainda por ser minha base emocional e a maior parceira intelectual que eu tenho a enorme sorte de ter. Os inúmeros insights que tive durante nossas conversas e nossosinhos perpassam as páginas desse trabalho. Agradeço à Pagu, nossa cachorrinha, por ter me feito companhia ao longo dos últimos meses e ter me levado a sair de casa pelo menos para passear com ela. A companhia e a alegria que ela trouxe à nossa família tornaram nossos dias muito melhores.

Em seu livro chamado "Um Quarto só seu", Virginia Wolf diz que toda mulher precisa de um quarto só seu e de uma quantia mensal de dinheiro para que consiga escrever. Mesmo em meio da conjuntura que vivemos, a minha escrita foi possibilitada pelo financiamento da educação pública. Esse trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) durante o primeiro ano e meio, e tive a honra de ser escolhida como bolsista FAPERJ Nota 10 ao longo dos últimos seis meses de mestrado. A verba destinada à mim por esses dois programas permitiu que o presente trabalho fosse realizado mesmo em meio à situações adversas. Nesse sentido, agradeço também ao IESP-UERJ por todo profundo apoio ao longo desses últimos anos. Esse agradecimento se estende à direção, professores, técnicos e terceirizados que trabalham continuamente para que a nossa experiência acadêmica seja a melhor possível. Agradeço também à UERJ por ser uma universidade de grande resistência nos tempos que vivemos ultimamente.

a história das vidas emaranhadas na violência é parte da história da nação.

Veena Das

RESUMO

MONTEIRO, Giovanna Lucio. *A guerra que tem rosto de mulher: a rotinização da violência a partir das infraestruturas na Cisjordânia Palestina*. 2022. 134 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Essa dissertação analisa a rotinização da violência na vida de mulheres palestinas a partir da ocupação israelense de 1967. O objetivo é compreender como a violência deixa de ser percebida como anômica e passa a fazer parte da vida cotidiana, destrinchando a maneira como as infraestruturas urbanas, principalmente de abastecimento de água e de mobilidade no território, são transformadas em instrumentos de guerra. Com base em perspectivas da antropologia das infraestruturas, que compreendem a relação entre o material e as implicações sociais que ele produz, em conjunto com o debate sobre rotinização da violência é possível perceber que o conflito dissolve a sua exceção em infraestruturas. Argumento que a relação entre violência rotinizada e infraestruturas só poderia ser observadas como algo central na questão palestina a partir da fala de mulheres. Isso porque essa forma de violência tem a sua invisibilidade como um princípio, ela é escondida, entremeada em canos, redes de esgoto, elétrica, rodovias e postos de controle. Em sua grande maioria, essa violência faz parte do ambiente doméstico, não é espetacular, não chama atenção da mídia e é muitas vezes percebida como um problema relacionado à pobreza e não necessariamente à guerra. Nesse sentido, a partir de uma perspectiva generificada das infraestruturas é possível observar violências que são construídas para não serem vistas e para desmobilizar todo um grupo social. Assim, usufruo do diálogo com três palestinas que foram entrevistadas via videoconferência ou aplicativo de mensagem durante a pandemia de covid-19. Suas percepções de violência nos levam aos debates sobre violências, infraestruturas e mobilidades que constituem os capítulos deste trabalho, e que nos ajudam a observar a forma como a ocupação israelense se baseia na construção de infraestruturas de controle em diferentes níveis, que incorporam em si uma violência lenta e invisível. Assim, há uma tentativa de perpetuação da guerra por uma violência infraestrutural, que dilui o estado de exceção na vida cotidiana e anexa o corpo das mulheres em seu processo que concomitantemente reproduz a vida e incorpora a violência.

Palavras-chave: violência; infraestruturas urbana; gênero; Palestina.

ABSTRACT

MONTEIRO, Giovanna Lucio. *The women's face of the war: the routinization of violence from the infrastructures in the Palestinian West Bank*. 2022. 134 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

This dissertation analyses the routinization of violence in the lives of Palestinian women in face of the Israeli occupation of 1967. The objective is to understand how violence is no longer perceived as anomic and becomes part of everyday life, unraveling the way in which urban infrastructures, mainly for water supply and mobility in the territory, are transformed into instruments of war. Based on the perspectives of the anthropology of infrastructures, which understand the relationship between the material and the social implications it produces, together with the debate on violence rotinization, it is possible to perceive that the conflict dissolves its exception in infrastructures. I argue that the relationship between routinized violence and infrastructure could only be seen as something central in the Palestinian issue from the point of view of women. This is because this form of violence has its invisibility as a principle, it is hidden, interspersed in pipes, sewage networks, electricity, highways and checkpoints. For the most part, this violence is part of the domestic environment, is not spectacular, does not attract media attention and is often perceived as a problem related to poverty and not necessarily war. In this sense, from a gendered perspective of infrastructure, it is possible to observe violence that is built not to be seen and to demobilize an entire social group. Thus, I employ the dialogue with three Palestinian women who were interviewed during videoconferences or messaging apps during the COVID-19 pandemic. Their perceptions of violence lead us to the debates on violence, infrastructure and mobilities that constitute the chapters of this work, and that help us to observe the way in which the Israeli occupation is based on the construction of control infrastructures at different levels, which embody a slow and invisible violence. Thus, there is an attempt to perpetuate the war through infrastructural violence, which dilutes the state of exception in everyday life and annexes the women's body in its process that simultaneously reproduces life and incorporates violence.

Keywords: violence; infrastructure; gender studies; Palestine.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura	1 - Violência nos TPO	38
Figura	2 - Fronteiras pré-1967 - linha verde	46
Figura	3 - Divisão da ocupação da Cisjordânia nos Acordos de Oslo	48
Figura	4 - Mapa da ocupação da Cisjordânia em 2020	50
Figura	5 - Estrutura do Muro da Cisjordânia - <i>wall section</i>	67
Figura	6 - Estrutura do Muro da Cisjordânia - <i>fence section</i>	67
Figura	7 - Graffiti no Muro	69
Figura	8 - <i>Jumping point</i> em Abu Adis	71
Figura	9 - Trabalhadores se penduram na estrutura gradeada do checkpoint 300, em Belém, para entrar em Jerusalém	74
Figura	10 - Mohammed, palestino de 88 anos, espera o <i>checkpoint</i> diminuir as filas para ir trabalhar no Mercado em Jerusalém	76
Figura	11 - Carteiras de identidade palestinas	79
Figura	12 - Paisagens comparadas do assentamento de Har Homa (1) e um bairro residencial palestino na Cisjordânia (2)	86
Figura	13 - Fontes de água na região da Palestina	89
Figura	14 - Relação entre a quantidade máxima de extração sustentável na Cisjordânia em 2012 e a alocação de água do Aquífero da Montanha nos Acordos de Oslo II	91
Figura	15 - Organização do setor de águas na Cisjordânia	95
Figura	16 - Poço de armazenamento das chuvas na Cisjordânia	96
Figura	17 - Estratégias dos palestinos para acesso à água	97
Figura	18 - Tanques de água fria	100
Figura	19 - Tanques de água quente	100
Figura	20 - Linha do tempo Palestina	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IDF	<i>Israeli Defence Forces</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
TPO	Territórios Palestinos Ocupados
FPLP	Frente Popular para Libertação da Palestina
OLP	Organização para Libertação da Palestina
AP	Autoridade Palestina
JWC	<i>Joint Water Committee</i>
PCBS	<i>Palestinian Central Bureau of Statistics</i>
ANM	<i>Arabic National Movement</i>
OMS	Organização Mundial da Saúde
lpcd	litros <i>per capita</i> por dia
MCM	Milhões de metros cúbicos
WBWD	<i>West Bank Water Department</i>
NWC	<i>National Water Council</i>
PWA	<i>Palestinian Water Authority</i>
MOA	<i>Ministry of Agriculture</i>
MOLG	<i>Ministry of Local Governance</i>
JWU	<i>Jerusalem Water Undertaking</i>
WSSA	<i>Water Supply and Sewage Authority</i>
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
PCRS	Sociedade do Crescente Vermelho Palestino
NIS	Novo Shekel Israelense
CIJ	Corte Internacional de Justiça
ICA	<i>Israeli Civil Administration Authority</i>
PLO	<i>Palestinian Liaison Office</i>

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	A COZINHA DA PESQUISA: DILEMAS E CAMINHOS DE UM CAMPO PANDÊMICO	23
1.1	Mulheres e a violência rotinizada	32
2	ELAS TÃO EM CASA, TEM TIROTEIO ALI E PRA ELAS É NATURAL, PORQUE O QUE ELAS VÃO FAZER? ELAS ESTÃO APREN- DENDO A VIVER COM ISSO...	39
2.1	O estado de exceção e a violência do Evento	40
2.2	A ocupação da Cisjordânia e a incorporação da violência no cotidiano	44
2.2.1	<u>Cisjordânia</u>	47
2.2.2	<u>Violência infraestrutural rotinizada na ocupação</u>	51
2.2.3	<u>Incorporação da violência no cotidiano</u>	57
3	A GENTE PASSA JÁ COM OS DOCUMENTOS NA MÃO PARA NÃO CORRER O RISCO DE SER MORTO ALI NESSE CHECKPOINT	63
3.1	Uma prisão a céu aberto	64
3.1.1	<u>O Muro da Vergonha</u>	66
3.1.1.1	O cerco	68
3.1.2	<u>Um patchwork de barreiras</u>	72
3.1.3	<u>Muros de papel</u>	78
3.2	O gênero e a construção da rotina a partir da imprevisibilidade	81
4	A GENTE SÓ RECEBE ÁGUA UMA VEZ POR SEMANA POR ALGU- MAS POUCAS HORAS, TÁ?	85
4.1	Fontes de água e de controle	88
4.1.1	<u>As fontes de água potável</u>	88
4.1.2	<u>A ocupação e o controle da distribuição</u>	91
4.2	A rotina em função da água	96
4.2.1	<u>A busca pela água</u>	98
4.2.2	<u>A destruição da rede de água</u>	105
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
	REFERÊNCIAS	110
	ANEXO A - Tabela de Checkpoints na Cisjordânia.	116
	ANEXO B - Linha do tempo	134

INTRODUÇÃO

Imagine acordar hoje nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO). Você está sob governo palestino, mas sabe que, na prática, ainda está sob controle de Israel. Você levanta, toma um café e enquanto se arruma para trabalhar escuta o barulho da água que somente uma vez na semana jorra pelos canos. Mudança de planos. Você liga para o trabalho e diz que não pode ir hoje porque a água chegou. Sem aviso, mais uma vez. Você agradece por trabalhar com turismo em uma ONG, a sua amiga que trabalhava em uma empresa israelense foi demitida por conta das faltas que tinha. Todas culpa da água. Ou dos atrasos nos *checkpoints*. Você então vai encher os baldes e os tanques. Enquanto sobe no telhado da casa para encher o tanque, você consegue ver o assentamento israelense onde antes era uma fazenda de ovelhas de um senhorzinho palestino. Seu pai até conhecia ele, fugiram juntos durante a guerra de 1948. No assentamento, nenhuma caixa d'água à vista. Isso porque eles recebem água em fluxo contínuo, você fica se perguntando se alguém ali já perdeu o emprego por causa da água.

Você passa o dia em função daquela água. Até que no final da tarde, decide ir ao banco pagar as contas da casa. A conta de água é da empresa israelense *Mekorot*, única que fornece água por ali, decidido em Oslo. Você fica com raiva quando olha a conta e lembra do seu dia. Enquanto caminha para o banco, você escuta o som dos drones das Forças de Defesa de Israel (IDF). Eles controlam o espaço aéreo, o som já se tornou familiar. Antigamente o banco ficava do outro lado da sua rua, era uma caminhada de 5 minutos. Desde que o muro foi erguido e os *checkpoints* colocados a vida se tornou bem mais difícil. Você anda cerca de 20 minutos até chegar no *checkpoint* que precisa passar para chegar no banco. A fila está grande para passar, eles devem estar implicando mais que o normal hoje. Você espera já com os documentos em mãos, quando chega a sua vez os mostra, sem fazer movimentos bruscos, e diz aonde está indo. Eles pedem para você tirar o véu e você diz que não pode tirar na frente de um homem. Eles chamam uma soldada e ela arranca o véu da sua cabeça. Rindo. Te liberam e você passa. Da sua casa até o banco tem menos de 500m, mas o *checkpoint* torna tudo mais demorado. No banco você paga a conta, agora com ainda mais raiva, e volta para casa. De novo pelo *checkpoint*. Chega em casa e sua família já chegou. Seu marido conta que chegou atrasado no trabalho porque fecharam o acesso de uma rodovia para as pessoas palestinas¹, ele teve que dar a volta. Sua filha conta que vai ter que ir de carro até a Jordânia para poder ir para a Inglaterra. Ela conseguiu uma bolsa de estudos para fazer seu mestrado em literatura, mas seu passaporte é palestino então ela não pode sair pelo aeroporto de Tel Aviv, que é mais perto. Vão ser 4 dias de viagem e muito mais caro do que esperava. Ela diz que não sabe se vai conseguir ir. Você vai

¹ Ao longo da dissertação faço um esforço para não utilizar o masculino como regra geral, por conta disso, utilizo pessoas palestinas em diferentes momentos.

deitar e lembra de tudo que aconteceu naquele dia. Nenhuma arma apontada para você, várias violências.

Esse poderia ser o dia de qualquer mulher palestina. Porém é a mistura de vários relatos que ouvi ao longo dessa pesquisa. Mas vamos voltar para o começo². Nesse pedaço de terra no sul do Líbano e nordeste do Egito, entre o Mediterrâneo e o Sinai, já aconteceu muita coisa. A terra das revelações divinas, que viu o nascimento e a peregrinação de Jesus Cristo, foi berço das tribos de Israel e onde Maomé foi transportado para encontrar Allah é considerada sagrada pelas três grandes religiões monoteístas do mundo. Por isso, ela sempre foi dividida e desejada por muitos. No lugar onde é possível andar por onde Maomé e Jesus Cristo andaram, muitos conflitos tiveram lugar historicamente. Na história contemporânea, a principal disputa é entre os judeus e os árabes. E quando tudo isso começou? Muita gente vai dizer que é em 1948, com a guerra. Não contar a história que a ONU decidiu em uma sessão que a Palestina deveria ser dividida entre judeus e árabes, que nessa época ainda nem eram pessoas israelenses e palestinas. Foi até um brasileiro que presidiu, Oswaldo Aranha. Mas nessa história parece que tudo começou do nada, e não foi. Vai ter gente que vai voltar lá em 1799 e vai falar que começou com Napoleão ofertando a Palestina como um lar para os judeus. Outros vão voltar ainda mais e falar que começou com o Reino de Israel. Ninguém está certo e ninguém está errado, mas isso não é o fator mais importante aqui. O que importa é que é uma disputa de narrativas, e se torna uma disputa militar entre árabes e judeus a partir de 1948. Produziu um enorme número de refugiados e fundou um Estado onde antes era uma colônia britânica e, mais antigamente, parte do Império Otomano.

Quase duas décadas depois, um outro marco importante foi a Guerra dos Seis Dias de 1967, que iniciou a ocupação ativa dos territórios palestinos. Do dia pra noite as pessoas foram retiradas de suas casas, bairros derrubados e um governo militar de Israel sobre a Palestina instituído (GRAHAM, 2017). Quem foi embora perdeu o direito às suas propriedades e quem ficou perdeu o direito real à cidadania. A confusão dos relatos, mapas e documentos não é um acaso. Como Weizman (2007) nos lembra, o caos é organizado para o controle da população. Começaram a construir com mão de obra palestina várias rodovias, poços artesianos, tubulações de água, esgoto e a passar fios de energia. Foram colocando também as antenas de comunicação perto dos territórios mais disputados entre grupos palestinos e israelenses. Hoje na maioria desses territórios funciona um assentamento israelense. Junto com isso muitas armas, tanques de guerra nas ruas, governo militar, prisões, violações de direitos, drones e helicópteros militares. Isso transformou Israel em um dos principais centros militares do mundo, exportando técnicas e tecnologias. O laboratório é o território palestino (WEIZMAN, 2012). Kimmerling (1993) ressalta como a constituição desse Estado, profundamente militar desde o seu nascimento e den-

² Em anexo nessa dissertação há uma linha do tempo construída com o objetivo de guiar o leitor ou leitora ao longo dos diferentes Eventos e marcos que falo sobre no texto.

tro do qual toda a população é alistada no esforço de guerra, afeta as relações civis-militares no país. A narrativa de constituição de um inimigo da nação desenvolve a crença de que a violência é a única alternativa possível, em uma narrativa de nós *versus* eles dentro da qual toda pessoa palestina é inimiga.

Dentro dessa lógica, entre 1967 e a década de 90, os jornais e os governantes transformaram a identidade palestina quase em um sinônimo de terrorismo. Isso porque frente ao crescente poderio militar israelense, os movimentos nacionalistas palestinos começaram a utilizar táticas de guerrilha dentro e fora do país. As principais formas de ação desses movimentos era o sequestro de autoridades, de aviões - principalmente europeus - e o uso de homens e mulheres bomba em locais públicos. Essas técnicas eram utilizadas para negociar a troca de prisioneiros e para chamar atenção de organizações internacionais para o que estava acontecendo na Palestina. Esses movimentos estavam principalmente fora da Palestina, nos campos de refugiados, e eram constituídos a partir de ideais marxista-leninistas, nacionalistas e seculares³. Em meio à Guerra Fria, a maior parte das compras de armamento e treinamento militar eram financiados por outros países árabes, principalmente o Irã, e pela União Soviética. Com o início do declínio de Moscou, esses movimentos também vão enfrentando dificuldades organizacionais (AMOS, 1980). Mas a violência da ocupação continuava independente da guerra entre os países imperiais. O debate sobre a ocupação percorreu ao longo do tempo diferentes áreas das Ciências Humanas, desde a filosofia (MBEMBE, 2003; BUTLER, 2019), as relações internacionais (HUBERMAN, 2020), sociologia (GRAHAM, 2002a; GRAHAM, 2002b; GRAHAM, 2017) e até mesmo a arquitetura (WEIZMAN, 2002; WEIZMAN, 2012). Os autores buscavam aqui pautar uma discussão sobre a caracterização entre ocupação ou colonização, mas compreendendo que o caso da Palestina transborda essa dicotomia e muitas vezes precisa de novas conceituações, com Mbembe (2003) propondo o conceito de Necropolítica e Graham (2017) o de urbicídio voltados diretamente para essa guerra desmobilizadora que atravessa as cidades palestinas. Esses trabalhos, porém, não ressaltam um ponto central na ocupação israelense sobre a palestina que é a longa temporalidade imposta pelos muitos anos de ocupação, além de terem um foco maior em processos macropolíticos, sem pautar como o impacto dessas violências na vida cotidiana é percebido.

A temporalidade e a intensidade da ocupação também afetam diretamente as formas de organização coletiva de resistências. Em 1987, no campo de refugiado de Jabalyah, ao norte de Gaza, a população civil palestina se revoltou e começou a atacar o exército de Israel com paus e pedras. A guerra das pedras, ou primeira Intifada, foi um levante popular espontâneo que tomou a Palestina e desembocou nos Acordos de Oslo. A negociação rendeu a Yitzak Rabin, Yasser Arafat e Shimon Peres o nobel da paz, além da reeleição de Bill Clinton, instituciona-

³ Inicialmente também tinham uma forte inspiração pan-arabista, que vai se deslocando para um forte nacionalismo ao longo do tempo.

lizou a Organização para Libertação da Palestina (OLP) como única representante legítima do povo palestino, levou ao reconhecimento mútuo da existência de um Estado israelense e um palestino e criou a Autoridade Palestina (AP). Os Acordos também deveriam ter levado à uma retirada do exército de Israel dos TPO e à não-expansão dos assentamentos para além do território de Israel, o que não foi cumprido junto com muitas outras cláusulas. O que acontece na prática é a intensificação da fragmentação e do controle do território palestino a partir do que Weizman (2012) vai caracterizar como geografia elástica, que se modifica a partir das vontades e necessidades do exército israelense.

De 1967 até os dias atuais (2022) a ocupação passou por diferentes mudanças. Hoje Gaza é governada pelo *Hamas* e não é ocupada, com a retirada de tropas tendo ocorrido em 2005. Já a Cisjordânia é ocupada, profundamente fragmentada em áreas, e governada pela Autoridade Palestina (AP). Durante esses 55 anos de ocupação as percepções de violência vão se modificando. Coisas que outrora foram consideradas combustíveis para uma guerrilha urbana deixam de serem percebidas como um estado de exceção por serem continuadas. Alguns autores apontam que esse processo é parte de uma neoliberalização da ocupação, que expropria as pessoas palestinas de seu território e também da sua mão de obra (HUBERMAN, 2020; BARATA, 2017) e que é intensificado a partir dos Acordos de Oslo, que estabelecem um processo de pacificação a partir da privatização e da abertura econômica da Palestina (LAGERQUIST, 2003; ROY, 1999; SAMARA, 2000). Esse processo político-econômico teria um impacto direto na organização coletiva de movimentos contestatórios, que foram se desmobilizando a partir da estatização da AP em Oslo (KHALIDI; SAMOUR, 2011). Jad (2008) ressalta ainda que esse processo de neoliberalização afeta diretamente os movimentos de mulheres, que antes se pretendiam políticos e nacionalistas, muitas vezes pautados na luta armada e passam a fazer parte de ONGs guarda-chuva com o debate sobre gênero como mais central que aquele sobre a ocupação. O viés econômico que perpassa os trabalhos citados acima ressalta que a violência dessa ocupação vai muito além da militarização do exército e dos tanques, como Kimmerling (1993) já apontava, mas não nos mostram como essas diferentes violências afetam a construção de um cotidiano na região, ressaltando apenas o estado de exceção. Juntamente a isso, apesar das mulheres serem centrais no trabalho de Jad (2008) aparecem apenas a partir do aspecto desmobilizador da violência. Esses trabalhos ressaltam que a estrutura econômica e política constriem a vida dos palestinos e das palestinas a ponto de impossibilitar a contestação e o fazer a política. Mas em campo percebi que a própria percepção do que é ou não violento se modificava ao longo do tempo, com questões antes colocadas como violentas sendo algo comum e pouco percebido como violento dentro da ocupação. Com isso, a pergunta que rondava constantemente minha cabeça e que se tornou a pergunta norteadora deste trabalho é como a violência é rotinizada na vida de mulheres na palestina?

A partir de Oslo, o território é afetado pela fragmentação em áreas cortadas pelo Muro, *checkpoints* que controlam o ir e vir juntamente com uma documentação. A separação se tornou "bem sucedida" ao ponto de existirem crianças israelenses que nunca viram uma pes-

soa palestina e crianças palestinas que nunca viram um israelense que não seja do exército (PETEET, 2017). O controle do espaço se entremeia para o controle do saneamento urbano, mas principalmente as infraestruturas de água e esgoto. A construção de sistemas de controle (STAMATOPOULOU-ROBBINS, 2021; SELBY, 2003; SELBY, 2013; ALSHARIF et al., 2008; KLAWITTER, 2007; PETEET, 2017) levam a necessidade de construção de alternativas para a mobilidade e para a própria reprodução da vida cotidiana (RUDOLPH, 2020; PETEET, 2017). Nesse sentido, a violência da ocupação é observada como um ponto central da política israelense por Mbembe (2003), que ressalta como processos macropolíticos são pensados a partir de um viés racial e de impossibilitar a construção da vida. Apesar disso, o autor somente cita uma forma de guerra infraestrutural sem adentrar no assunto, o que nos impede de compreender como a relação entre o macro e o micro se dá. Isso é melhor explicado por Weizman (2002) e Graham (2002a) que ressaltam a infraestrutura de guerra que é construída e as cidades que são destruídas para que isso ocorra, mas apesar de ressaltarem aspectos importantes não adentram à como isso afeta a construção de rotinas dos palestinos e das palestinas e não conseguem colocar luz às diferentes percepções de violência que essa infraestrutura colonial cria. Além disso, apesar de ressaltarem o viés racial da ocupação há uma homogeneização do ser palestino ou palestina dentro desse processo, que só se constitui frente ao israelense. Nesse sentido, Sayigh (1998) ressalta a multiplicidade dentro da população palestina privilegiando a lente de gênero por mostrar as mulheres como centrais para a cultura palestina. Peteet (1997) ressalta a centralidade da maternidade frente à "guerra demográfica", na qual a alta fertilidade palestina leva ao medo em Israel de uma retomada do território pela população palestina. Apesar de ressaltarem a centralidade das mulheres para o debate sobre o conflito, esses trabalhos também focam na exceção e não na rotina.

Parto então dessa lacuna nos diferentes debates sobre o conflito em busca de uma maneira de compreender como a violência é rotinizada na Cisjordânia ocupada, analisando a sua incorporação no cotidiano pelas mulheres mas também a construção de uma infraestrutura colonial que “esconde” essas violências. Empiricamente, parto de entrevistas semiestruturadas com mulheres palestinas e identifico a partir destas formas de violências, para expandir a análise sobre elas em seguida. A hipótese inicial desse trabalho é que Israel busca perpetuar a ocupação sobre a Palestina por meio da construção de infraestruturas que incorporam a violência do conflito na vida cotidiana e, conseqüentemente, ajudam a desmobilizar a população palestina. Essas infraestruturas guardam em si diferentes temporalidades do conflito, permitindo que mesmo quando o exército não está fisicamente em algum lugar haja uma constante violência contra o povo palestino. Na tabela 1, apresento uma síntese do desenho de pesquisa⁴ dessa dissertação:

⁴ Esse quadro foi inspirado em um outro similar produzido na tese de Márcia Rangel Cândido, defendida no IESP-UERJ em 2021.

Tabela 1 - Quadro de síntese da pesquisa

Objetivo	Analisar a rotinização da violência na Cisjordânia ocupada
Contribuição à literatura	<ol style="list-style-type: none"> 1. O gênero como uma categoria analítica da violência rotinizada 2. Perspectiva de violência que abarca a incorporação dela no cotidiano pela construção de infraestruturas
Hipótese	A hipótese desta pesquisa é que há uma tentativa de perpetuação da ocupação sobre a Palestina, por Israel, através da transformação de infraestruturas urbanas em infraestruturas de guerra, incorporando a violência do Evento na vida cotidiana
Questão principal	Como a violência é incorporada na vida cotidiana das mulheres palestinas?
Questões secundárias	<p>Quais são as percepções sobre violência das mulheres palestinas?</p> <p>Como o debate sobre infraestrutura se relaciona com o de violência?</p> <p>Como a violência deixa de ser percebida como anômica para se tornar parte da rotina?</p> <p>Como se dá a construção de uma infraestrutura colonial na Palestina?</p> <p>De que forma a mobilidade no território é incorporada na estrutura de guerra?</p> <p>Como a rede de água se torna central para a violência da ocupação?</p>
Recorte temporal	A partir de 1948 até os dias atuais
Métodos	Revisão de literatura, análise de documentos e entrevistas semiestruturadas
Materiais de pesquisa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Bibliografia especializada sobre gênero, violência e infraestrutura 2. Entrevistas semiestruturadas 3. Registros de caderno de campo 4. <i>Software Harzing's Publish or Perish</i> 5. Mapas e relatórios da <i>United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs for the Occupied Palestinian Territory</i> 6. Relatórios estatísticos do <i>Palestinian Central Bureau of Statistics</i> 7. Acordos de Oslo (1993; 1995)

Fonte: A autora, 2022

Estrutura da pesquisa

Ao longo de todos os capítulos dessa dissertação busco apresentar os processos que levam à incorporação da violência como parte da rotina na vida de mulheres palestinas. Faço isso relacionando com a bibliografia de sociologia da violência duas outras centrais na sociologia urbana contemporânea: a virada das mobilidades e a virada das infraestruturas. A virada das mobilidades tem lugar nos anos 1980 e busca compreender processos contemporâneos de aumento dos fluxos de pessoas, mercados, comunicações etc através da assim chamada "globalização". O objetivo dos autores dessa virada é sair de um "fetichismo espacial" e mudar o foco para os fluxos, ainda que fixos e fluxos se mantenham em constante relação (FREIRE-MEDEIROS; LAGES, 2020). A posterior virada das infraestruturas toma esses fixos como instrumento analítico através dos quais passam significados, políticas, pessoas, águas etc. (LARKIN, 2020). Não me adentro ao longo deste trabalho em um profundo debate teórico entre essas bibliografias, mas sim me utilizo destas para compreender como as infraestruturas urbanas são mobilizadas como infraestruturas de guerra.

O segundo capítulo consiste na apresentação da metodologia de pesquisa utilizada ao longo do campo empírico. Apresento ao longo desse capítulo minhas três entrevistadas - Saara, Lilah e Hana -, aprofundando sobre suas famílias e a relação com a causa palestina, além de explicitar os principais tópicos e categorias que surgiram ao longo das cinco entrevistas que fiz com elas. Ao longo do capítulo surgem também algumas colocações sobre o meu lugar enquanto pesquisadora que está a 10,344.71km de distância de suas interlocutoras. Aqui a pandemia aparece como um pano de fundo que atravessa profundamente a pesquisa, pois as dificuldades de lidar com uma pesquisa sobre violência se aprofundaram nessa situação. Aproveito esse capítulo também para debater sobre o ser mulher na palestina, pensando a relação com o processo nacionalista, a violência e a religião. Ressalto aqui também por que acredito que as mulheres são uma fonte singular de percepção da violência rotinizada. Alocadas majoritariamente às funções domésticas, mesmo quando trabalham também fora, não escapam a elas as violências mais comuns do cotidiano. A água que não chega, as contas caríssimas, o peso dos documentos marcados. Pra elas isso é tão violento quanto os exércitos e bombardeios. Não busco aqui reforçar estereótipos de gênero e essencializar percepções femininas da guerra, mas sim ressaltar como mesmo a violência do Evento e a do cotidiano tendo um enorme impacto da vida de homens e mulheres palestinas, a segunda aparece com muito mais intensidade nas falas de mulheres, sendo analiticamente importante ressaltar a percepção delas do conflito. Essa parte da guerra, que tem rosto de mulher.

No terceiro capítulo desenvolvo sobre os dois tipos de violência que aparecem ao longo das entrevistas, a violência do Evento e a rotinização da violência. Partindo da contribuição de Das (2020) penso as irrupções de violência que caracterizam o período pré 1967, e alguns momentos no pós, como Eventos que irrompem o fluxo cotidiano e histórico. Esses afetam profundamente a vida das pessoas, produzem rupturas e inseguranças constantes. A partir da ocupação de 1967, esses Eventos de irrupção da violência vão se tornando cada vez mais diluídos na violência cotidiana. Tomo um tópico, então, para explicar essa ocupação e a forma como

ela se apresenta na Cisjordânia, perpassando o crescimento dos assentamentos e do controle do território ao longo dos anos. Aqui também aproveito para analisar o debate teórico em torno da ocupação israelense sobre a Palestina, ressaltando a importância da análise das infraestruturas em conjunto com o corpo teórico de violência. O conceito de violência infraestrutural e de violência rotinizada se tornam centrais nesse sentido. Em seguida no capítulo, me dedico a compreender como esse complexo *patchwork* da ocupação impactam as percepções de violência das mulheres palestinas e contribuem para a rotinização da violência. As incorporações da violência no cotidiano, constituídas a partir de mapas mentais de medo, transformam lugares antes perigosos e ações antes absurdas em parte do cotidiano devido à rotinização da violência que a ocupação provoca.

Mas como a ocupação se entremeia na vida a ponto de ser percebida como parte do cotidiano? No capítulo 4 e 5 trato sobre as infraestruturas urbanas que são mobilizadas como infraestruturas de guerra. No capítulo 4, parto do Muro, *checkpoints* e sistema de documentos e licenças como ancoradouros de fluxos da (i)mobilidade no território. No primeiro tópico, abordo a questão do Muro, analisando como a infraestrutura se torna um ponto central para a mobilidade e que expõe como esta é controlada por meio do processo da ocupação. Trato também sobre como a construção deste por dentro da Cisjordânia, fora da linha verde, cria enclaves que afetam profundamente o acesso a serviços básicos como hospitais e escolas. Em seguida, analiso como os *checkpoints* são um mecanismo central no processo de suspeição e um lugar de performance de obediências e masculinidades. Abordo também no tópico que segue como os documentos e o sistema de licenças criam, de certa forma, muros de papel que tornam a permanência na Palestina uma coisa muito difícil. Daqui sigo para como homens e mulheres constroem estratégias de rotina em meio a imprevisibilidade. Desde a mimetização de roupas e comportamentos israelenses até o uso da licença de trabalho como forma de se afastar da "contaminação" da figura do "terrorista", uma série de estratégias são mobilizadas na construção da mobilidade no dia a dia.

Já no capítulo 5, abordo principalmente a questão das infraestruturas de água, pensando como a partir desta se controla toda a rotina de uma família. Tomo um tópico inicial para apresentar as fontes de água na Palestina, ressaltando que a questão em disputa é a distribuição de água e a desigualdade intrínseca a ela. Discorro também sobre como a ocupação e os Acordos de Oslo criam mecanismos de controle importantes e que provocam um desequilíbrio que pende pra hidrohegemonia israelense. O complexo sistema de comitês e organizações que controlam, conjuntamente ou não, o planejamento, o fornecimento, a distribuição e o consumo da água são apresentados, assim como os mecanismos relacionados a eles. Em seguida, abordo a construção da rotina em função da água, partindo da busca pela água que envolve um complexo cálculo de onde, quem e como buscar (e pagar) pela água, além de pensar nas formas de armazenamento e de distribuição dentro da própria família. Da busca pela água seguimos para como esse esforço pode, muitas vezes, se tornar irrelevante frente à insegurança da ocupação e da destruição da rede de água pelo exército de Israel e pelos colonos dos assentamentos.

Nos apêndices há uma lista dos principais *checkpoints* (apêndice 1) existentes hoje na Palestina classificados por tipo, como são administrados, lugar e uma breve descrição de como são fisicamente. Essa lista foi produzida pela organização B'Tselem e se tornou muito importante ao longo do trabalho para compreender como os *checkpoints* se organizavam e as diferenças entre eles. Além disso, no apêndice 2 há uma lista das ações que precisam solicitar licenças na Cisjordânia. Por fim, o apêndice 3 é uma linha do tempo que busca organizar os Eventos principais que perpassam esse trabalho.

1 A COZINHA DA PESQUISA: DILEMAS E CAMINHOS DE UM CAMPO PANDÊMICO

Essa dissertação foi escrita durante a pandemia de COVID-19 que assolou - e assola - o mundo desde 2020. Esse fato me atravessa pessoalmente, por todas as dificuldades impostas a um mestrado majoritariamente à distância. Mas também atravessa os caminhos que foram tomados e escolhidos para uma pesquisa de campo produzida à distância. Como lidar com um trabalho de campo em que a essência deste lhe é tirada? A proximidade, a possibilidade de compreender subtextos, gestos, emoções. Como criar proximidade, encontrar pessoas, conseguir que elas se abram sem a presença. Mais ainda, como lidar com a dor do outro por intermédio de uma tela?

Metodologicamente essa pesquisa se baseia no método qualitativo e incorpora cinco entrevistas semi-estruturadas feitas via videoconferência no Google Meet e áudios no Whatsapp (apenas em um caso), uma revisão bibliográfica sobre estudos de gênero, violência e infraestrutura, além de análise de documentos. O modelo escolhido para realização das entrevistas é resultado da pandemia de COVID-19 que impossibilitou qualquer forma de campo presencial, mas também possibilitou que entrevistas fossem feitas com mulheres que hoje vivem na Palestina⁵. O debate sobre como substituir o campo presencial ou modificar a metodologia tomou conta da Antropologia e das Ciências Sociais ao longo de 2020 e 2021. Webinars, Palestras no YouTube, Mini-cursos e disciplinas de metodologias foram ofertadas por grandes centros de pesquisa no Brasil e no mundo. Em uma dessas webconversas⁶, o antropólogo e professor da University College London Daniel Miller argumenta que não podemos falar que há uma diferença a priori entre um ambiente online e offline. O que existe é uma necessidade de compreender como cada população lida com aquele ambiente, seja ele qual for, e aprender um método de pesquisa ao longo do campo. A pandemia, a necessidade de migração geral para o online, a constante permanência no ambiente doméstico e os impactos econômicos e de saúde causados pela COVID-19, dentre outros, são fatores que vão afetar todas as entrevistadas, a escritora, as orientadoras e possíveis leitoras e leitores dessa dissertação, o que fiz foi buscar caminhos que tornassem possível a conversa com as minhas interlocutoras. Encontrei na videoconferência a melhor forma, dentre as disponíveis, para fazer isso. As chamadas de vídeo, lives, reuniões e aulas online se tornaram relativamente comuns durante a pandemia, o que tornava mais fácil que as interlocutoras soubessem como mexer nos aplicativos e aparelhos. Além disso, o vídeo permite que seja analisada a linguagem verbal e não-verbal das entrevistadas, mesmo sabendo que a câmera pode causar certa performatividade nas pessoas (SALMONS, 2011). Mesmo na

⁵ O que não seria possível no caso de um campo presencial devido ao tempo curto de mestrado

⁶ A palestra está disponível em: <https://youtu.be/NSiTrYB-0so>

entrevista feita via Whatsapp utilizei áudios ao invés de linguagem escrita, o que permitiu analisar entonações, pausas e continuidades na fala, ainda que não fosse possível observar a parte visual da entrevista.

Um ponto que acredito que tenha sido facilitador para as minhas entrevistas é a necessidade de divulgação da questão palestina por diferentes meios, o que causou menos estranhamento quando entrei em contato pedindo entrevistas e explicando sobre a minha dissertação. A resistência através da publicização da violência de Israel, sempre retomada pelas interlocutoras, permite que elas me vejam como alguém útil, que vai expor de alguma forma a percepção delas do conflito, tornando mais confortável a conversa e a interação. Mas isso não tornou menos dolorosa a escuta e o relato de uma série de violências. As entrevistas foram perpassadas por choros e emoções, algo que intensificou o peso da distância física. Busquei, como forma de manter a ética do trabalho, não insistir e adentrar em questões pessoais que eram claramente dolorosas para as entrevistadas, o que não afetou significativamente o resultado da pesquisa.

Inicialmente o projeto dessa dissertação tratava de uma pesquisa sobre a construção de resistências de mulheres palestinas a partir de inflexões nas formas de violência do conflito. Duas barreiras foram centrais de início: encontrar contatos de dentro do meu apartamento e o idioma. Apesar de estudar árabe já há alguns anos, sabia que minha fluência não chegaria nem perto da necessária para desenvolver uma entrevista em profundidade, transcrevê-la e traduzi-la depois. Nesse sentido, optei por mulheres palestinas que soubessem falar inglês, português ou espanhol. Por já ter desde a graduação contato com instituições que trabalham com refugiados, eu sabia que existia uma grande comunidade palestina no Brasil, principalmente em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Imaginei que iniciar o contato através de refugiadas seria o ideal, por serem mulheres palestinas que já falavam o português. A primeira tentativa de contato foi através de uma amiga que morava em São Paulo e trabalhava voluntariamente com refugiadas. Ela entrou em contato com uma mulher palestina, de cerca de 40 anos, muçulmana e sem uma educação formal, que estava no Brasil há menos de 10 anos. A resposta da mulher foi um não imediato, e pediu para que ela não mais mencionasse aquilo, principalmente perto do marido. Passei algum tempo refletindo sobre o que poderia ter levado àquela reação⁷ e me parece até hoje ser algo mais localizado. A maioria dos palestinos e palestinas que encontrei ao longo desse processo se encontraram muito abertos a falar sobre a sua história, assim como as três mulheres que foram entrevistadas para esse trabalho.

A segunda tentativa de contato foi através de uma amiga que trabalhou no Grupo de

⁷ Por muito tempo me perguntei se poderia ter sido um erro na abordagem, principalmente por ter sido intermediada por outra pessoa que não sabia muito sobre a minha pesquisa. Me perguntei também se religião e escolaridade seriam um fator que influenciariam as entrevistas. Ao longo desse processo percebi que a religião influencia muito pouco e não é possível concluir sobre o impacto da escolaridade. Uma das coisas que percebi que mais influenciaram às entrevistas é o envolvimento das mulheres com a resistência palestina, principalmente quando viam nas entrevistas uma forma de denúncia.

Assessoria a Imigrantes e Refugiados (GAIRE)⁸. Vitória entrou em contato com outras amigas que ainda trabalhavam no Grupo e me enviaram alguns telefones e nomes para tentar alguma aproximação. Nesse mesmo momento, Vitória me colocou em contato com uma outra estudante do IESP, Lara Sartorio, que tinha feito sua dissertação sobre a Palestina e a Maré com um trabalho de campo bastante aprofundado em ambas. Entrei em contato com a Lara e ela me passou mais alguns contatos pelo Facebook.

Nesse momento eu não sabia muito bem o que estava buscando e não haviam muitos pré-requisitos. Enviei mensagens padronizadas⁹ para todos os contatos que tinha organizado, me apresentando, explicando a pesquisa e pedindo para marcarmos uma conversa online. Muitos silêncios foram ouvidos nesse momento, mas duas mulheres me responderam, Lilah e Saara¹⁰. Lilah me respondeu que estava em meio ao *Ramadan*¹¹ e não poderia conversar comigo, mas pediu para que eu entrasse em contato depois. Já Saara marcou uma conversa comigo via Google Meet para três dias depois (23/04/2021).

Ao longo do processo dessa dissertação foram feitas três entrevistas com Saara, uma com Lilah e uma com Hana (Lilah e Hana são mãe e filha, respectivamente), as quais descrevo melhor em seguida. No tabela 2 estão algumas das características das entrevistadas. As três são mulheres mais velhas, já com filhos e que tem relação mais próxima com a região de *Ramallah* na Palestina urbana. As três também fizeram universidade, se casaram com palestinos e tem pais/família palestina, o que afeta diretamente a sua relação com a região,

No *Ramadan*, fiz minha primeira entrevista com Saara, historiadora de 51 anos, não religiosa, casada, filha de mãe palestina e pai palestino nascida no Brasil e que atualmente mora em *Ramallah*. Sua família viveu na Palestina durante a ocupação otomana, britânica e israelense, e vieram para o Brasil para fugir da guerra de 1948. Desde pequena, sua relação com a Palestina foi construída através do sofrimento de seus pais, por estarem longe de seu país de origem e não conseguirem mais contato com seus familiares. Além disso, há sempre em sua fala uma necessidade profunda de mostrar a existência de um povo palestino ao longo da sua vida, desde a escola. Ela se formou em História em Maringá, se casou (com um palestino) e mudou para São Paulo onde começou a ter mais contato com pessoas palestinas que frequentavam constantemente a Palestina. Ela e o marido decidiram, então, ir para a Palestina visitar e acabaram

⁸ O GAIRE é um projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul que promove assessoria jurídica de psicossocial a imigrantes, refugiados e solicitantes de refúgio. Para saber mais sobre o projeto: <https://www.ufrgs.br/gaire/o-que-e-o-gaire/>

⁹ As mensagens foram enviadas por Facebook e Whatsapp principalmente.

¹⁰ Os nomes utilizados nessa dissertação foram modificados como forma de manter o anonimato das minhas interlocutoras

¹¹ Consiste no nono mês do calendário islâmico no qual os muçulmanos praticam o seu jejum ritualístico, que constitui o quarto dos cinco pilares do Islã. É considerado o mês de revelação do Corão e o mais sagrado para a religião. Durante esse mês, os muçulmanos jejuam ao longo do dia, se alimentando somente antes do amanhecer e após o sol se pôr, além de ser um mês de intenso estudo do Corão, caridade e do perdão.

Tabela 2 - Características das entrevistadas

	Entrevistada 1	Entrevistada 2	Entrevistada 3
Nome	Saara	Lilah	Hana
Idade	51 anos	61 anos	Cerca de 40 anos
Profissão	Guia turística	Dentista e ativista	Cirurgiã-dentista
Nascimento	Paraná	Ramallah	Porto Alegre
Residência atual	Ramallah	Porto Alegre	Ramallah
Quantidade de entrevistas	3	1	1

Fonte: A autora, 2022

ficando.

Nossa conversa se iniciou com 3 horas de atraso. Com uma internet instável, picotando bastante, Saara conversava comigo fumando um cigarro atrás do outro e andando pela casa, muitas vezes distraída, outras sendo muito incisiva. Logo no começo me disse que estava em outra reunião antes e que passou o dia de jejum, então precisava fazer algumas coisas da casa enquanto falava comigo. Perguntei se ela era uma mulher religiosa e ela me disse que não, mas que era palestina e por isso seguia o *Ramadan*. Logo de início percebi certa hostilidade por eu estar fazendo a pesquisa do Brasil e não em campo presencialmente na Palestina, ela reforçava diversas vezes que para saber da realidade da Palestina era preciso estar lá, e ao dizer isso enfatizava em sua entonação. Um outro ponto que achei interessante é que ela usa em alguns momentos a sua formação como historiadora como forma de legitimar o que ela está falando, buscando também não estar em uma posição hierárquica entre mim - pesquisadora - e ela - entrevistada. Havia grande tensão da parte dela, e por ser minha primeira entrevista eu também devia estar passando certo nervosismo na fala e tentava a todo momento retornar para o roteiro que havia feito inicialmente¹².

Essa entrevista, apesar de tensa, estabeleceu minha primeira quebra de expectativas dentro dessa pesquisa. Eu estava esperando que surgissem problemas relacionados a ser mulher dentro da Palestina, principalmente pautados nos meus estudos anteriores sobre gênero e nacionalismo em ambientes de conflito (YUVAL-DAVIS, 1993). Minha expectativa era que ela me falasse sobre violências sofridas, enquanto mulher, por soldados de Israel ou lideranças do Movimento Nacional Palestino. Não somente violências físicas, mas também simbólicas, de exclusão de espaços ou de um peso excessivo sobre a mulher por conta da guerra. Mais ainda, esperava um certo distanciamento do feminismo. Mas o que encontrei não foi nem de perto

¹² Os roteiros das entrevistas estão disponíveis em anexo

isso¹³. Saara me contava sobre seu papel ativo na sociedade palestina e sobre as liberdades que tinha. Quando perguntei sobre o que ela achava quanto às mulheres palestinas serem constantemente representadas como oprimidas ela me respondeu:

A mulher árabe, em especial a palestina, são mulheres das quais ensinam qualquer homem desse mundo a serem verdadeiros heróis. São elas que ensinam o homem a viver, em especial na Palestina, Jordânia, Líbano, Síria e Egito. [...] A mulher do oriente usa lenço porque ou ela quer usar ou porque a religião que ela segue usa lenço¹⁴, assim como uma freira usa lenço, não sei porque a freira não é considerada terrorista se ela se tampa muito mais que a muçulmana. A muçulmana usa calça [...] enquanto uma freira não usa calça e não é vista como terrorista. [...] Então a mulher na palestina não é oprimida de forma nenhuma, nem pela sua vestimenta e nem pelo seu esposo. Eu por exemplo sou uma pessoa que uso lenço, eu tenho vida noturna com amigos, sem a presença do esposo, normal, dirijo, fumo, tenho uma vida normal como eu tinha no Brasil. Eu sigo a mesma vida, não mudou absolutamente nada. Hoje mais de 70% da população universitária é feminina, temos várias mulheres na política, temos várias embaixadoras, senadoras, várias prefeitas. (Trecho de entrevista com Saara)

De certa forma, essa fala também fetichiza o lugar da mulher palestina. De acordo com o Escritório Central de Estatísticas Palestinas (Palestinian Central Bureau of Statistics - PCBS), em relatório publicado em 2022 por ocasião do Dia Internacional da Mulher, as mulheres representam metade da sociedade palestina (2.63 milhões de mulheres) e 12% das chefias de famílias. Os dados mostram também que 58.2% das mulheres sofreram algum tipo de violência de seus maridos, com 57.2% sofrendo com violência psicológica e 18.5% de violência física (PCBS, 2022). O não aparecimento de qualquer menção à violência contra a mulher¹⁵ em nenhuma das entrevistas pode ser resultado de vários cenários, dentre os quais destaco dois. O primeiro é que essa forma de violência não faz parte da realidade das entrevistadas, que não podem ser tomadas como representativas de todas as mulheres palestinas, e o segundo é que o fato das entrevistas terem ocorrido à distância, com as mulheres conversando comigo de dentro de suas casas impossibilitando que assuntos relacionados à violência doméstica surjam. Entretanto, o que me pareceu no geral é que ao serem perguntadas sobre violência, a violência de gênero não era a primeira coisa que aparecia, e quando perguntadas sobre a estigmatização de mulheres palestinas, buscavam reafirmar a participação dessas mulheres no espaço público.

Aqui, acho importante ressaltar aqui alguns dados sobre essas mulheres. Quanto à escolaridade, 99.6% das mulheres terminam o ensino básico, 96.6% o médio e 73.9% o superior. Além disso, a porcentagem de mulheres nas universidades é de 61% (abaixo dos 70 dito por

¹³ As três mulheres, quando perguntadas, declararam que se consideravam feministas

¹⁴ O uso do hijab é muito comum entre as mulheres palestinas, sendo elas muçulmanas ou não, por ser uma maneira de se contrapor ao "ocidentalismo" da mulher israelense. O debate sobre hijab é longo e possui uma bibliografia própria, para saber mais sobre a questão na Palestina ler Peteet e Harlow (1991), Peteet (1997), Sayigh (1998).

¹⁵ A violência que coloco aqui seriam violência que tem o gênero como elemento fundamental da violação, como o feminicídio, a violência sexual, psicológica e patrimonial que mulheres sofrem por serem mulheres.

Saara, mas ainda assim extremamente alto) (PCBS, 2022). Boa parte desses altos índices educacionais são resultado de grandes investimentos internacionais, principalmente da ONU, em escolaridade para a população palestina. Além disso, de acordo com Fargues (2000) há uma escassez de empregos, então o estudo acaba sendo uma opção mais simples do que o trabalho. Apesar dessa alta escolaridade das mulheres, elas ainda participam muito pouco da vida pública formalmente, com apenas 17% da força de trabalho sendo feminina e com 43% do desemprego, comparado aos 22% do masculino (o desemprego feminino ainda se intensificou durante a pandemia). Então essa “emancipação” feminina passada por Saara e pelas outras entrevistadas nem sempre é verificável, apesar de ainda assim ser maior do que o ocidente desenha sobre essas mulheres.

Essa quebra de expectativa que a entrevista com Saara me provocou, mudou parcialmente os rumos da pesquisa. Entendi que seria difícil observar à distância as violências que eu esperava observar, e principalmente entender o papel da mulher palestina numa imbricação de conflito e nacionalismo. Posteriormente percebi que a experiência dessas mulheres poderia ser usada para compreender formas de violência que são menos percebidas por serem mais latentes no ambiente doméstico, algo que se tornou central no trabalho e que explico melhor no tópico 2.1.

Devido à mudança de foco na pesquisa, achamos¹⁶ necessária uma entrevista de acompanhamento com Saara. Esta ocorreu alguns meses depois (15/10/2021) e com uma atmosfera completamente diferente da primeira. O motivo da demora para a realização da segunda entrevista está diretamente ligado ao conflito, pois alguns dias após minha primeira entrevista com ela estourou uma grande crise na Palestina e fiquei sem contato com a minha interlocutora. Em meio a problemas políticos, com uma formação de governo em Israel e o adiamento das eleições pelo presidente da AP, as tensões escalaram a partir do despejo das famílias palestinas em *Sheikh Jarrah*. O conflito contabilizou mais de 400 mortos, inúmeros feridos e presos, e durou cerca de 20 dias. Durante esse tempo, mandei mensagem para Saara algumas vezes perguntando se ela estava bem e se poderia ajudá-la de alguma forma, ela me pediu para que divulgasse materiais produzidos por grupos palestinos sobre o que estava acontecendo e não acreditasse somente na mídia hegemônica. Ela disse que estava bem, pois a tensão estava ocorrendo principalmente em Jerusalém Oriental, um pouco longe de onde ela mora, mas quando o conflito se expandiu para o uso de mísseis e cortes de energia perdi o contato com ela. Alguns meses depois consegui retomar o contato e ela me explicou que seu telefone tinha quebrado na época do conflito e que tinha perdido tudo, o que impossibilitou que me respondesse. Nesse mesmo momento aceitou uma nova entrevista.

Na segunda entrevista com Saara ela estava mais aberta e visivelmente mais confortável

¹⁶ Os usos de plural ao longo desse capítulo buscam marcar escolhas que foram feitas ao longo de reuniões de orientação, não sendo uma marca de pretensa neutralidade.

que na primeira, ainda com uma conexão instável de internet, porém sentada no mesmo lugar durante toda nossa conversa e fumando apenas dois cigarros. Conversamos por mensagem algumas horas antes da entrevista e ela me falou que estava participando de uma colheita nas oliveiras perto de um assentamento judaico que está em expansão. Nossa conversa tomou um rumo inesperado, muito focada em uma violência infraestrutural percebida por ela. Em um primeiro momento, ainda falando sobre a colheita, ela fala sobre o acesso a água e sobre como os assentamentos foram sendo construídos perto de um poço muito usado pelos palestinos e palestinianas. Logo depois, quando perguntei sobre o Acordo de Oslo surgiu novamente o problema da água e de registros de moradias. Ao retornar a essas entrevistas posteriormente percebi que boa parte do que a interlocutora falava quando se tratava sobre violência estava relacionado a coisas do dia a dia: o deslocamento, o acesso a água, a existência de *checkpoints* e o tratamento sofrido dentro deles, além do acesso à documentação. Aqui ainda não tinha percebido a importância da infraestrutura na pesquisa, mas a questão da água me deixou muito intrigada.

Minha terceira entrevista foi com Lilah¹⁷. Cirurgiã-dentista, coordenadora voluntária do Fórum Permanente da Mobilidade Urbana, vice-presidente da Sociedade Árabe Palestina do RS e integrante do movimento das mulheres palestinianas, com 61 anos. Nascida na Palestina, veio para o Brasil como refugiada após a guerra de 1967, aos 8 anos. Seu pai veio para o Brasil em 1964, pela insegurança do conflito, mas também por motivos financeiros¹⁸; a mãe não se acostumou com o país e retornou à Palestina. Com a guerra de 1967 o pai pediu para que elas retornassem ao Brasil porque aqui estariam mais seguras e elas vieram definitivamente. Sua formação escolar é bastante peculiar, tendo sido alfabetizada no português somente aos 15 anos, pois seu pai tinha medo que ela fosse à escola. Ela se formou e fez a faculdade de odontologia já casada e com a filha mais velha, Hana, que pude entrevistar depois também. Lilah atualmente vive em Porto Alegre e viaja anualmente para a Palestina, algo que tinha sido interrompido pela pandemia. Além de dentista, a entrevistada é uma pessoa pública e com participação ativa em órgãos que cuidam de refugiados. Entrei em contato no dia 05 de outubro e marquei a entrevista para o dia 15, na semana seguinte. Inicialmente senti ela um pouco receosa, ainda por WhatsApp me enviou mensagens perguntando se seria gravado e como seria a entrevista; expliquei e falei que a gravação dependeria da autorização dela e seria apenas de áudio, ela concordou em continuar. No dia, através de uma chamada de vídeo pelo Google Meet iniciamos nossa conversa. Lilah ficou a todo momento sentada a uma mesa que parecia ser na sala de estar da sua casa, conversando comigo através de um computador, maquiada e sendo muito simpática e solícita durante toda a entrevista. A conversa começou comigo me apresentando e logo depois ela, que já iniciou um relato sobre a sua trajetória carregado de

¹⁷ Havia contatado Lilah outras vezes ao longo desse período mas seu irmão tinha falecido e ela pediu para que mandasse outra mensagem alguns meses depois.

¹⁸ Esse fato foi ressaltado em entrevista posterior com a filha de Lilah

emoção, principalmente ao falar do seu irmão que morreu ainda esse ano de COVID-19. Esse momento foi bastante intenso, ela chorou ao falar do irmão e ao falar da saudade que sente da Palestina. Para mim, como pesquisadora, esse momento foi extremamente difícil. Me senti culpada por estar tocando em um ponto tão sensível, mesmo sendo algo que posteriormente ela falou que é a sua forma de resistência, mas ao mesmo tempo senti que ela estava confiando em mim o suficiente para se abrir sobre temas delicados, se colocando vulnerável na situação.

Alguns pontos importantes de serem notados na entrevista é que ela sempre fala muito sobre a dor do refúgio e sobre a saudade da Palestina como um marcador de todas as esferas da sua vida (casada com um palestino, sua filha mora na palestina, seus hobbies envolvem a cultura do lugar, trabalha com refugiados etc.), além de falar da sua história diversas vezes de forma coletiva, tanto falando da família como do povo palestino. Sempre que ela fala sobre ser mulher, relaciona o gênero e nacionalidade, fala sobre a dor e a luta da mulher palestina mesmo quando ela menciona que todas as mulheres do mundo são oprimidas. Um outro ponto importante é que a vida de Lilah percorre boa parte do conflito por conta de sua idade. Nesse sentido, a sua fala percorre o tempo de forma muitas vezes indeterminada o que pode levar a certa confusão das temporalidades, mas ao mesmo tempo mostra continuidades de uma forma única. Aqui também surgem uma série de violências relacionadas ao controle da mobilidade e do acesso a direitos, como a moradia. A entrevista com Lilah foi uma das mais proveitosas desse processo, e mantivemos contato posteriormente.

A segunda entrevista de Saara e a de Lilah ocorreram no mesmo dia e com algumas horas de diferença entre elas. Vivendo em meio a pandemia em uma casa com minha irmã mais nova, que dividia quarto comigo, minha mãe, avó e padrasto, avisei a todos que faria duas entrevistas naquele dia e que precisava da internet e de algum silêncio. Por isso, minha irmã foi assistir suas aulas na sala e tive o quarto para mim. Às 9h comecei minha conversa com Lilah que durou cerca de duas horas. A carga emocional de sua fala me impactou profundamente, além da enorme quantidade de informações que ela me passou nesse tempo. Pouco depois da entrevista, estava escrevendo meu diário de campo e minha mãe veio me chamar para almoçar. Eu ainda estava com o estômago revirado de todos aqueles relatos mas fui. Um dos principais pesos que percebi ao fazer entrevistas online foi a relação complexa que você passa a ter com o campo, Você não entra em campo, ele entra na sua casa, convive com a sua família e torna situações básicas do dia a dia algo completamente confuso. O almoço que eu tinha com a minha família todos os dias parecia algo bizarro em meio àquela situação. Era muito difícil “virar a chave” de estar em campo e estar em casa quando essas coisas eram transpostas. Horas depois daquele almoço aconteceu a entrevista com Saara, que falei sobre alguns parágrafos acima. No fim do dia, estava completamente exausta mental e emocionalmente. Mandeí mensagem para minhas orientadoras e ambas me disseram para tirar alguns dias para descansar, e assim eu fiz.

Depois dessas entrevistas, pensamos que seria interessante entrevistar a filha de Lilah, Hana. A própria Lilah me passou o contato dela e enviei uma mensagem via Whatsapp. Hana foi muito simpática durante todo o nosso diálogo, mas me pediu para que conversássemos por

mensagem de voz porque ela tem duas filhas pequenas que precisam de sua atenção integral. Falei que não teria problema se fossemos interrompidas ao longo da conversa, mas ela insistiu para que fosse por áudio e eu aceitei. Durante toda nossa conversa ela me respondeu de imediato e com longos áudios. Hana não me falou sua idade, mas pela idade da sua mãe e as histórias de ambas é possível inferir que ela tem cerca de 40 anos. Também dentista, especialista em implantodontia, é casada com um primo distante e mãe de duas meninas. Nasceu no Brasil mas vive na Palestina, em *Saffa (Ramallah)*, desde o seu casamento, que aconteceu após a sua segunda viagem para o país. De todas as entrevistas essa foi a que mais quebrou minhas expectativas. Enquanto Saara e Lilah falavam muito da dor e da necessidade de resistência das mulheres palestinas, Hana me contou a história de vida dela, que envolve uma família menos romantizada, uma história de amor com seu marido e a escolha de viver na Palestina que pouco tem relação com ideias de resistência ou luta. Pelo contrário, Hana constantemente fala que não gosta de se envolver com “essas coisas”¹⁹ e ressalta a normalidade da vida, apesar de na sua fala ainda aparecer diversas formas de violências.

Da mesma forma que nas outras entrevistas, a violência de gênero que eu esperava que surgisse não apareceu, mas Hana fala como as expectativas dela mesma também foram quebradas quando visitou a Palestina

eu esperava encontrar uma coisa completamente diferente, tá? Não foi o que eu encontrei. Eu sou completamente livre aqui pra trabalhar, ir e vir, dirigir e me vestir da forma como eu quero. Ah, claro que quando tu tá dentro de um país onde as pessoas, por exemplo, não andam de barriga de fora, tu não te sente bem andando de barriga de fora, então é uma coisa que vai se tornando meio óbvia assim.[...] Mas eu sou livre pra me vestir da forma como eu quiser, entendeu? Então é uma opção minha, por exemplo, eu não uso véu e tem muita menina aqui que não usa véu e isso é uma questão de opção da religião, enfim. Então não existe essa submissão como como se escuta quando você ouve, enfim isso não existe. As mulheres aqui trabalham, eu trabalho muita mulher trabalha, as meninas estudam, fazem faculdade, então isso é muito tranquilo. As pessoas mais jovem aqui já tem isso bem na cabeça, de que a mulher o lugar dela na sociedade igual ao lugar do homem sabe? O meu marido me ajuda em casa nas coisas [...] e aí como eu mesma disse né? Eu tenho duas filhas meninas então eu tento sempre passar pra elas que enfim meninas tem os mesmos direitos e os mesmos deveres, e que não é um problema ou não é um empecilho ela ser menina e poder, sei lá, praticar um esporte ou fazer uma faculdade, isso sempre fica muito claro. (Trecho de entrevista com Hana)

Logo depois, Hana mandou um novo áudio reforçando que sempre incentiva suas filhas a saberem que podem ser o que quiserem ser, e senti que ela não queria ser mal interpretada com relação a isso. Ao mesmo tempo, voltam a surgir questões relacionadas ao controle da mobilidade e da documentação que é feito por Israel e impossibilitam o deslocamento no território. A

¹⁹ Senti, inclusive, uma certa apreensão de falar sobre isso. Ela reiteirou algumas vezes que somente sofria a violência do exército de Israel quem se envolvia com “essas coisas”, se referindo à lutas e resistências. Ela não falava em um sentido negativo, até exalta a própria mãe como uma grande militante, mas sim como quem não queria tocar no assunto, sendo quase um tabu.

forma como a entrevista se desenvolveu impossibilitou que pontos fossem aprofundados, mas foi muito importante para que eu deixasse de ver a Palestina como um lugar de contínuo estado de exceção. A vida que Hana me contou poderia estar acontecendo em diferentes lugares do mundo, e as principais excecionalidades não estavam relacionadas a ser mulher na guerra, mas sim à mobilidade e à documentação.

Alguns meses depois, achei que seria interessante retornar a algumas das entrevistadas para fazer perguntas mais relacionadas às infraestruturas, noção que se tornou central no trabalho. Enviei uma mensagem para Saara, com a qual mantive contato mais próximo, perguntando se estava tudo bem após a notícia de alguns confrontos perto de sua casa. Disse também que vi que tinham bombardeado uma parte da rede elétrica da região, e perguntei a ela se isso era comum. Ela disse “infelizmente, sim”, e perguntou se podíamos conversar na semana seguinte. No dia 17 de maio (2022) liguei para ela por videochamada no Google Meet. Nossa conversa se iniciou comigo perguntando sobre como estava a situação na Palestina após a morte da jornalista Shireen²⁰, ela disse que estava tudo bem e que esse tipo de acontecimento era muito comum, ganhando mais visibilidade por ela ter dupla cidadania e ser jornalista. Logo em seguida, ela mesma iniciou o assunto sobre a água. Nossa conversa passou por temas como água, energia, descarte e rede de esgoto, além de mobilidade e documentação, tópicos que organizam essa dissertação. A palavra violência surge esporadicamente ao longo dessa entrevista, mas surgem outras como “absurdo”, “bizarro” e “apartheid”. Violência em si é um termo que dificilmente é utilizado para caracterizar algo que ocorre no dia a dia. Veena Das (2020) fala sobre como as violências sobre a Partição - objeto de análise da autora - eram muito mais mostradas pelas palavras, histórias e silêncios do que realmente faladas nesses termos. Assim, o sentido negativo dado pelas interlocutoras às experiências me levaram a caracterizá-las como violências rotinizadas.

1.1 Mulheres e a violência rotinizada

O que pretendi com as entrevistas que realizei foi encontrar pistas sobre como a violência se torna parte de um senso de normalidade na Palestina. Mas porque falar com mulheres se a violência é um fator central para a população palestina como um todo? Porque a violência tem um componente generificado central que aloca certas formas de violência como mais “masculinas” e outras como mais “femininas”, e conseqüentemente percebidas como menos importantes. A violência “masculina” é aquela da exceção, dos tanques, das armas, dos gene-

²⁰ A jornalista Shireen Abu Akleh foi morta pelo exercito de Israel, na Cidade de *Jenin*, na Cisjordânia ocupada. Shireen usava colete e capacete de identificação no momento em que foi alvejada. Atentados a jornalistas são considerados crimes de guerra pela Convenção de Genebra

rais, dos heróis e dos mártires, é uma violência que conta a história de uma nação. A violência “feminina” é menos heroica e mais cotidiana, é percebida nas casas, nos corpos, nas relações (ENLOE, 2000). E aqui não busco essencializar ideias de feminino e de masculino, mas também não pretendo argumentar a partir de uma idealização das relações de gênero. A sociedade que busquei estudar ao longo desses últimos anos, assim como outras, é pautada em uma profunda desigualdade de gênero que aloca uma maioria de mulheres para o ambiente doméstico e de homens para o espaço público. Apesar da grande exaltação das mulheres palestinas em discursos nacionalistas e dos altos índices de escolaridade do país, a maior parte delas ainda se encontra no ambiente doméstico e/ou acumulam funções entre a vida pública e a privada. Nesse sentido, mulheres percebem uma forma distinta de violência, não porque sua condição de mulher leva a uma sensibilidade diferenciada, mas sim porque o lugar social que ela está na Palestina permite que questões vistas como menores ou menos importantes dentro da guerra mais ampla se tornem centrais, como a falta d’água, de redes de esgoto ou a enorme quantidade de *checkpoints* que separam muitas famílias.

Defendo aqui que a hipótese que trabalho ao longo dessa pesquisa, que a violência é rotinizada a partir da transformação de infraestruturas urbanas noutras de guerra, só poderia ser observada como algo central na questão palestina a partir da fala de mulheres. Isso porque essa forma de violência²¹ tem a sua invisibilidade como um princípio, ela é escondida, entremeada em canos, redes de esgoto, de elétrica, rodovias e postos de controle. Em sua grande maioria, essa violência faz parte do ambiente doméstico, não é espetacular, não chama atenção da mídia e é muitas vezes percebida como um problema relacionado à pobreza e não à guerra. E aqui, justifico também a escolha do título. Essa guerra, apesar de planejada por homens e de fazer parte de um extenso pensamento burocrático e militar, é uma guerra percebida principalmente por mulheres. Uma guerra que tem rosto de mulher. Essa violência “escondida” e infraestrutural também dita uma divisão sexual do trabalho. De acordo com Anand (2017) a infraestrutura da água em Mumbai pauta o tempo e as relações familiares, principalmente porque, não sendo constante nas casas, alguém precisa ser responsável por recolher a água e utilizá-la enquanto ela está disponível, o que na maioria das vezes é uma função das mulheres. O autor argumenta que o tempo produtivo do capitalismo se baseia na temporalidade diferenciada do trabalho doméstico, que o sustenta. Ou seja, para que o sistema capitalista funcione no espaço público ele precisa contar com um constante trabalho doméstico, que é majoritariamente feminino. E é um trabalho não percebido como tal, invisibilizado e com demandas que constantemente são consideradas menores. Essa divisão sexual do trabalho é aprofundada por problemas infraestruturais:

O tempo da água se baseia e reproduz a divisão do trabalho por gênero. Baseia-se na suposição de que alguém estará em casa e disponível para coletar água quando a água chegar. Baseia-se na suposição de que essa pessoa será uma

²¹ O debate sobre as diferentes formas de violência e sobre a definição do termo assim como o debate sobre infraestrutura e rotinização da violência terá lugar nos próximos capítulos

mulher cujas rotinas e rituais incluem o fornecimento de comida e água para a casa. (ANAND, 2017, p. 12)

É importante ressaltar que há também uma profunda desigualdade de classe aqui, uma vez que mulheres mais ricas ou com mais meios financeiros podem terceirizar esses serviços, enquanto mulheres pobres, em sua maioria, não. Naguib (2009) em seu trabalho de campo com mulheres em um vilarejo no Vale do Rio Jordão resalta como buscar a água para a casa organizou a vida e a rotina das mulheres ao longo do tempo, ao ponto de elas não perceberem como positiva a chegada de água encanada, principalmente as mulheres mais velhas. Para elas, a sua função dentro da sociedade estava relacionada a ser essa infraestrutura humana de transporte de água e de organização da vida doméstica, e a água encanada faz com que elas se sintam inutilizadas por suas famílias. Mais ainda, mulheres que trabalharam a vida toda no campo passam a ter que pagar - e pagar caro - a água para regar as plantações, o que torna-as dependentes. O ponto central da autora, e que reitero aqui, é que as violências infraestruturais afetam direta e profundamente, e de forma diferenciada, as mulheres.

Essa questão da mulher com o doméstico tem características particulares na Palestina, principalmente por conta da relação com o nacionalismo e a guerra. A necessidade de construção de uma unidade nacional historicamente insere as mulheres na arena pública a partir do movimento nacionalista e abre portas para uma conscientização política, ao mesmo tempo que necessita de mulheres no ambiente doméstico. Enloe (2014) resalta como a construção dos movimentos nacionalistas passa por um processo de formação política, tanto por reuniões, congressos e aulas, quanto pela participação em manifestações e organizações políticas. Mas a organização política nacionalista também estimula debates sobre opressões e desigualdades mais amplas. Ou seja, as mulheres que passam a se organizar politicamente para reivindicar questões nacionais, também podem começar a questionar as próprias opressões de gênero²². Quando algumas dessas mulheres questionam as desigualdades de gênero, são rechaçadas como traidoras do movimento ou parte de um imperialismo, pois questionar os problemas internos provocaria divisões e diminuiria a força necessária para contestações políticas (ENLOE, 2014; YUVAL-DAVIS, 1997).

Em sua autobiografia, Leila Khaled²³ descreve um momento, em 1959, em que sua mãe

²² Um dado relevante que a autora pontua é o aumento da violência doméstica que segue o aumento da participação política das mulheres (ENLOE, 2014)

²³ Leila Khaled foi militante da FPLP e é atualmente membra do Conselho Nacional Palestino. Ela ficou conhecida durante os anos 70 por ter sequestrado dois aviões com o objetivo de negociar trocas de prisioneiros. O primeiro caso, em que Leila e mais um colega sequestraram o vôo indo de Roma para Tel Aviv e chamou muita atenção internacional por ter sido uma mulher árabe no lugar de sequestradora. Todos os passageiros saíram ilesos. O segundo sequestro aconteceu após Leila passar por 6 meses de cirurgias plásticas para não ser reconhecida em Israel. Ela e mais um integrante da FPLP sequestraram um vôo indo de Amsterdam para Nova Iorque, com uma empresa israelense. Leila foi detida e seu parceiro faleceu. Posteriormente foi descoberto que ela foi liberada após negociações de Israel com a FPLP.

a proíbe de participar de uma reunião do Movimento Nacionalista Árabe (ANM) e ela decide ir escondida vestida com seu pijama. O choque que Leila tem nesse momento ressalta o quanto a sua condição enquanto mulher a coloca em um lugar subjugado dentro do movimento e escancara as diferenças de gênero mesmo sob a bandeira de igualdade nacional. Khaled relembra:

Na noite de uma reunião muito importante que eu estava determinada a participar, recorri ao subterfúgio. Tomei banho e coloquei meu pijama para convencer minha mãe de que não iria a lugar nenhum naquela noite. Ela deve ter pensado que havia vencido a batalha e que sua "criança politizada" estava recuperando os sentidos. Aproximando-se a meia noite, fiz minha jogada e, ainda de pijama, passei pela mãe na cozinha dizendo casualmente: "Estou um pouco entediada, mãe, vou visitar minha amiga ao lado". Ela não levantou objeções. Fui direto para a sala de reuniões do Clube de Solidariedade. Minha entrada de pijama assustou os membros enquanto eu fazia meu caminho para um assento vazio. Eles ficaram abalados com o que consideravam um comportamento imoral. Fui criticada por violar o decoro árabe e o comportamento feminino educado. Estavam quase prontos para aprovar uma moção de censura e talvez de expulsão. Alguns dos reacionários pensaram que minha aparição de pijama era um episódio que atropela a tradição e seduz ao sexo. Poderia ter sido um atropelamento da tradição; sexualmente atraente não era. Fiquei terrivelmente perturbada com o machismo e o senso de auto-justiça deles. Permaneci durante a reunião e saí ainda irritada, porque meu compromisso com a causa não foi apreciado e as dificuldades pessoais que encontrei em casa não foram levadas em consideração. Como poderíamos libertar a Palestina e a pátria árabe, se nós mesmos não fôssemos libertadas? Como poderíamos defender a igualdade e manter mais da metade feminina da raça humana em cativeiro? (KHALED; HAJJAR, 1973, p. 22)

A liberdade da mulher palestina de participação de movimentos e até da luta armada esbarra no enorme muro que coloca a mulher como parte integral do doméstico. Além da divisão sexual do trabalho na sociedade, o doméstico ainda ganha uma importância específica na região pela necessidade de reprodução da população palestina. Isso ocorre principalmente porque, para algumas palestinas, e para o nacionalismo palestino, o objetivo principal de Israel é promover uma limpeza étnica na região e eles fazem isso pela guerra mas também impossibilitando a reprodução da Palestina como nação. Saara, aponta que:

Nós temos vários presidentes de Israel que disseram abertamente por várias vezes que o grande medo deles é o nascimento de um palestino ta? Porque é lógico que a limpeza étnica aqui na palestina é bastante clara, tanto é que por um bom tempo mulheres grávidas eram alvo dos colonos judeus. Golda Meir por exemplo dizia abertamente, e está registrado em vários locais, que toda vez que ela tinha a notícia de que um palestino havia nascido ela não conseguia dormir. Ai já se prova mais uma vez a nítida ideia de limpeza étnica (Trecho de entrevista com Saara).

Na mesma pergunta, Saara me diz que a maternidade é sim uma forma de resistência, exatamente por conta dessa pressão demográfica existente na região. Quando buscam acabar com um povo através da limpeza étnica, reproduzir passa a ir além de uma vontade individual ou de uma pressão social de gênero, mas passa a se relacionar também com uma pressão nacionalista. Nesse sentido, a guerra demográfica é um horizonte que permeia o campo dos ideais nacionalistas, e os movimentos nacionais (FPLP e OLP) se utilizam desse parâmetro para incentivar as mulheres a terem mais filhos, inclusive as militantes.

Irving (2012) aponta, ao falar sobre a vida de Leila Khaled, que o casamento e a maternidade tiveram que ser autorizados pela Frente Popular pela Libertação da Palestina (FPLP) devido a necessidade de casar-se com um homem árabe ou palestino. Essa pressão quase subentendida de que é necessário casar com alguém dentro da sua cultura foi percebida durante todas as entrevistas feitas nesta pesquisa. Todas as entrevistadas se casaram com homens palestinos, e duas delas casaram com seus primos, e ressaltam a importância de manter a cultura palestina através da família.

Além do casamento, Irving (2012) diz que a maioria das mulheres eram coagidas a saírem do movimento - falando sobre a FPLP especificamente, mas com premissas que abarcam os movimentos no geral - a partir de uma certa idade para se dedicarem ao trabalho doméstico, à família e à maternidade. O ativismo era algo positivo enquanto jovem, mas quando chegava a idade de terem filhos eram convidadas a saírem. E muitas realmente saíram, como Peteet (1991) chama atenção em seu livro *Gender in Crisis: Women and the Palestinian Resistance Movement* ao lembrar que os movimentos do Líbano na década de 70 e 80 tiveram um alto abandono feminino em prol do casamento. Com o tempo algumas das mulheres que ficaram conseguiram algumas conquistas para as mães ativistas, como um berçário e uma creche nos campos de refugiados de Damasco e a participação de mães no movimento nacional se tornou mais fácil (IRVING, 2012).

Seja pela subjugação, pela falta de empregos ou pela exaltação nacionalista da maternidade e da reprodução social da cultura palestina, as mulheres estão em sua maioria acumulando funções ou somente no espaço doméstico. Mas o principal ponto aqui é que existem formas de violência que são invisibilizadas por fazerem parte desse doméstico, elas são consideradas “menos violentas” do que tanques de guerra, armamentos e exércitos. No fundo, elas nem sempre são tidas como realmente uma violência, mas sim um problema das relações entre pessoas – no caso da violência doméstica – ou de políticas públicas mal feitas – como é o caso da infraestrutura. O que argumento é que as mulheres trazem à tona essas violências que são constituídas como invisíveis, produzindo uma outra forma de observar o conflito. A partir das entrevistas produzi o infográfico 1 com o qual pretendo representar visualmente as diferentes formas de violência que surgiram ao longo das entrevistas.

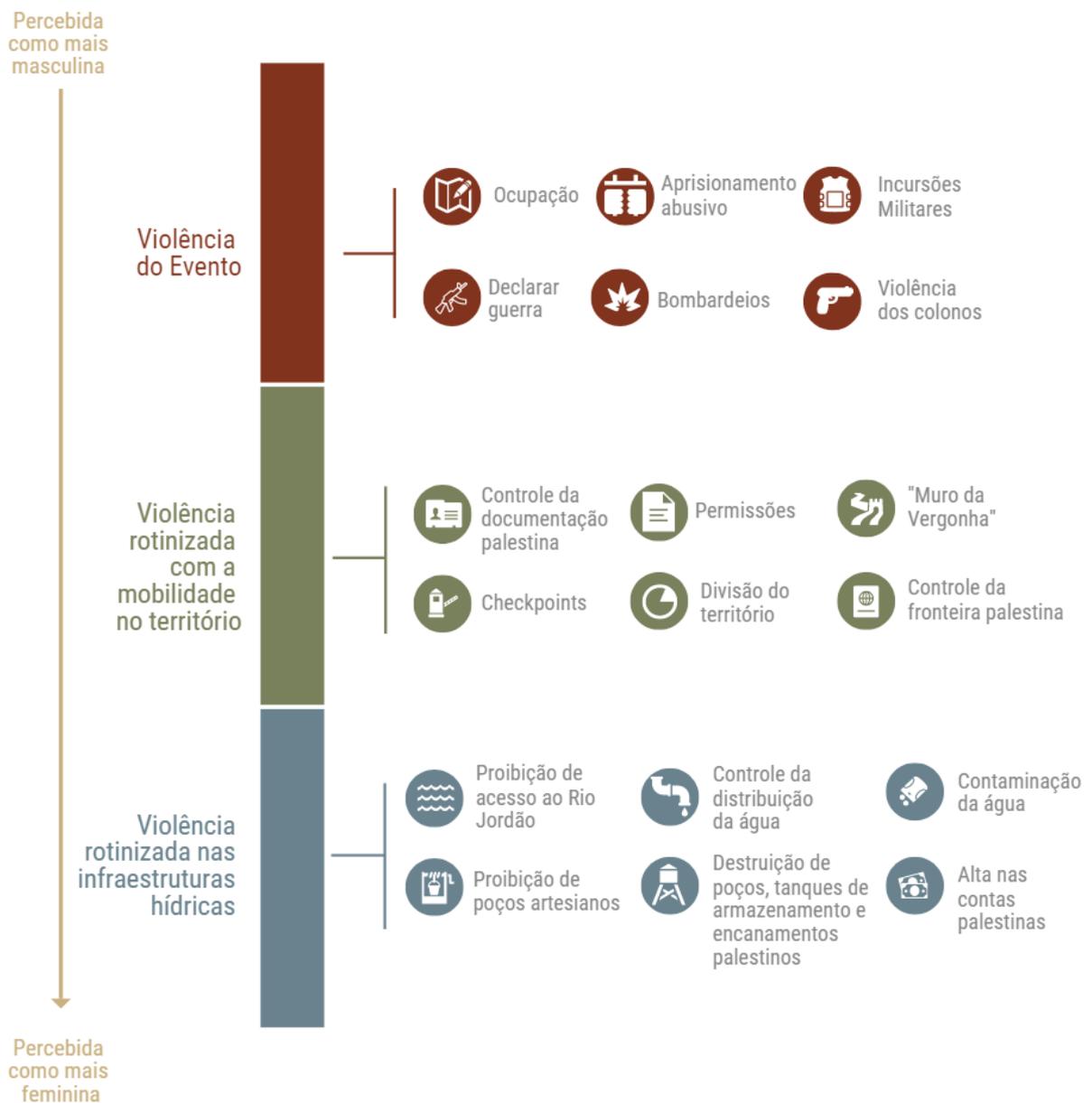
As entrevistas feitas e comentadas acima me mostraram um caminho sobre a violência na Palestina que não era esperado. A partir delas, busquei documentações e uma nova linha de bibliografia que abriu o horizonte de uma violência que é constituída para ser escondida. E que elas revelam por ter um componente generificado central. Na camada mais visível, a guerra, com a aparelhagem militar, bombardeios, mísseis e o exército. Essa parte do conflito chama mais atenção internacional e midiática, ela é pública e está no espaço público, é espetacular e irrompe de tempos em tempos. Conforme vamos entrando nessas camadas elas vão ficando menos visíveis, vão adentrando o doméstico e se tornando menos interessantes no grande debate sobre a guerra. Vão aparecendo canos, fios, poços, coisas comuns e que parecem extremamente desinteressantes. Aqui, começa a aparecer a violência infraestrutural, a violência no controle

dos documentos e da mobilidade. As mulheres cavam esse caminho e ajudam a perceber essas violências que foram escondidas. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho que torna as infraestruturas um grande peso na vida das mulheres funciona quase como uma pá que ajuda a escavar e retirar as camadas mais visíveis da violência para expor as invisíveis. Uno aqui essa imagem à descida ao ordinário que Veena Das (2020) propõe, partindo da violência mais visível para a mais ordinária, e sendo conduzida nesse processo pela fala das minhas interlocutoras. Essas violências funcionam de forma dialética devido ao estado de guerra declarado e à ocupação em curso. As infraestruturas urbanas e de fornecimento de saneamento básica são incorporadas na infraestrutura de guerra, e ambas passam a ser mobilizadas de diferentes formas por Israel para promover a colonização dos TPO e compreendidas também de formas distintas pelas interlocutoras a partir de suas experiências vividas.

Figura 1 - Violência nos TPO

Violência nos TPO

O mapa abaixo pretende ser uma representação visual da forma como a violência foi analisada a partir das entrevistas com as interlocutoras



Fonte: A autora, 2022

2 ELAS TÃO EM CASA, TEM TIROTEIO ALI E PRA ELAS É NATURAL, PORQUE O QUE ELAS VÃO FAZER? ELAS ESTÃO APRENDENDO A VIVER COM ISSO...

E agora a minha filha mais velha, que formou comigo, casou com um rapaz de lá da Palestina e atualmente ela esta morando lá, ta morando lá e, é claro, ela tá gostando muito de lá. Ela quis conhecer o país da mãe e do pai, foi lá, conheceu e gostou, ela tá com duas meninas [filhas] lá agora. A vida de lá é boa em termos de segurança né, porque onde ela tá não tem a guerra, mas em termos de segurança não tem assalto, não tem sequestro, não tem essa coisa toda que a gente tem aqui [Brasil], esse perigo que a gente passa. (Trecho de entrevista com Lilah)

Quando eu cheguei aqui [Palestina] e eu gostei, me impressionei muito com a questão da segurança né? Que é uma coisa que até hoje pra mim é muito importante. Assim, eu que fui criada no Brasil e a gente cresce cheio de medo, pra mim aqui a questão da segurança foi um fator essencial assim. (Trecho de entrevista com Hana)

Quando me deparei com esses dois relatos sobre a Palestina como um lugar seguro, em meio a inúmeros outros que denunciavam a violência promovida por Israel, comecei a me questionar sobre os sentidos da violência para as mulheres palestinas. A construção de relações hierárquicas não-óbvias entre diferentes lugares e situações na região me chamaram a atenção ao longo do campo, tendo sempre a violência como parâmetro central. A ideia aqui não é me estender sobre uma genealogia do termo violência, um trabalho profundamente teórico e extenso, que não caberia em uma dissertação - muito menos em um capítulo dela. A violência por si só é um conceito complexo e nativo, que representa uma miríade de práticas e conflitos sociais (MISSE, 2008). Em seu artigo sobre violência e teoria social, Michel Misse busca organizar o debate sobre o assunto, principalmente analisando tentativas de definir o que seria violência. Partindo de um pressuposto que a categoria é moderna, o autor analisa que a maioria dos escritos sobre violência a tratam a partir de seu sentido senso-comum, que está relacionado à agressão física. Essa análise negativa cresce a partir das guerras mundiais e da expansão de uma sensibilidade pacifista que recrimina resoluções pela força. A violência passa a ser algo moralmente condenável e uma categoria que “quando deixa de ser meramente constatativa (e nesse caso polissêmica), torna-se necessariamente performática, normativa e acusatorial” (MISSE, 2008, p.47). Nesse sentido, qualquer busca por definir esse conceito ou é exclusivista, o que o torna vazio, ou é generalizadora, se tornando estruturante de tudo na sociedade. A impossibilidade de definição da categoria cria problemas por um lado pela dificuldade no debate teórico, mas também abre espaço para analisar a violência a partir do campo empírico e para entender os sentidos nativos que são dados à ela (MISSE, 2016).

O meu objetivo nessa seção é compreender como a violência ora é percebida pelas entrevistadas como uma anomia e ora é incorporada como parte da rotina, de forma que noções de segurança e insegurança ganham novos sentidos, quase sempre de forma comparada. Guerra, conflito, violência, segurança e insegurança são categorias que se inserem nesse trabalho a partir do campo e das interlocutoras. Como categorias nativas, são polissêmicas e cada uma possui

um extenso debate da teoria social moderna, mas são alocadas nas falas das mulheres de forma hierarquizada e comparativa. Inicialmente, as contradições evidentes nos usos dos termos me fizeram repensar o próprio trabalho. Como a Palestina pode ser considerada mais segura que o Brasil? Segurança está relacionada à violência urbana? A ocupação (de Israel sobre a Palestina) não é vista como algo violento? Se é, qual o motivo da guerra estar localizada em Gaza, mas não na Cisjordânia (algo mencionado nas entrevistas)? No entanto, o que pretendo demonstrar é que a contradição nos termos demonstra as mudanças na forma da violência e a maneira como esta foi aos poucos sendo incorporada no cotidiano de pessoas palestinas a partir da ocupação de 1967 e dos Acordos de Oslo de 1993 e 1995. Além disso, parte importante dessa hierarquização é resultado do próprio recorte de campo. Mulheres palestinas que vieram para o Brasil como refugiadas ou que nasceram aqui possuem este país como referencial oculto em suas falas sobre a Palestina. Mulheres palestinas com relações em outros países terão uma perspectiva distinta de violência, segurança e guerra porque o referencial e a experiência são outros.

O capítulo se divide em três partes. No primeiro tópico analiso a violência do Evento, principalmente pautando momentos de irrupção de violência e a forma como estes chamam mais atenção por serem considerados excepcionais. Em seguida, apresento um pouco da ocupação sobre a Cisjordânia como um estado de exceção continuado que aos poucos vão incorporando a violência na rotina das mulheres. Por fim, analiso as percepções de violência e segurança das mulheres e como elas demonstram essa rotinização da violência. O argumento central desse capítulo é desenvolvido a partir dos conceitos de mapas mentais da violência e da cidade, de Mariana Cavalcanti (2008) e de violência rotinizada, de Simone Gomes (2016). A violência ao longo do tempo passa a ser incorporada no cotidiano das pessoas a partir da experiência vivida, construindo mapas mentais que hierarquizam e colocam a violência em uma perspectiva relacional. Os mesmos abusos que em certo momento são vistos como uma grande violação se tornam normalizados em outros, construindo uma nova ontologia do viver na Palestina. A guerra não deixa de existir mas deixa de ser percebida a todo momento. As noções de violência e segurança se baseiam em experiências individuais e coletivas que constroem mapas de medo e rotinizam a violência. Assim, o capítulo pretende debater sobre irrupções de violência e sua incorporação à vida cotidiana das mulheres. Ao longo dos próximos capítulos, essa violência será destrinchada a partir de questões sobre mobilidades e infraestruturas.

2.1 O estado de exceção e a violência do Evento

Quando você pensa sobre Palestina, o que vem à sua cabeça? A maioria das pessoas vão pensar em guerra e terrorismo. Essa é a principal forma como a Palestina é vendida e estudada internacionalmente (SAID; BARSAMIAN, 2003). Realmente, existe uma guerra que já dura mais de 70 anos, e anualmente confrontos que escalonam chamam a atenção da mídia e chegam até nós aqui no Brasil, ou em outros lugares do mundo. A região então passa a ser percebida a

partir de um constante estado de exceção. Que existe, mas que se rotiniza e entremeia no dia a dia das pessoas. Ao longo desse tópico vou caminhar pelos principais pontos que caracterizam a violência que aqui chamo de violência do Evento, partindo da colocação de Das (2020) do Evento enquanto um "construto histórico que produz uma ruptura"(p.21) e que é construído em sua excepcionalidade. Ela chama atenção de olhares quase sempre desatentos, desperta o horror coletivo e aguça o orientalismo do ocidente. A violência do Evento aqui são as diferentes guerras que ocorreram ao longo dos anos mas também os confrontos civis que todo ano durante o *Ramadan* chegam aos noticiários importantes, é a violência do estado de exceção que se torna visível pela espetacularização da guerra.

Desde 1948 a Palestina passou por uma série de guerras e disputas, em sua maioria com a interferência de outros países árabes da região e potências internacionais. Militarmente, a guerra se inicia a partir do estabelecimento do Estado de Israel como resultado da Resolução 181 da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). A declaração de Independência se tornou o estopim para a primeira guerra árabe-israelense, que envolveu a maior parte dos países árabes da região – quais sejam, Jordânia, Líbano, Irã, Iraque, Arábia Saudita. Para os palestinos e palestinianas, a independência israelense é sinônimo de *Nakba*²⁴ e de intensificação do êxodo e da busca por refúgio de um povo, gerando cerca de 725 mil refugiados logo após a guerra em locais mais próximos como a Jordânia (PAPPE, 2007; PCBS, 1999). Os diferentes conflitos que ocorreram entre 1948 e 1967 consistiram principalmente em explosões de violência que deflagraram massacres ou guerras, rompendo continuamente o tecido social.

Algumas autoras apontam este momento como de grande medo geral da população palestina - que ainda estava começando a se identificar coletivamente como tal (NUSAIR, 2002; SAYIGH, 1998). Isso porque os massacres perpetrados pelas Forças de Defesa de Israel (IDF) ou por milícias sionistas, buscando uma limpeza étnica e expansão territorial, estabeleceram um medo coletivo e uma rápida fuga para países vizinhos, deixando suas casas e pertences para trás. Como exemplo, alguns marcos importantes para esse período e que compõem a memória nacional palestina da *Nakba* são o massacre de *Deir Yassin* (abril, 1948) e a tomada de *Al-Dawayima* (outubro, 1948)²⁵, momentos de completo horror e caos social que se tornam *modus operandi*

²⁴ Palavra em árabe que significa "catástrofe" e que é usada para fazer referência ao êxodo e expulsão da população palestina a partir da independência de Israel

²⁵ O massacre da cidade de Al-Dawayima foi promovido por um batalhão da IDF composto por antigos membros da Irgun e Lehi, milícias paramilitares sionistas. De acordo com Morris 2004, centenas de palestinos e palestinianas foram massacrados com o objetivo de promover o êxodo dessa população. A estimativa oficial também não estabelece um número exato, mas coloca entre 80 e 200 mortos, entre homens, mulheres e crianças. O que Morris 2004 aponta como sendo central nesses massacres é a explosão violenta que desperta o medo e a necessidade de fuga. Juntamente com Al-Dawayima, Deir Yassin se tornou uma das principais marcas da história palestina. O massacre coordenado pela Haganá (milícia sionista do Partido Trabalhista que se transforma posteriormente na IDF e incorpora outros grupos paramilitares) matou cerca de 120 pessoas, mas a principal marca que deixou foi o fato de a maioria das mortes terem sido efetivadas nas casas das próprias vítimas, após estas resistirem mesmo sem armamento (MORRIS, 2004)

da IDF durante os primeiros anos de estabelecimento de Israel.

A guerra produzida a partir desses massacres não respeita códigos ou uniformes, pelo contrário, ela objetivamente se volta para a população civil para gerar medo e fuga buscando a limpeza étnica do território. Essa violência colonial não se inicia em 1948 na Palestina. A região sofria antes com o mandato britânico e, já desde o século XVIII, é possível observar a implementação de assentamentos judaicos. Mas fica explícito, principalmente a partir de relatos, que 1948 é um ponto de virada em que a violência se torna tão exacerbada que leva ao êxodo. Como Khaled 1973 relata:

conheço a história do meu povo desde 1948 pela amargura de minha própria experiência. Saí de Haifa quatro dias depois do meu quarto aniversário, em 13 de abril de 1948. Meu aniversário não foi comemorado porque 9 de abril foi um dia de luto nacional na Palestina. Estou agora com vinte e nove anos e não comemorei um único aniversário desde então, e não o farei até que retorne a Haifa. Não deixei Haifa por vontade própria. A decisão não foi tomada por minha família, mas por um povo que deveria ter sabido melhor - uma raça perseguida e caçada que por sua vez se tornou meus perseguidores e caçadores de meus irmãos. (KHALED; HAJJAR, 1973, p. 10)

Esse medo perpassa a vida de Lilah. Ao me contar a história sobre como chegou ao Brasil como refugiada ela me relata também a forma como esse Evento afeta profundamente sua família. Quando acontece a Guerra dos Seis Dias (1967), ela tinha 8 anos e lembra da sua mãe com um medo profundo de que o que aconteceu em 1948 se repetisse, a ponto de fugir para as grutas ainda grávida:

Então nessa guerra nos ficamos muito temerosos porque a guerra de 1948 foi muito estúpida com o palestino, teve muitas chacinas... então a gente imaginou que a nossa aldeia ia ser chacinada também, então houve muito medo, muito desespero, muito pavor, tanto é que a gente, nós fugimos para as montanhas, para as grutas, a gente foi se abrigar com medo de que acontecesse o que aconteceu em Deir Yassin em 1948, e assim a gente ficou fora de casa. [...] retornamos pra nossa casa depois de 6 ou 7 dias e minha mãe teve o bebê. Teve o bebê em casa ne, parto de parteira mesmo, só que quando nos retornamos pra nossa casa os soldados judeus permaneciam em cima das casa ne, eles viviam em cima de uma montanha mais alta da minha cidade onde tinha a escola de segundo grau, e eles colocaram binóculos, colocaram tudo pra ficarem observando [...] e minha mãe quando entrou em trabalho de parto o soldado judeu não queria deixar que alguém sáisse para buscar uma parteira ne. Então foi assim, essas cenas eu me lembro claramente como se fosse hoje, ele não deixando meu tio, que é irmão do meu pai e que tava la, chamar a parteira pra que ela ajudasse a minha mãe, ela poderia ate ter morrido no parto. Finalmente, imploramos muito pra que ele pudesse permitir que alguém fosse chamar ela, daí veio e nasceu meu irmão. (Trecho de entrevista com Lilah)

Logo após esse Evento a família vem para o Brasil como refugiada e carrega, assim como Khaled, o trauma dessas duas grandes guerras e da expropriação do território nacional que levou ao êxodo. Essa fuga coletiva e a guerra tornam a questão da Palestina algo central na política de outros países árabes da região, e ao longo dos anos uma série de guerras tomam o noticiário mundial, construindo uma percepção geral de que a Palestina está sempre em guerra.

Alguns outros marcos importantes para o Conflito²⁶ são a Guerra dos Seis Dias (1967), a Guerra do Yom Kippur (1973), a Primeira e a Segunda Intifadas (1987; 2000) e a Operação Margem Protetora (2014). Todos esses conflitos tem especificidades extremamente importantes²⁷, mas tem em comum o fato de terem gerado uma declaração de guerra por algum dos lados, envolverem uma ação militar em solo (com deslocamento de tropas) e terem se tornado parte da pauta da mídia internacional.

Essa violência irruptiva e disruptiva reconstrói toda a sociabilidade da população árabe que vivia ali e constitui o Movimento Nacional Palestino como uma resposta. Esses diferentes Eventos constroem de forma dialética o cotidiano das pessoas que vivem nesse lugar que está em constante conflito. Essa violência do Evento interrompe um fluxo de vida e cria uma atmosfera de medo que leva as pessoas a fugirem de suas casas, além de construir uma instabilidade em que as pessoas não sabem quando uma guerra pode ocorrer. Em uma pesquisa feita para pensar as favelas do Rio de Janeiro, Machado da Silva e Leite (2008) apontam que o principal fator que leva a violência urbana a ser percebida como um problema para os moradores do território é a quebra de rotina. Com uma perspectiva calcada na segurança ontológica de Giddens e direcionada a partir dos entrevistados e entrevistadas, os autores analisam que o principal provocador do medo está nas “interrupções na estabilidade das rotinas diárias provocadas pelas frequentes explosões de violência” (SILVA; LEITE, 2008, p.47). De acordo com os autores, essa é uma conclusão que não está diretamente mencionada na fala de nenhum dos entrevistados mas subentendida na de todos, com a insegurança e a instabilidade sendo centrais para o cotidiano nas favelas. Apesar dos muitos quilômetros que distanciam o Rio de Janeiro e a Palestina, é possível utilizar essa chave analítica para pensar ambos os processos. As diferentes guerras que ocorreram desde 1948 produzem interrupções no cotidiano dos palestinos e palestinas e levam a impossibilidade de continuar a rotina sem incorporar à ela a possibilidade de um Evento violento a qualquer instante.

Essa violência anômica que interrompe a vida, principalmente com a guerra, é traduzida na agressão, uma irrupção momentânea que é justificável quando racionalizada pela defesa da soberania, e que causa medo por interromper um fluxo cotidiano de vida. Ao longo de suas pesquisas, Veena Das (2020) vai argumentar que o Evento ele não produz apenas uma ruptura, mas está em constante relação com o cotidiano, sendo instâncias sempre interligadas. Nesse ponto ela também faz uma diferenciação entre ordinário e cotidiano, dizendo que o evento interrompe o ordinário mas ainda pode fazer parte do cotidiano. O conflito e as irrupções momentâneas dentro da Palestina continuam até hoje interrompendo o ordinário. Mas se tornaram parte do cotidiano. As irrupções de violência hoje acontecem principalmente a partir de levantes popu-

²⁶ Em alguns momentos ao longo do trabalho utilizo somente Conflito, com maiúscula, como forma de me referir ao Conflito Israel-Palestina

²⁷ Para saber mais especificamente sobre a história das guerras entre Israel e países árabes ler Morris (2004)

lacionais, seja de pessoas palestinas, ou israelenses (principalmente dos colonos e colonas), que rapidamente chamam atenção internacional e da mídia. Nessa incorporação da violência no cotidiano a temporalidade possui um papel central, assim como a ocupação. Gerações e gerações de pessoas palestinas nasceram sob essas condições, o que leva a excepcionalidade do Evento a perder sua força de anomia. Essa excepcionalidade também é diluída no cotidiano a partir da ocupação que torna a violência uma rotina, falaremos sobre isso no próximo tópico.

2.2 A ocupação da Cisjordânia e a incorporação da violência no cotidiano

A ocupação dos Territórios Palestinos promovida a partir da guerra de 1967, estabeleceu uma forma de colonização moderna que perdura até os dias atuais. Ela promove uma ponte entre a violência visível argumentada acima e a incorporação desta no cotidiano. Por um lado, a ocupação é um estado de exceção constantemente declarado, com zonas delimitadas e um governo militar²⁸. Por outro, em seus 55 anos de existência ela já percorre diferentes gerações e está entremeadada na vida cotidiana da população. Meu objetivo ao longo dessa dissertação é argumentar que essa incorporação da violência no cotidiano é parte da construção de uma infraestrutura de guerra que se utiliza da infraestrutura urbana para “esconder” violências. Neste tópico busco compreender 1967 como um marco de uma violência que começa a ser incorporada e confundida com o cotidiano. Mesmo com a guerra de 1967 produzindo cerca de 350 mil refugiados, muitos palestinos e palestinianas continuam no território e passaram a viver sob o controle do exército de Israel. Assim, do lado “visível”, a ocupação estabelece um regime legalmente complexo e denunciado como apartheid. Já no “invisível” ela reorganiza noções de segurança e insegurança de modo que coisas que são consideradas seguras em um tempo histórico ou local deixam de ser quando deslocadas.

Acredito que seja necessário refletir inicialmente sobre essa complexidade entre o legal e o ilegal da ocupação. Literalmente de um dia para o outro foi estabelecido um governo militar sobre os TPO, os quais Israel reivindica como parte de seu território e a Palestina também. Essas reivindicações se utilizam de argumentos históricos e nacionalistas para serem legitimadas: por um lado Israel reivindica Gaza, Jerusalém e Cisjordânia como parte de seu território por acreditar que historicamente o povo judeu tem sua criação naquele espaço, com o Reino de Israel, e alegando motivos securitários por serem regiões de fronteira marítima e com países árabes. Por outro, pessoas palestinas alegam que a tomada do território consiste em uma tentativa de limpeza étnica de uma região majoritariamente árabe, se colocando como parte dos povos originários daquele local que possuem o direito àquela terra. Nesse sentido, a ocupação

²⁸ A atuação desse governo militar vai sendo modificada com os anos, sendo inconstante e perpassada por diferentes acordos

também produz uma fronteira difusa entre o legal e o ilegal, que coloca em pauta não somente a validade jurídica das reivindicações mas também a forma como o Estado age, é legitimado e deslegitimado. Ou seja, ao falar de Estado é necessário pensar de qual estou falando? Em um território que se tornou totalmente repartido e dividido entre duas reivindicações nacionais falar da ação de um Estado se torna algo complexo. Não pretendo aqui adentrar nos diferentes mecanismos jurídicos que envolvem a disputa na ocupação, mas sim estabelecer brevemente um debate sobre como essa situação se encontra em uma imbricação entre as fronteiras porosas do legal e o ilegal (TELLES, 2013; DAS, 2020).

Pontuar que a ocupação dos territórios palestinos é ilegal diz muito pouco sobre a situação, isso já ficou estabelecido pela ONU, CIJ, União Europeia e outras instituições internacionais há muitos anos. Dentro dessa ilegalidade o governo israelense ao longo dos anos foi criando uma legislação, a qual na maioria das vezes nem mesmo é cumprida. Assim, o conceito de ilegibilidade de Veena Das (2020) me parece fazer mais sentido para descrever a situação. A partir de sua etnografia sobre os distúrbios que seguiram o assassinato da Primeira-Ministra indiana Indira Ghandi, Das (2020) discorre sobre o paradoxo da ilegibilidade, pensando principalmente a relação entre lei, Estado e violência. Para isso a autora coloca que as análises mais recentes sobre o Estado incorporam a perspectiva de Walter Benjamin em sua crítica à violência, que aponta que a ação violenta do Estado se desloca da maneira como este é pensado juridicamente. Ou seja, a violência do Estado é ruptura da sua razão de ser. Das (2020), Das e Poole (2004) no entanto, modifica essa forma de conceitualizar incorporando essa ação violenta do Estado à sua essência e forma como ele atua, principalmente nas margens. Aqui, elas buscam afastar o sentido de margem como um lugar de “falta” mas sendo parte constitutiva desse próprio Estado. Essa ação nas margens muitas vezes não são escritas porque violam a própria lei formal, mas não devem ser analisadas como exceção e sim “como componente necessário da regra”(DAS; POOLE, 2004, p.6). Para a autora, o Estado produz normas e regras mas também se constitui nas formas como estas são reescritas e burladas informalmente. Isso porque “uma vez que o Estado institui formas de governança por meio de tecnologias de escrita, ele simultaneamente institui as possibilidades de falsificação, imitação e performances miméticas de seu poder” (DAS, 2020, p. 221). Nesse sentido, aqueles que representam o Estado nas margens também forjam leis e normas e às atribuem ao Estado, construindo regras “informais” que passam a constituir àquele.

Penso a ilegibilidade da ocupação a partir de um exemplo. Os Acordos de Oslo separaram a Cisjordânia em áreas que foram divididas entre Israel e Autoridade Palestina, nesse acordo os assentamentos judaicos somente poderiam ser instalados na Área C. No entanto, em 1999 vários colonos começaram a reclamar de uma má recepção de sinal na principal estrada que levava de Jerusalém aos assentamentos no norte da Cisjordânia. Como forma de solucionar o problema, uma antena telefônica foi instalada em uma montanha próxima. Coincidentemente ou não a mesma montanha tinha sido anteriormente alvo de tentativas de assentamentos, porém sem sucesso por ser propriedade de camponeses palestinos e palestinianas em que cultivavam

Figura 2 - Fronteiras pré-1967 - linha verde



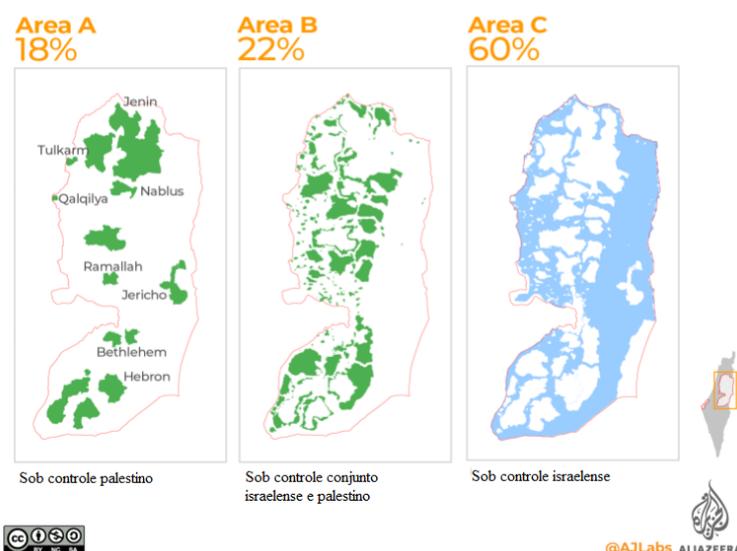
Fonte: Britannica, 2022

oliveiras e pastoreavam ovelhas. Apesar disso, a antena foi classificada por Israel como um assunto de segurança nacional e, legalmente, a terra privada poderia ser desposuída sem que o dono, palestino, pudesse fazer nada. A antena foi instalada e sucedida pela implantação de rede elétrica e de água na montanha. Alguns anos depois, os mesmos colonos pediram permissão para contratar uma segurança privada para o local para proteção da antena, que foi - legalmente - concedida. O guarda se mudou para o local com a sua família. Depois outros. Atualmente Migron é um dos maiores assentamentos da Cisjordânia e a antena que o iniciou permite que o exército de Israel faça operações com dispositivos de comunicação mais eficientes. Migron também é ilegal pelos Acordos de Oslo, mas é reivindicado como parte do território israelense por ter uma grande população judaica (WEIZMAN, 2012). Ao longo dos anos e através de diferentes micro-negociações, o assentamento foi sendo construído nessa fronteira difusa entre o legal e o ilegal que a ocupação promove. O exército que governa a Cisjordânia é composto por indivíduos que estão em um complexo entrelaçamento entre Estado e comunidade, implementando regras ilegais se utilizando do poder do Estado. Veena Das (2020) diz que as pessoas que implementam as regras tem dificuldade de lê-las (p. 231), mas no caso israelo-palestino há também uma falta de interesse em lê-las com o objetivo de tornar à posteriori o ilegal legal a partir de negociações, usando o estado de emergência como justificativa. Quando esse estado de emergência não é exceção e sim regra, como ela também afirma ao falar sobre algumas comunidades que estuda, é nessa negociação que o poder do Estado é produzido. Nessas negociações e em meio à ilegibilidade, a ocupação consiste no controle direto do território da Cisjordânia. Antes de 1967, as fronteiras entre Israel e Palestina funcionavam a partir do armistício de 1948, e ficou conhecida como "linha verde", que conseguimos ver na figura 2. O território que ela estabelecia para a população palestina era ainda menor que àquela decidido pela ONU, mas ainda era relativamente coeso.

2.2.1 Cisjordânia

A Cisjordânia consiste em um território de 5.655km com uma população de mais de 3 milhões de pessoas, sendo dessas 305 mil colonos israelenses. Atualmente a região é governada pela Autoridade Palestina e abriga o centro político e econômico, em Ramallah. A ocupação da Cisjordânia desde o início consistiu em um processo de judaização, desapropriação e construção de assentamentos, que ocorreu não somente através de políticas públicas mas também de organizações civis judaicas. Apesar de não ter um plano direcionador os princípios que nortearam a colonização da Cisjordânia foram a mudança da paisagem, expropriação de terras e construção de assentamentos. Diferentemente de lugares como Jerusalém Oriental, aqui se manteve o caráter de um regime militar, não havendo acesso a cidadania israelense. A expropriação de terras foi central na ocupação e entre 1967 e 1983 retirou cerca de 52% das propriedades dos palestinos e palestinianas, principalmente as agrícolas e as montanhosas. Essas

Figura 3 - Divisão da ocupação da Cisjordânia nos Acordos de Oslo



Fonte: Al Jazeera, 2021

disputas se deram não só militarmente mas também na Corte de Justiça Israelense com intensas batalhas judiciais que deslegitimavam qualquer tipo de comprovação de propriedade. Além disso, sob a justificativa de segurança nacional, o exército israelense tomou terras que posteriormente se tornaram assentamentos judaicos na região. Os assentamentos se tornam centrais para o processo de ocupação, em parte incentivados pelo governo de Israel mas também por grupos civis, como o *Gush Emunim* ²⁹. Apesar de ser um processo ilegal e já diversas vezes condenados pela comunidade internacional, os assentamentos foram se tornando verdadeiras cidades dentro da região e se expandindo sempre para locais estratégicos e fronteiriços, como caso de Migron mencionado no início desse capítulo (WEIZMAN, 2012).

Já na década de 1970, é permitido o porte de armas pelos colonos e toma curso um processo de vigilância dos palestinos e palestinas não apenas pelo exército mas também pela população civil israelense, que até hoje provoca confrontos nos territórios ocupados. Nesse sentido, a ocupação é tomada por manipulações burocráticas e violências militares que caracterizam uma profunda colonização do território. Demolições de casas se tornam uma instrumento de retaliação e punição coletiva, invasões noturnas promovem prisões ilegais e sem direito a julgamento, o controle do ir e vir, da água, das comunicações, taxas ilegais, dentre outras inúmeras violações vigoram desde 1967 na ocupação da Cisjordânia (WEIZMAN, 2012).

²⁹ Movimento de extrema-direita judaico ortodoxo que tinha como objetivo estabelecer assentamentos na Cisjordânia

Já próximo dos Acordos de Oslo (1993; 1995) a expropriações e a construção de assentamentos se intensificam. Nos Acordos fica estabelecida a divisão do território em três áreas (A, B e C), como vemos na figura 3. A área A ficaria sob controle civil e militar da AP, constituindo cerca de 3% da Cisjordânia na primeira fase e se expandindo para 18% a partir de 2013. A região inclui oito cidades palestinas: Ramallah, Nablus, Hebron (somente 80%), Jericó, Belém, Jenin, Tulkaren e Qalendia, e não possuiria nenhum assentamento israelense³⁰. Inicialmente, seria proibida a entrada de forças militares de Israel nesta área, mas durante a Segunda Intifada isso se tornou comum. A área B seria dividida entre controle civil da AP e controle do exército de Israel, sendo 22% do território a partir de 2013. Nessa área existiam principalmente aldeias palestinas. Já a área C sob domínio civil e militar de Israel consistia em 72% da Cisjordânia na primeira fase. Durante as negociações do Memorando de Wye River, entre a AP e o governo de Israel, ficou decidido que Israel se retiraria de 13% desse território, transformando essa totalidade para cerca de 60% da Cisjordânia. Israel se retirou de apenas 2% que posteriormente foram retomados (WEIZMAN, 2012; Rabin, Yitzhak and Arafat, Yasir, 1995). Retornando para Israel depois das negociações em Maryland, o ministro de relações exteriores Ariel Sharon declarou em entrevista a uma rádio:

Todo mundo tem que se mover, correr e agarrar o máximo de morros que puder para ampliar os assentamentos, porque tudo o que levamos agora será nosso. Tudo o que não pegarmos irá para eles (WEIZMAN, 2012, p.3).

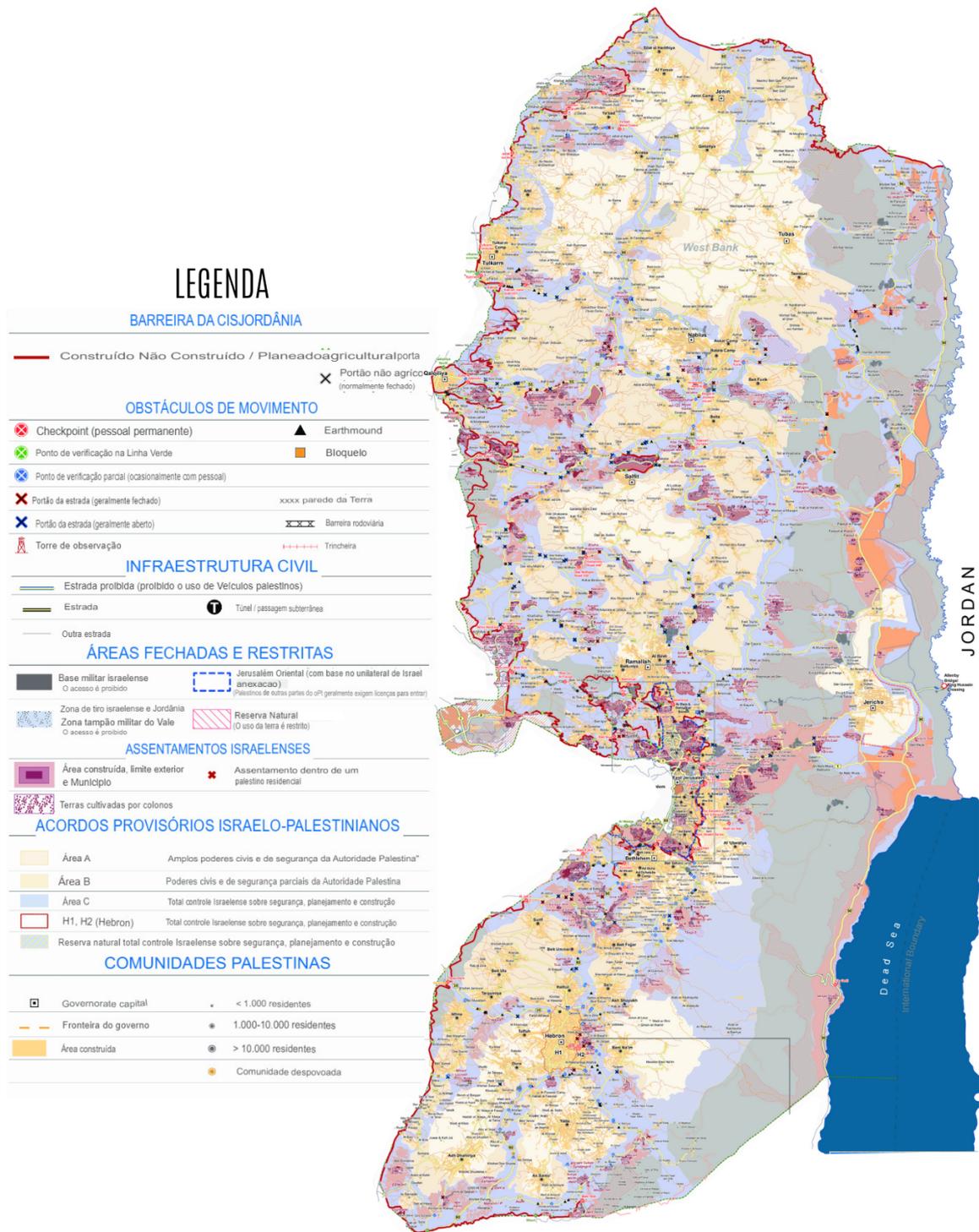
E realmente o crescimento dos assentamentos nessa área é exponencial a partir do final dos anos 1990, diferente de Jerusalém Oriental que estabiliza desde o início da década e Gaza em que os assentamentos acabam em 2005. A grande maioria desses assentamentos israelenses estão nessa área (C), aumentando de cerca de mil colonos em 1972 para 350 mil em 2013. Na área C ficam a maior parte dos recursos naturais da Cisjordânia que, de acordo com o Banco Mundial (2013), ajudariam a reduzir drasticamente a pobreza e impulsionariam o desenvolvimento da população palestina. Os benefícios indiretos ainda seriam múltiplos, principalmente aqueles relacionados à infraestrutura, devido ao custos humanos e financeiros das barreiras, checkpoints, falta de rede e acesso às principais fontes de água, redes de comunicação, dentre outras muitas questões. Desde 1988, mais de 10 mil ordens de demolição³¹ foram expedidas contra propriedades palestinas, que se juntam à essa série de violações estruturais na Cisjordânia.

Atualmente, a Cisjordânia é cortada pelo Muro (ou Barreira) que consiste em uma parede de concreto de 8 metros de altura que perpassa todo o território, como vemos a linha vermelha no mapa 4 em toda a fronteira da Cisjordânia e se entrelaçando por dentro do território. Além do muro, checkpoints fixos e móveis se espalham (X vermelho), assim como torres de

³⁰ Atualmente existem assentamentos na área B

³¹ Para saber mais sobre: https://www.ochaopt.org/documents/demolition_area_c_392015.pdf

Figura 4 - Mapa da ocupação da Cisjordânia em 2020



Fonte: Editado pela autora a partir de OCHA Opt, 2020

observação (torre vermelha), pontos de verificação (X azul e verde), barreiras (imagem de uma barreira em preto) e bloqueios rodoviários (quadrado laranja). As estradas se dividem em estradas proibidas para o uso de pessoas palestinas (linha branca) e estradas "comuns"(linha preta e amarela). As zonas em cinza, que incluem toda a extensão do rio Jordão, são consideradas zonas militares israelenses e de acesso proibido aos palestinos e palestinianas. Os assentamentos em rosa escuro se expandiram ao longo dos anos e assim seguem fazendo, inclusive dentro de zonas palestinianas (x vermelho pequeno). Assim, o mapa dos 365km que a Cisjordânia possui se torna inteiramente recortado, depois de ser múltiplas vezes redesenhado.

Busquei demonstrar aqui como a ocupação dos territórios palestinianos vai muito além da presença militar de Israel. É um mapa complexo, um patchwork (WEIZMAN, 2012), e que se entremeia em diversos aspectos da vida produzindo violências. Ao longo desse tópico pretendo percorrer o debate teórico sobre a incorporação dessa violência no cotidiano das palestinianas, com quadros que seriam anteriormente percebidos como anômicos sendo incluídos ao escopo de normalidade.

2.2.2 Violência infraestrutural rotinizada na ocupação

Mas como pensar a ocupação de Israel sobre a Palestina para além da ilegalidade desta e dentro da sua ilegitimidade? Em seu livro “Necropolítica” (2003), Achille Mbembe afirma que a ocupação da Palestina é o maior exemplo de colonização na contemporaneidade. Seu argumento parte da forma como Israel produz o seu necropoder principalmente a partir do controle do espaço (fragmentação territorial, proibição de acesso a certas zonas e expansão dos assentamentos), mas com um foco em como isso impacta os palestinos e palestinianas a partir de um recorte racializado. Em diálogo com Graham (2002b) que descreve o contexto da ocupação como uma guerra infraestrutural geral, Mbembe (2003) ressalta como essa guerra parte de uma técnica de "terra arrasada" que busca:

...demolir casas e cidades; desenraizar as oliveiras; crivar de tiros tanques de água, bombardear e obstruir comunicações eletrônicas; escavar estradas; destruir transformadores de energia elétrica; arrasar pistas de aeroportos; desabilitar os transmissores de rádio e televisão; esmagar computadores; saquear símbolos culturais e político-burocráticos do Pto-Estado Palestino; saquear equipamentos médicos (MBEMBE, 2003, p.47)

Essa ideia é refinada a partir do conceito de urbicídio de Graham (2017). Cunhado para pensar a Guerra da Bósnia por Marshall Berman, mas que o autor utiliza para explicar a forma como as cidades se tornaram um alvo militar deliberado de Israel na ocupação. O foco dele recai sobre a destruição das cidades como uma tática de guerra, não adentrando no debate do indivíduo que Mbembe (2003) faz. Ambos os conceitos, no entanto, nos ajudam voltar o foco para o controle e destruição das cidades como foco de análise. No tópico anterior, as figuras nos permitiram observar o nível de fragmentação do território, no qual são construídos muros e

checkpoints com o objetivo de impossibilitar a movimentação no espaço. Para Mbembe (2003), esse processo é duplo e pretende:

Impossibilitar qualquer movimento e implementar a segregação à moda do Estado do apartheid. Assim, os territórios ocupados são divididos em uma rede complexa de fronteiras internas e várias células isoladas (MBEMBE, 2003, p. 43)

A partir de Weizman (2002), Mbembe utiliza o conceito de “política de verticalidade” para explicar a forma como a ocupação opera controlando terra, subsolo, ar e água, fragmenta o território não somente em mapas planos mas torna necessário o uso de mapeamentos em três dimensões. Na terra, tanques e o controle do espaço a partir da construção de uma arquitetura de guerra com muros e checkpoints; no subsolo, rede de túneis permitem o deslocamento do exército de Israel pela Palestina sem alertar a população; no ar, aviões patrulham e mapeiam a região para melhor controle, e o embargo impossibilita a chegada e a saída de aviões de turismo e comércio, principalmente em Gaza; na água, o mesmo embargo suspende o comércio e não permite que navios atraquem em Gaza, além do controle dos rios, nascentes de água e águas profundas, como o Aquífero da Montanha (maior reservatório da região, que fica sob a Cisjordânia). Esse controle vai sendo feito aos poucos através do exército e da construção de infraestruturas que viabilizam a colonização do território da Palestina (WEIZMAN, 2012).

Weizman (2002, 2012) analisa essa construção de arquiteturas de guerra e aponta que Israel estabelece sobre os territórios ocupados uma geografia elástica que busca constantemente reorganizar fronteiras a partir de disputas políticas e militares. A arquitetura e o planejamento urbano são utilizados como ferramentas táticas de retirada de direitos, propriedades e vidas palestinas sempre utilizando como justificativa a bandeira da “segurança nacional” (WEIZMAN, 2012; KIMMERLING, 1993). Nesse entremeio, o caos se torna uma importante ferramenta política, que com às incertezas geográficas permitem a expansão de Israel.

Aciono aqui o debate sobre infraestruturas, que transborda a geografia e a arquitetura e incorpora análises da antropologia e da sociologia na última década, com o objetivo de analisar a ocupação. Definir o que seriam essas infraestruturas é extremamente complexo, mas em sua maioria os trabalhos a colocam como redes ou sistemas que permitem a vida na cidade, sendo materiais que permitem trocas por meio do espaço (LARKIN, 2020; ANAND; GUPTA; APPEL, 2018). Nesse trabalho, não pretendo adentrar em toda a dimensão técnica das infraestruturas na Palestina (EL-MOUGHHER; MAHFUTH, 2021; SHLOMO, 2017; ZIARA et al., 2002; STAMATOPOULOU-ROBBINS, 2021), apesar de reconhecer a forma como estes permitem observar as racionalidades políticas que fundamentam o projeto (LARKIN, 2020). Compreendo aqui a infraestrutura, como uma noção articuladora entre a violência de Israel e a necessidade de controle da população palestina dentro de uma ocupação que já dura décadas. Larkin (2020) questiona a forma como alguns trabalhos tomam como premissa a infraestrutura como algo invisível e que se torna visível a partir da sua quebra, dizendo que é importante analisar "como a (in)visibilidade é mobilizada e o porquê"(p. 45). O que pretendo aqui é observar

como a visibilidade e a invisibilidade das infraestruturas são mobilizadas em articulação com a guerra e a violência na Palestina.

Com infraestruturas então, eu aponto uma rede de sistemas de organização e articulação do espaço e da vida da população palestina, com ênfase na (i)mobilidade pelo território (caracterizada pelos checkpoints e o controle de documentação) e a rede de água (que se inter-relaciona com a rede de esgoto e de energia). Claramente muitas outras poderiam ser pautadas. Entretanto, essas foram ressaltadas pelas interlocutoras e nos ajudam a perceber uma série de violências "escondidas". Larkin (2020) diz que definir infraestruturas é um ato categórico, pois enfatiza como infraestrutural aquilo que se torna causal do problema em questão e o separa daquilo que é deixado de fora. As infraestruturas ressaltadas aqui o são por serem centrais para a organização da ocupação e por produzirem essa ponte entre a violência e a rotinização. Nesse sentido, o conceito de *Slow Violence* cunhado por Rob Nixon se torna caro à essa dissertação, uma vez que busca expandir o campo da violência ressaltando formas como ela que se dispersa em uma escala temporal mais ampla, sendo importante para analisar a relação entre violência e infraestrutura:

Por *Slow Violence*, quero dizer uma violência que ocorre gradualmente e fora de vista, uma violência de destruição retardada que se dispersa no tempo e no espaço, uma violência de atrito que normalmente não é vista como violência. A violência é habitualmente concebida como um evento ou ação que é imediata no tempo, explosiva e espetacular no espaço, e irrompe em uma visibilidade sensacional instantânea. Precisamos, acredito, envolver um tipo diferente de violência, uma violência que não é espetacular nem instantânea, mas sim incremental e acretiva, suas repercussões calamitosas ocorrendo em uma variedade de escalas temporais. Ao fazê-lo, também precisamos enfrentar os desafios representacionais, narrativos e estratégicos colocados pela relativa invisibilidade dessa *Slow Violence* (NIXON, 2011, p. 2)

Nessa ideia, a temporalidade se torna algo central porque ela "dilui" a violência ao longo do tempo. Pensando principalmente as questões ambientais e a dificuldade em torná-las algo urgente, Nixon (2011) repensa aquilo que seria caracterizado como violência, indo além da pura agressão em um período de tempo, mas pensando algo que pode incluir agressões, violências estruturais, mas se estendendo no tempo. Larkin (2020) vai ressaltar também como a análise antropológica das infraestruturas mobilizam constantemente diferentes temporalidades. São construídas grandes estruturas físicas, materialidades que carregam em si uma política pública que se estende no tempo. Apesar de importante, o trabalho de Nixon (2011) foi criticado principalmente por acadêmicas vindas da teoria feminista marxista por não levar em consideração o já longo debate sobre as violências cotidianas não percebidas publicamente. Ressaltam ainda como o autor não pauta como a *Slow Violence* é profundamente atravessada por questões de raça e gênero, campos teóricos que dialogam muito sobre essa invisibilidade de certas violências (CHRISTIAN; DOWLER, 2019). Nesse sentido, Christian e Dowler (2019) argumentam que a *fast* e a *slow violence* se co-constituem, algo que se relaciona muito com a ideia da Das (2020) de como o evento e o cotidiano são profundamente inter-relacionados.

Apesar de não se relacionar diretamente com o debate sobre infraestruturas, o conceito de Nixon (2011) se torna recorrente nessa literatura por nos auxiliar a pensar diferentes temporalidades e escalas de materialidades. Truelove e Rusczyk (2022) parte tanto da ideia de *Slow Violence* quanto de violência infraestrutural (RODGERS; O'NEILL, 2012) e busca inter-relacionar estas com o debate sobre gênero, central para a pesquisa de campo das autoras assim como para a minha. Ao relacionar esses conceitos, pensando uma *slow infrastructural violence*, as autoras conseguem pensar tanto as diferentes temporalidades e continuidades que o conceito de *Slow Violence* nos mostra quanto o relacionar com a violência produzida a partir das infraestruturas urbanas. O conceito no entanto não é apenas um somatório de outros anteriores, ele vai além por pensar os corpos generificados como parte da infraestrutura:

uma violência de ordens sociais de gênero (e interseccionais) que organiza as paisagens urbanas, ajuda a distribuir e circular recursos, e que muitas vezes leva a formas recorrentes de dano para determinados corpos de gênero/ classificados/ escalados/ racializados na cidade. (TRUELOVE; RUSZCZYK, 2022, p. 4)

O conceito então se torna importante pra pensar as infraestruturas dentro de possíveis produções de violências que possuem um impacto racializado e generificado, e por isso se torna central para essa pesquisa. Um outro ponto importante no debate das infraestruturas é como estas também são um elemento semiótico e estético. Como exemplo, o Muro tem como justificativa ser um projeto de segurança mas expõe a segregação produzida na Cisjordânia. Mbembe (2003) também fala sobre como Israel promove um controle estratégico que sempre reivindica a metáfora do alto. Buscando a vigilância do território e o exercício do poder, mas também reforçando a posição controle de Israel sobre a Palestina (WEIZMAN, 2012; MBEMBE, 2003). Em um relato emocionante, Lilah, conta sobre o nascimento de seu irmão logo após a guerra de 1967 e ressalta esse controle que o exército israelense promove e o trauma gerado para ela e toda a família:

[...] eles ficavam de binóculo observando qualquer movimento, nós tínhamos toque de recolher; 17h da tarde ninguém saia mais de casa e naquela época os banheiros eram fora de casa ne. Eu tava com 7 anos quando isso tudo aconteceu e como é que eu vou tirar isso da minha cabeça, com 7 anos a gente consegue voltar ao tempo porque são coisas muito marcantes, muito dolorosas e muito marcantes.(Trecho de entrevista com Lilah)

O controle a partir das montanhas, posteriormente se transforma em um assentamento e aloca os palestinos e palestinianas para os vales. Sobre esses, Israel deposita a atmosfera de medo, vigilância, controle e todos os seus resíduos. Assim, o impacto da colonização israelense sobre a população palestina é percebido por Mbembe (2003) como uma tradução da necropolítica que o autor busca teorizar. Partindo do conceito foucaultiano de biopoder, que seria “o domínio da vida sob o qual o poder exerceu controle” (p. 6), o autor se pergunta se este seria suficiente para compreender formas de ação do Estado em que o direito de matar e a guerra são o objetivo, e não um percalço no caminho. O necropoder seria, então, o direito de matar e de expor as

peças à morte a partir da construção de circunstâncias e estruturas que levem a isso. Nesse sentido, o debate sobre infraestruturas se insere como uma maneira de analisar de forma mais profunda a proposta de Mbembe e compreender a forma como estas expõem uma intencionalidade de violência. Além disso, pensar infraestruturas urbanas e de guerra nos permite enxergar a relação entre diferentes escalas de violência, pensando o urbicídio das cidades (GRAHAM, 2017), as diferentes temporalidades e impactos dessas (TRUELOVE; RUSZCZYK, 2022) mas também a precarização da vida de forma geral (BUTLER, 2019). Tudo isso é viabilizado pela construção de um estado de exceção constante e a criação de um inimigo ficcional que:

tornam-se a base normativa do direito de matar. Em tais instâncias, o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, à emergência e a uma noção ficcional de inimigo. Ele também trabalha para produzir a mesma exceção, emergência e inimigo ficcional (MBEMBE, 2003, p. 38)

O autor desenvolve sobre como políticas são formuladas com o objetivo de impossibilitar a vida daqueles que são enquadrados na necropolítica do Estado. Nesse caminho, Butler (2019) aponta para constituição de políticas de precariedade para populações consideradas não-vivas por esse Estado. Em busca de pensar como uma violência pode ser percebida como ética quando perpetrada contra certos grupos, a autora recorre a uma ontologia da vida, e aponta que todas as vidas são precárias e uma vida só é considerada enquanto tal quando passível de ser enlutada. Em primeiro lugar, a precariedade da vida diz respeito a viver em sociedade, ou seja, “o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, na mão do outro” (p. 31). Isso porque o que a autora busca pensar quando fala sobre vida não é sobre o estatuto de pessoa, no sentido biológico, mas sim das condições sociais que tornam viver possível,

Não há vida sem as condições de vida que sustentam, de modo variável, a vida, e essas condições são predominantemente sociais, estabelecendo não a ontologia distinta da pessoa, mas a interdependência das pessoas, envolvendo relações sociais reproduzíveis e mantenedoras, assim como relações com o meio ambiente e com formas não humanas de vida, consideradas amplamente (BUTLER, 2019, p. 38)

O que a autora busca ressaltar é que algumas vidas recebem essas condições e outras não, e o que produz esse reconhecimento é a capacidade de ser enlutada. Ao afirmar que uma vida pode ser tirada Butler (2019) expõe a precariedade da vida e o fato de que as pessoas dependem umas das outras, porque se o ser humano pode morrer é necessário cuidar para que ele viva. Assim, “a possibilidade de ser enlutada é um pressuposto para toda vida que importa” (p. 32). Em diálogo com Mbembe (2003) poderíamos dizer também que o direcionamento dessa política de precariedade tem um viés racial profundo, porque “a política da raça em última análise está relacionada com a política de morte” (p. 18). Ainda, em concordância com Butler, o autor diz que a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, “quem é “descartável” e quem não é” (p. 41), no entanto dando uma ênfase maior para o papel do Estado, algo que não é feito pela autora principalmente porque o ponto de partida da pesquisa dela são

as incursões dos EUA no Oriente Médio, ou seja, um país invadindo outro. Essa relação entre as condições que tornam a vida possível, a soberania e as infraestruturas no caso da Palestina vão produzir o que Huberman (2020) vai teorizar como colonização neoliberal.

Em sua tese, Bruno Huberman (2020) apresenta uma extensa análise sobre essa colonização neoliberal na Palestina, a partir do estudo de caso de Jerusalém Oriental. O termo contraditório me parece uma forma interessante de nomear a atual situação colonial na região. Para o autor, o colonialismo neoliberal “representaria a síntese das contradições entre as suas tecnologias duras e suaves que permitem a reprodução das desigualdades raciais do governo colonial como resultados “naturais” das relações de mercado” (p. 21). O neoliberalismo e o colonialismo, nesse sentido, operam sob a mesma lógica de acumulação por espoliação, promovendo a construção de classes sociais sob uma intersecção entre raça e inserção no mercado. Nesse processo, pessoas palestinas são inseridas na economia israelense de forma subjugada, tornando-se tornando cidadãos de segunda classe por serem palestinos e palestinas e pela sua classe social. Essa inserção é central para o colonialismo neoliberal, e pode ocorrer tanto de forma coercitiva, com disposições de casas palestinas e as violações de direitos humanos e patrimoniais, quanto como um aparente consentimento a partir do desenvolvimento da capacitação empreendedora, que estaria “permitindo diferentes modos de espoliação reproduzirem a hierarquia racial entre israelenses e palestinos” (p. 25).

Indo além do que Mbembe aponta como uma colonização contemporânea e da precarização da vida da Butler, Huberman aponta para os distintos mecanismos presentes na situação palestina e para a forma como a colonização está profundamente enraizada na constituição de um regime neoliberal em Israel. É um processo que ocorre não apenas através da ocupação militar e do estabelecimento de um Estado de exceção mas também através da construção de uma infraestrutura colonial e de um mercado que produz uma acumulação primitiva de capital e incorpora os palestinos e palestinas de forma subjugada com o objetivo de impedir a organização política desse povo. Esse processo é mais avançado em Jerusalém Oriental, como é possível observar na pesquisa de Huberman, mas norteia a lógica da ocupação israelense. Em diálogo com Weizman (2012), são ressaltados não apenas o produto final dessa violência, que é uma colonização no século XXI, mas também os mecanismos que levam a isso, principalmente, as infraestruturas urbanas sendo transformadas em infraestruturas de guerra, construídas para promover o controle e a expansão de Israel (GRAHAM, 2017).

O que penso ser necessário observar a partir desses autores é como a impossibilidade de produção e reprodução da vida não é um acidente na Palestina. De acordo uma das interlocutoras, Saara, “tudo aqui [Palestina] é pensado, e muito bem pensado”. É um política premeditada e direcionada, que tem como alvo central a população palestina e pretende esgarçar o tecido social a ponto de que viver uma vida plena se torna impossível. A necropolítica israelense produz uma vida precária nos territórios ocupados e busca impossibilitar que questões básicas para a sobrevivência, como um acesso a água ou a mobilidade dentro de um território, se tornem palpáveis. A alocação diferencial da condição precária conversa com a ideia de necropolítica no

sentido que algumas populações são constituídas como alvo de políticas que instrumentalizam seus corpos e promovem políticas de morte. Aqui não é a guerra que toma frente, mas sim políticas públicas (seja sob um Estado ou sob uma ocupação colonial contemporânea – como o caso da Palestina) que buscam impossibilitar a produção de uma forma de vida em um território. As infraestruturas urbanas então são mobilizadas como infraestruturas de guerra, produzindo violências contínuas e diárias. Nesse sentido, o que é ou não violento se torna turvo e se mistura com o dia a dia. O que pretendo demonstrar ao longo do próximo tópico é como as mesmas questões que aparecem no relato de Lilah acima (a vigilância, o controle e o desrespeito a direitos básicos) como violência, se tornam parte da rotina e parte de um local considerado seguro quando comparado a outros.

2.2.3 Incorporação da violência no cotidiano

Nas cinco entrevistas desta dissertação, as noções de violência e insegurança foram abordadas pelas entrevistadas de forma diferente da que eu imaginava quando iniciei meu campo. Isso porque fatores considerados violentos antes de 1967, como o toque de recolher e a vigilância já mencionadas anteriormente, se tornam parte do escopo de normalidade da vida, enquanto outros fatores se tornam violentos (como problemas de documentação, controle da água, prisões, destruição de casas e invasões de cidades). Então, o que passa a definir o que é violento ou não? Quais situações são seguras ou inseguras? Busco argumentar aqui que a incorporação da violência na rotina acontece a partir da experiência e da constituição individual e coletiva de mapas de medo (CAVALCANTI, 2008; DAS, 2020; JEGANATHAN, 2004). Assim, o problema da violência ainda está na interrupção dos fluxos de rotina, como argumentei no tópico anterior sobre as irrupções de violência, mas também em como esse cotidiano se constitui, modifica e rotiniza ações antes violentas e anômicas.

Como mencionado no começo deste capítulo, devido ao recorte metodológico que abarca mulheres palestinas com alguma relação com o Brasil, este é constantemente o referencial oculto de suas falas. Nesse sentido, as aproximações entre os países vão além de suas similaridades nas constituições de suas violências mas incluem também as experiências das interlocutoras. É importante ressaltar essa especificidade do trabalho porque as noções de violência e insegurança expressas aqui não se pretendem universais, mas sim buscam apresentar uma certa perspectiva do conflito, que é relacionada com aspectos políticos e estruturais que transbordam as entrevistas.

Lilah iniciou sua entrevista contando um pouco da sua história de vida, que tem como ponto marcante a Guerra dos Seis Dias e a ocupação em 1967, que retratei anteriormente no tópico 3.1. Na época ela tinha 7 anos, estava na Palestina com sua mãe grávida e um irmão que era bebê de colo ainda, seu pai e o restante da família já estavam no Brasil, mas sua mãe tinha decidido voltar à terra natal por não ter se acostumado com o país. Nessa parte de seu relato, ela

ressalta como a vigilância e o controle promovidos por Israel durante o início da ocupação eram violentos e geraram um trauma, com o nascimento complicado de seu irmão e a vida pautada no controle do exército de Israel.

Em seguida, ela fala sobre a sua filha mais velha que atualmente vive na Palestina com seu marido e duas filhas. A filha Hana, também entrevistada nessa dissertação, mora atualmente no mesmo lugar que Lilah morou e viveu esses traumas, mas ao falar sobre a situação da filha hoje, a perspectiva sobre segurança é diferente. Lilah aponta que “a vida lá é boa em termos de segurança né, porque onde ela tá não tem guerra, mas em termos de segurança: não tem assalto, não tem essa coisa toda que a gente tem por aqui [Brasil]” (Trecho de entrevista com Lilah). A mesma percepção de segurança aparece na fala de Hana:

Quando eu cheguei aqui e eu gostei, eu me impressionei muito com a questão da segurança né? Que é uma coisa que até hoje pra mim é muito importante, assim eu que fui criada no Brasil e a gente cresce cheio de medo, pra mim é que a questão da segurança foi um fator essencial assim. (Trecho de entrevista com Hana)

Em seguida questionei Hana sobre essa percepção de segurança mesmo em um local de conflito:

G: se você puder falar um pouco mais sobre essa percepção de segurança que você tem aí que você não tinha aqui no Brasil né? Porque quando a gente fala sobre Palestina vendo daqui a maioria das pessoas sempre fala sobre um lugar em que tem uma guerra acontecendo a todo tempo, que é muito violento, que tem uma ocupação e enfim tem uma visão de que é uma violência no dia a dia. Aí se você puder falar um pouco sobre o dia a dia assim, sobre o cotidiano, sobre como essa violência afeta ou não afeta esse dia a dia pra você aí

L: Bom, isso todo mundo me fala, né? Quando eu falo da questão da segurança todo mundo fala isso. Aqui não é essa percepção, mas como eu te comentei da outra vez, eu não moro numa região de conflito, conflito direto, como é o caso da Faixa de Gaza. Então diretamente aqui a gente é muito pouco afetado, a não ser quando a coisa pega fogo mesmo e a gente escuta, a gente escuta míssil, a gente fica meio apreensivo, mas aqui não tem nada muito ligado a isso. Em algumas épocas quando o conflito está mais fervoroso o exército de Israel entra aqui na cidade, [...] normalmente é de madrugada e normalmente eles vão atrás de quem se mete com essas coisas políticas ou de quem faz alguma coisa, enfim, contra eles ou alguém denunciou, que está trabalhando em prol [...] da causa palestina. E então eles vem às vezes de madrugada e levam prisioneiros ou levam gente pra interrogar, eles invadem as casas, entram nas casas... aqui na minha casa nunca aconteceu tá? Eu estou aqui há dez anos e isso nunca aconteceu comigo, graças à Deus, mas aqui na cidade conheço várias pessoas, inclusive familiares, que o exército entra na cidade e eles batem na porta de madrugada ou entram sem bater, inclusive, acordam todo mundo da casa, sentam todo mundo na sala, pegam uns documentos e enfim é uma coisa que... mesmo que a pessoa não tenha feito nada, mesmo que a pessoa não tenha ligação nenhuma com nada tá? Isso às vezes acontece tá? Comigo graças à Deus nunca aconteceu. Mas tenho uma prima minha, por exemplo, que mora perto da onde é a divisão, que a gente mora numa cidade que é tipo uma última cidade da parte palestina, então logo depois já tem um muro [...] como se fosse uma cerca, e aí logo depois já tem exército ali na fronteira. Então eles entram por ali, a casa dela é ali, então aquela a rua dela ali eles vem, batem de madrugada, botam todo mundo na sala, não é sempre, tá? Mas já

aconteceu algumas vezes com ela. [...] Segurança com relação ao que eu falo é com relação a assalto, sequestro enfim seguro pra criança, minha filha várias vezes volta à pé da escola. . . se tu for parar pra pensar num país que existe um conflito que praticamente não cessa né? Se tu for pensar nas nas regiões que realmente tem conflito. . . mas é um país onde a saúde pública funciona e onde a escola pública funciona. (Trecho de entrevista com Hana)

Logo em seguida, Hana diz que a parte que ela mais sente a violência de Israel é quanto à documentação, algo que será melhor desenvolvido no capítulo seguinte. Em um outro momento Lilah faz um relato sobre uma visita a uma amiga em uma cidade vizinha de sua filha na qual “é violência 24 horas”, e para ela isso acontece porque o exército israelense entra na cidade e os ataca de alguma forma, nesse caso para derrubar a casa de uma família palestina:

quando eu cheguei la na cidade dela, nos fomos de van e o cara da van mandou a gente descer, ele não queria entrar na cidade; nos perguntamos porque e ele falou que tava acontecendo um conflito la e que não ia entrar, falou vocês vão descer aqui e vão a pé; ai nos descemos e fomos a pé até a casa dela, mas nesse percurso que nos fizemos, visualiza você, a gente andando numa rua reta e no final dessa rua mais de cem soldados fortemente armados, com aqueles escudos, tentando entrar na cidade pra chegar ate uma casa e derrubar aquela casa, desmontar aquela casa porque tinha um suspeito palestino que tinha feito alguma coisa que eles não tinham gostado e eles iriam la pra castigar a família dele e derrubar a casa dele. Então, quando eles iam pra dentro da cidade, os jovens e as mulheres iam pra cima sem arma, sem nada, não deixava eles entrarem. As mulheres batem mesmo, elas batiam e não estavam nem ai, e eu fiquei desesperada naquele momento, os rapazes todos com o lenço ne, aquele lenço palestino, e eu dizia pelo amor de deus volta, vocês vão morrer, e a minha amiga me puxando falando “vamos, vamos que a gente tem que chegar em casa, deixa esse conflito”; e eu “como assim, olha como ta isso aqui, olha essas crianças tudo correndo”.... ai conseguimos chegar na casa só que logo depois vem a má notícia ne, um rapaz foi baleado no olho e perdeu o olho, outro rapaz foi assassinado, meninas ficaram presas dentro da escola [...] E lá nessa minha amiga, ela recebeu um telefonema da filha dela dizendo “ah mãe, nos estamos presas por causa do conflito” e ela “ah minha filha, tudo bom”; pra ela era natural aquilo, eu não consegui sentar, não consegui comer, não consegui relaxar em nenhum momento e a mulherada lá rindo, brincando, conversando, e eu falei “nossa gente, como que vocês conseguem”, ai elas “essa aqui é a nossa vida, se a gente não se desliga um pouco dela a gente se acaba, a gente morre. Então a gente sabe que ta tendo um conflito, a gente sabe que a qualquer momento pode vir uma bala aqui, a gente sabe que a qualquer momento um ente querido nosso é baleado, a gente sabe de tudo isso, mas nós temos que seguir a nossa vida, nós temos que ser felizes” (Trecho de entrevista com Lilah)

Ainda sobre essa cidade, ela diz que:

Não tem um dia que passa nessa cidade que não aconteça alguma coisa, então tem cidades que realmente elas vivem 24h em conflito e tem cidades que são mais calminhas, mais quietinhas, que o judeu entra la e empurra a porta da casa com a bota assim, entra la, humilha, pega a criança, pega o rapaz, vai la e prende, e ai é isso ai. (Trecho de entrevista com Lilah)

Apesar de em um primeiro momento parecer contraditória, essa percepção de Lilah e Hana parte de uma análise da violência a partir da experiência. A ocupação que é sempre denunciada e problematizada pelas interlocutoras é colocada como menos violenta dentro de uma

hierarquia de violências que é pautada pela experiência vivida por elas próprias ou por membros da família. A “guerra de verdade” não é uma condição permanente do território mas sim aquilo que elas consideram uma demonstração de violência estranha à que elas experienciam. Nesse sentido a ocupação foi incorporada no “mapa mental de medo e da cidade” delas e se tornou “princípio estruturante da fenomenologia da vida cotidiana” (CAVALCANTI, 2008, p. 35). Ambas as ideias mencionadas anteriormente foram pensadas por Mariana Cavalcanti para descrever uma etnografia dos tiroteios nas favelas do Rio de Janeiro.

De acordo com a autora, a constante possibilidade de irrupção de um tiroteio estrutura a vida nas favelas, porque a partir destes se organizam as relações, os compromissos e o próprio espaço. As noções de segurança e insegurança a partir do tiroteio (ou da iminência dele) são percebidas a partir do que Cavalcanti chama de “leitura de clima”. Comparando com o tempo meteorológico, ressalta que “o “clima” do “morro” ou da “comunidade” é um dado do mundo, tão volátil e incontrolável quanto aquele” (p. 43) e que a leitura que a população faz dele produz uma hermenêutica baseada em códigos “que combinam elementos significantes visuais e sonoros, jogos de presenças e ausências, performances quase ritualizadas, os ritmos da vida cotidiana e, é claro, o fluxo constante de rumores, fofocas e informações em geral” (p. 45). Assim, as pessoas comparam imagens mentais de normalidade (que seria quando as coisas estão “tranquilas”) com as interrupções destas, que não necessariamente tem haver com a presença de armas ou da polícia, mas com as coisas estarem “fora do lugar” que deveriam estar (nessa imagem de normalidade). Outro ponto interessante que a autora coloca é que esses “mapas mentais do medo e da cidade” (p.52), que estabelecem percepções de segurança e insegurança não são definidos somente pela experiência mas também por “mediações da mídia, de relatos de segunda mão, de comentários cotidianos, de memórias e trajetórias pessoais” (p.52).

Dialogando diretamente com essa ideia de construção de uma antecipação mental da violência, Veena Das (2020) fala sobre uma ecologia do medo na vida cotidiana, que organiza o “potencial” e o “virtual” mesmo quando não são concretizados em eventos. Ela coloca em pauta, assim como Cavalcanti (2008), que a violência que é experienciada e a potencialidade dessa violência constroem o medo e organizam a vida das pessoas. Das (2020) foca, no entanto, em como as pessoas produzem sentidos a partir dessa ecologia do medo, enquanto Cavalcanti (2008) ressalta a forma como as pessoas organizam a vida a partir desses mapas. Jeganathan (2004) também pensa um conceito similar, de mapas de antecipação, ao falar sobre como a lei é suspensa momentaneamente nos *checkpoints* quando uma população se encontra em meio à uma guerra civil. Essa antecipação de momentos em que a legalidade é suspensa conversa diretamente com o que estamos discutindo nesse capítulo, mas acredito que o foco no cotidiano dado por Das e Cavalcanti é mais proveitoso para analisar as entrevistas que foram feitas.

Nesse sentido a noção de que mapas de medo são constituídos a partir de uma “leitura do clima” da região é central para compreender a aparente contradição nos relatos. Gaza é tida sempre como um lugar onde há guerra e muita resistência, e a região não é ocupada e constantemente sofre com investidas militares de Israel. Já na Cisjordânia, os locais “violentos”

ou “seguros” são constituídos a partir dos mapas mentais construídos pelas interlocutoras, em que noções do que é violento ou não partem de uma percepção anterior do que é normal ou não. Soldados andando na rua e invadindo casas podem ser percebidos igualmente como violentos ou parte de uma normalidade a partir do mapa que foi construído. E aqui acredito que seja importante ressaltar que essas construções mentais não são somente individuais: elas ora se expandem para a coletividade - com a ideia de Gaza como violento sendo geral, por exemplo - ora individual - como a filha voltando andando pra casa sendo uma imagem de segurança.

Nessas imbricações entre o seguro e o inseguro, Simone Gomes (2016; 2023, no prelo) pensa a categoria violência rotinizada a partir de seu trabalho de campo na Zona Oeste do Rio de Janeiro e em Guerreiro, México. Essa forma de violência ocorre principalmente em espaços periféricos, com transposições entre o legal e o ilegal, e majoritariamente urbanos, devido a imbricações entre pobreza, desigualdades e escassos investimentos públicos que abrem um vácuo de presença do Estado. Inicialmente (2016), a categoria foi pensada para tratar sobre as ações políticas de militantes nesses locais. A presença constante de atores como o tráfico e a milícia constituem uma atmosfera de medo e insegurança que desmobilizam organizações políticas e dificultam a construção de demandas coletivas. Em uma tentativa de definir o conceito, Gomes ressalta que

A violência rotinizada pode ser definida, em linhas gerais, pela experiência cotidiana dos sujeitos em ambientes com alto grau de coerção, onde atores armados - como a milícia, traficantes de drogas a varejo e outros grupos criminosos - se instalaram de forma ostensiva. Nestes espaços, a regulação do mercado varejista de drogas por tais atores é frequente. Esse aspecto local não dispensa uma análise de sua articulação com uma dimensão espacial mais ampla, entendendo o narcotráfico enquanto uma rede transnacional de venda de drogas e armas. Portanto, a violência e a insegurança são constantes, e não irrupções momentâneas ou isoladas. (GOMES, 2023, no prelo)

Nesse sentido, a constância se torna central e ressalta a sensação de insegurança permanente que as ações truculentas dos atores geram. Apesar do tráfico e o Estado serem colocados como elucidadores da categoria, é possível transbordar a análise para o caso da Palestina. As ilegalidades e legalidades aqui se imbricam não em uma configuração paraestatal ou com as próprias forças do Estado agindo de forma ilegal, mas sim com Estados que tem seu território e suas legislações construídos dentro de um limbo e em meio a hierarquias de poder que tornam a questão ainda mais complexa. Com ordens que vem dos principais centros de tomada de decisão de Israel, o exército continua a ocupação que foi constantemente denunciada internacionalmente como ilegal. A própria construção da legislação de um Estado que sua origem se confunde com a guerra é utilizada para reforçar sua expansão territorial, como é o caso das escrituras de casas de palestinos e palestinas que deixam de ser válidas para Israel porque eles fugiram durante alguma das guerras. A própria constituição do que é legal ou não adentra uma disputa de narrativas.

Aquela irrupção de violência causada pela guerra, os conflitos e os massacres que foram mencionados na seção 3.1 se tornam menos visíveis ao longo do tempo. Com a ocupação e a

constante proximidade do exército de Israel na rotina na população palestina a exceção se tornou rotina. Isso não significa, de forma alguma, um conformismo da população. Ao longo da década de 80, 90 e começo dos anos 2000 haviam grandes movimentos nacionalistas (principalmente da OLP e a FPLP)³² que organizaram a resistência palestina de diferentes formas. Mesmo após o fim da guerrilha armada e do estabelecimento da Autoridade Palestina com os Acordos de Oslo, a população foi às ruas em duas Intifadas lutar contra o exército de Israel com pedras. Até hoje, reconstruem as casas derrubadas, praticam ativamente a desobediência civil e buscam manter viva a história da população palestina dentro e fora do país. Mas a diferença de poder bélico se aprofunda mais a cada ano e a ocupação não aparenta de nenhuma maneira estar rumando para um fim. Pelo contrário, ela se aprofunda e se entremeia na terra palestina. Cria raízes profundas e dá como fruto a rotinização da violência na vida palestina. Com isso a população aprende a identificar sinais que permitam “ler o clima” do lugar e continuar vivendo. Em meio a legalidades, ilegalidades e disputas de narrativas constroem seus mapas mentais de onde está a guerra, o exército e os militantes, se esquivam ou se aproximam de situações que vão afastá-las da violência direta do exército. É importante ressaltar que a ideia de violência rotinizada difere da de cotidiano, que também é cara a esta dissertação. A violência rotinizada seria o estado de exceção constante, que se torna incorporado à rotina. Já a ideia de cotidiano de Das (2020) me parece mais próxima de um momento que se relaciona com o evento mas é posterior ao estado de exceção. O que acredito que seja singular no caso da Palestina é que a declaração de guerra já dura 74 anos. Não é um evento que ocorreu em um momento específico e marcou toda a história do país. É constante. E por isso acredito que a ideia de violência rotinizada nos ajuda a compreender melhor essa situação.

Mas essa rotinização não é um acaso. Não é somente através da construção dos mapas mentais que a violência é incorporada na rotina. Eles moldam a percepção de violência e insegurança dos indivíduos e coletividades, permitem a continuidade da vida e a incorporação de processos abusivos em uma rotina que se torna satisfatória ao longo do tempo. Essa assimilação dessa forma de violência permite a continuidade da vida, mas também a continuidade da ocupação. Se passarmos, então, do receptor dessa forma de violência para o agente dela conseguimos perceber que a ocupação na Palestina é constituída sobre processos que buscam ativamente “esconder” e rotinizar a violência como forma de desmobilizar a população e manter uma constante expansão do território e do controle israelense. Buscando expandir o conceito de Gomes (2016; 2023, no prelo) trato nos próximos capítulos sobre como a violência da ocupação é rotinizada a partir da construção de infraestruturas de guerra que permitem que a excepcionalidade seja incorporada no cotidiano.

³² Para saber mais sobre esses movimentos, ler: Kuttab (2009) e Amos (2013)

3 A GENTE PASSA JÁ COM OS DOCUMENTOS NA MÃO PARA NÃO CORRER O RISCO DE SER MORTO ALI NESSE CHECKPOINT

G. – E você já passou por alguma situação tensa dentro de *checkpoint* ou conhece alguém próximo que, que tenha passado?

S. – Já passei por várias. Várias.

G. – Isso alguma vez já te impediu de querer ir aos lugares, de visitar pessoas?

S. – Já me expulsaram daqui.

G. – Da Palestina?

S. – Sim, você quer pior do que isso? Me expulsarem da Palestina?

Saara respirou fundo com lágrimas nos olhos e começou a me contar, muito nervosa, sobre quando em 2007 o exército israelense quis a impedir de voltar ao território palestino mesmo com seus filhos e marido estando ali. Por ainda não ter identidade palestina ela não tinha o direito de ficar mais de nove meses no território legalmente, então precisava sair, passar três meses fora e cruzar novamente a fronteira. Nesse momento de sua vida, já estava casada, com uma filha no primeiro ano da escola e um bebê de colo, ela não podia ficar longe por muito tempo. Sua solução foi então ficar alguns dias na Jordânia e retornar para renovar o visto. Para sua surpresa o visto foi negado, mandaram ela "voltar para o país de origem". Com a impossibilidade de deixar seus filhos e seu país Saara relata que teve que ser "teimosa":

Quando me colocaram para fora eu simplesmente roubei o meu passaporte das mãos de uma soldada, voltei para dentro da fronteira e aí eles avançaram, cinco, seis soldados avançaram sobre mim, foi quando eu comecei a gritar. Mas, eu estava em um desespero tão grande que eu comecei a gritar em português por socorro. Foi quando uma soldada brasileira me ouviu e se direcionou a mim, inclusive ela era do Rio de Janeiro. Aí ela se direcionou, perguntou o que estava acontecendo, porque que eu estava gritando, aí eu falei: “Ao invés de você perguntar a mim por quê que eu estou gritando por quê que você não pergunta para esses animais o que que eles estão fazendo?”. Aí ela me disse que ela então conversaria comigo, pediu para que eles se retirassem e aí eu expliquei para ela que eu sou casada com um palestino, e que meu marido estava do outro lado da fronteira me esperando e que eu tenho dois filhos pequenos na Palestina. (Trecho de entrevista com Saara)

Depois de muita conversa e burocracia Saara conseguiu o visto para ficar mais um ano. No final desse ano, quando foi solicitar novamente, conseguiu a identidade palestina. Mas essa não foi a primeira vez que ela teve que passar por uma situação ruim por um *checkpoint* de fronteira. Alguns anos antes, após vir visitar sua família no Brasil, não queriam deixar ela entrar porque ela tinha saído com a filha e não teria motivos para voltar. Esse controle constante do ir e vir, seja dentro ou entre fronteiras, é uma marca central da violência rotinizada produzida pela ocupação. Essa violência tem no seu âmbito mais visível os *checkpoints* e o muro, mas também se entremeia na vida cotidiana determinando o tempo e os fluxos da vida. Isso porque a ilegalidade estabelecida nos *checkpoints*, com regras e burocracias oralizadas e que mudam

todos os dias, impedem - juntamente com o controle da água- a organização do fluxo do dia a dia. Sair de casa para trabalhar, ir ao mercado, ou até mesmo dar a luz pode ser pautado em um enorme tempo de espera, grandes desvios e numa impossibilidade de locomoção no território. A importância de ressaltar o impacto disso sobre a população palestina, especificamente, vai além de manter o trabalho no seu objeto escolhido mas se encontra também nas desigualdades que envolvem a mobilidade urbana aqui. Enquanto impedimentos são erguidos para a movimentação dos palestinos e palestinas no território, grandes rodovias de alta velocidade são de uso exclusivo dos israelenses e de turistas.

A (i) mobilidade no território palestino já foi amplamente tratada na literatura. Os *checkpoints* são normalmente o ponto central de análise, pensando principalmente as violências produzidas sobre os sujeitos durante a passagem (GRIFFITHS; REPO, 2021; KOTEF; AMIR, 2011; RITCHIE, 2011), mas sempre tomando os *checkpoints* como lugares com um espaço-tempo próprio, quase separado do resto da ocupação. Já em outros trabalhos, os *checkpoints* são colocados como instrumentos ora de reafirmação ora de suspensão de soberania (AMIR, 2013). O Muro e os documentos são abordados principalmente por organizações de direitos humanos como a organização B'Tselem (2017) ou em jornais. O trabalho de Peteet (2017) é uma das poucas etnografias que apresenta a questão do Muro e dos *checkpoints* a partir do panorama da mobilidade, sendo uma referência central aqui. O que pretendo aqui é partir do Muro, dos *checkpoints* e dos documentos de identidade como ancoradouros (FREIRE-MEDEIROS; LAGES, 2020) que projetam um sistema de (i) mobilidade no território, produzindo uma forma de organizar a vida e uma subjetividade pautada no medo e na imprevisibilidade. A ideia de ancoradouro exposta por Freire-Medeiros e Lages (2020) ressalta a dependência que o movimento pelos territórios tem de estruturas fixas, como muros, *checkpoints* e documentos, que sintetizam diferentes fluxos e criam barreiras no movimento de ir e vir. Esses serão pautados aqui como infraestruturas de mobilidade na Cisjordânia que manejam os deslocamentos e decidem a rotina de pessoas palestinas a partir de um paradigma de suspeição (SHAMIR, 2005). Argumento que essas infraestruturas fazem parte do cotidiano urbano das famílias palestinas, sendo mobilizadas dentro do conflito como uma maneira de produzir um cerco com constantes interrupções de rotinas. O sistema de mobilidade urbana se une ao sistema de controle de águas, que será tratado no próximo capítulo, em um complexo *patchwork* de violências infraestruturais que organizam e desorganizam o cotidiano de palestinas e palestinos.

3.1 Uma prisão a céu aberto

O *patchwork* de diferentes áreas divididas entre populações israelenses e palestinas (como vimos na figura 4 no capítulo 3) é atravessado por cercas elétricas, malhas de arame, torres de vigia, blocos de concreto, portões de metal e um enorme Muro de oito metros de altura que serpenteia pelas cidades e passa 85% da sua extensão por dentro da Cisjordânia palestina

(OCHA Opt, 2014). Uma combinação de *checkpoints* distintos, um sistema de documentos e permissões e o Muro produzem uma prisão a céu aberto que impede os palestinos e palestinianas de saírem das suas cidades, ou tornam esse processo extremamente difícil e perigoso. Isso afeta relações econômicas e familiares, o acesso a hospitais, igrejas, mesquitas e centros religiosos, além da própria relação de pessoas palestinianas com o território que vai sendo minada ao longo dos anos de forma lenta e gradual, como Fatima ressalta ao conversar com Peteet (2017):

Estamos nos acostumando porque tem sido gradual – aconteceu ao longo de um período de anos – primeiro eles colocaram postos de controle ao redor de Jerusalém em 1991, depois barreiras de plástico nas estradas da Cisjordânia, depois pequenas pilhas de pedras aqui e ali, depois a cerca em alguns lugares, e agora a parede. Se tivesse aparecido de repente talvez tivéssemos resistido mais. Mas encontramos maneiras de contornar cada obstáculo colocado em nosso caminho. (PETEET, 2017, p. 39-40)

Esse processo na maioria das vezes acontece sob a justificativa de necessidades securitárias de Israel. O acesso de 20% da Cisjordânia é proibido aos palestinos e palestinianas por ordem militar por ser designada como "zona de tiro" para treinamento ou zona tampão de fronteira, o que inclui por exemplo a margem do rio Jordão e partes que dão acesso a Jerusalém oriental (OCHA Opt, 2014). O mesmo motivo justificou a construção do Muro no território e o controle dos documentos por Israel, mesmo após o estabelecimento da AP. A "segurança" então é calcada na profunda precarização da vida dos palestinos e palestinianas (BUTLER, 2019) e da fragmentação do território aos moldes da geografia elástica de Weizman (2012), que se modifica constantemente como forma de produzir o caos e uma forma de insegurança ontológica. A conjunção dessas diferentes infraestruturas de (i) mobilidade configuram essa prisão a céu aberto, com mecanismos de controle baseados na criminalização a priori de todo um povo e na punição coletiva.

Em 2016, existiam 572 obstáculos de movimentação na Palestina (incluindo Gaza e Cisjordânia), com 44 equipes de funcionários permanentes, 52 *checkpoints* parcialmente ocupados, 376 bloqueios em estradas, entre blocos de concreto, montes de areia, portas e portões. Desses, 18 postos de controle e cerca de 100 obstáculos se encontram na cidade de Hebron, a única fora Jerusalém com assentamentos dentro da própria cidade. A partir de 2014 os *checkpoints* móveis também se tornaram uma realidade constante, comumente implementados em estradas próximas a assentamentos. Dessas estradas, cerca de 400km são proibidos ou restritos à veículos palestinos, além do muro que gera a necessidade de desvios extremamente longos (OCHA Opt, 2010; OCHA Opt, 2014; OCHA Opt, 2017). A produção desse território dividido e militarizado ocorre ao longo do tempo e de forma complexa. Ao longo dos próximos tópicos irei tratar sobre esse sistema de (i) mobilidade, primeiro passando pelo "muro da vergonha" e a forma como ele afeta os fluxos da vida, depois pensando os *checkpoints* em suas diferentes configurações e por fim os "muros de papel" que os documentos e permissões erguem. No tópico seguinte vou abordar como essa produção de insegurança afeta a construção de rotinas e como as mulheres ficam entre vulnerabilidades e "privilégios" dentro desse sistema de sujeição que é profundamente generificado.

3.1.1 O Muro da Vergonha

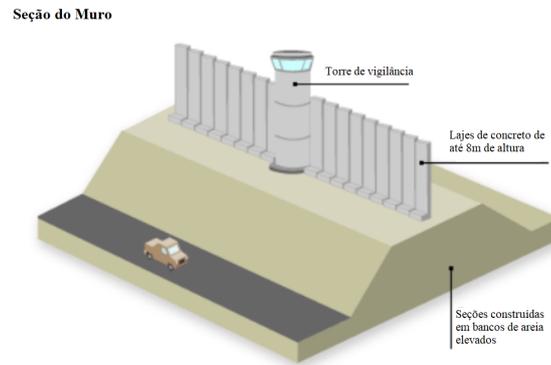
Desde que foi erguido o muro que atravessa a Cisjordânia já foi chamado por muitos nomes, e boa parte dessas nomeações nos ajudam a compreender os sentidos atribuídos pra essa enorme parede de concreto. "Barreira da Cisjordânia" normalmente é o nome usado por organizações internacionais e dentro de burocracias, um nome que busca esterilizar de sentido a infraestrutura. "O Muro" aparece em conversas corriqueiras que se referem a ele dentro de seus fluxos cotidianos, como uma referência nas direções das cidades e vilas. "Barreira" ou "Muro de Segurança" aparece nos discursos que buscam justificar a construção enquanto uma forma de proteger Israel do "terrorismo palestino", uma outrificação da população vizinha que leva a uma punição coletiva. "Muro da Separação" ou "Muro do Apartheid" são comumente utilizados entre os palestinos e palestinianas em busca de escancarar o que o muro significa politicamente no Conflito. Para Saara, o muro é o "Muro da Vergonha", uma vergonha da ocupação israelense, da insuficiência política da AP e da assinatura dos Acordos de Oslo. Ao longo desse trabalho tenho optado por usar Muro como forma de ressaltar o horror dentro da banalidade de como este se torna parte do próprio cotidiano³³.

Mas em que consiste esse Muro? Ao longo dos seus mais de 700km a sua infraestrutura se modifica e toma muitas formas. Em alguns pontos, conhecidos como "*fence section*" um sistema une múltiplas cercas de arame farpado, uma rodovia para a Polícia de Fronteira, uma cerca comum, outra rodovia para trânsito do exército, areia fina para preservação de pegadas e câmeras de segurança separam o lado israelense do palestino, como vemos na figura 6. Nas cidades encontramos os pontos conhecidos como "*wall section*", nos quais uma parede de concreto de 8 a 9 metros de altura serpenteia pelo território com torres de vigia e *checkpoints*, que conseguimos ver na figura 5. De acordo com Peteet (2017, p. 41), o Muro une "simplicidade da arquitetura, vigilância *hi-tech* e desprezo estético", produzindo uma dominância visual constante (WEIZMAN, 2012). A construção dessa infraestrutura começou em 1994, com a alegação de Israel que era necessária uma barreira física para demarcar a linha verde (figura 2). Esse debate era constante dentro do parlamento israelense e sendo sempre justificada a partir de noções securitárias. Após a Segunda Intifada, e de uma série de atentados feitos por militantes palestinos no centro de Tel Aviv, o plano de construção do Muro foi aprovado pelo parlamento sob direção de Ariel Sharon e a construção iniciou em junho de 2002 (B'Tselem, 2017).

A rota que o governo de Sharon escolheu tomar para construir o Muro passa 85% por dentro da Cisjordânia, enquanto apenas 15% passa por território israelense ou pela linha verde. O terreno pra construção do Muro foi solicitado aos proprietários palestinos por meio de ordens militares, com pedidos válidos por três anos que são renovados. Por passar pelo meio

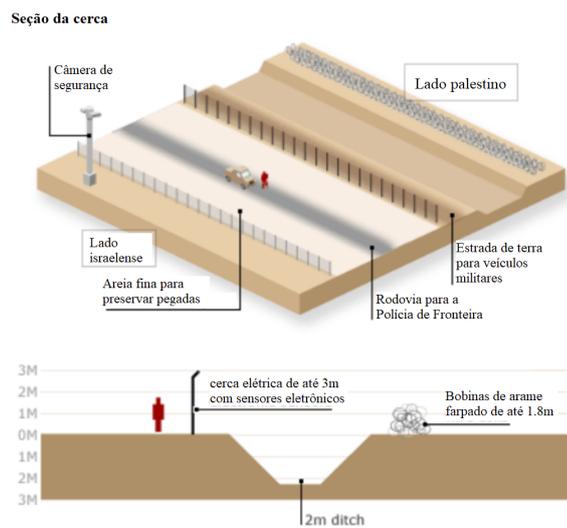
³³ Em alguns momentos utilizo muro quando falo sobre a construção murada genericamente, mas me utilizo na maioria das vezes de Muro ressaltando a individualidade deste.

Figura 5 - Estrutura do Muro da Cisjordânia - *wall section*



Fonte: BBC, 2019.

Figura 6 - Estrutura do Muro da Cisjordânia - *fence section*



Fonte: BBC, 2019.

dos terrenos, leva a separação de 150 comunidades palestinas de parte do seu território, o que torna agricultores dependentes de permissões para acessar suas terras, minando a subsistência agrícola de famílias (OCHA Opt, 2014). Antes da construção do Muro, Jerusalém Oriental era o centro econômico e social da Palestina, mas a partir do isolamento da cidade a economia, geografia, relações familiares e a vida social se transformaram. Além disso, os principais hospitais e consultórios médicos também ficam na cidade, gerando uma série de problemas no sistema de saúde da Palestina. A construção gradual do Muro fez com que ele fosse sendo aos poucos incorporado dentro dos mapas mentais da população, se tornando parte das cidades. O Muro também é um dos principais ancoradouros da mobilidade na Cisjordânia. Os circuitos de (i) mobilidade da palestina convergem para o Muro e são projetados pra diferentes direções. Ao mesmo tempo, ele incorpora em sua infraestrutura os principais *checkpoints* e um sistema de vigilância da população, e atravessá-lo requer documentações específicas. Por ele passam palestinos e palestinas em direção ao seu trabalho, sistema de saúde, escolas, universidades, indo a batizados, casamentos ou em festas de família. Ele também projeta, ao mesmo tempo, as pretensões de extensão territorial de Israel e o apartheid sobre os palestinos e palestinas. Nele também são incorporados processos de resistência da população palestina, principalmente através do graffiti muito usado pra chamar atenção internacionalmente para o horror do Muro e que o coloca como uma tela em branco sobre a qual artistas famosos ou palestinos e palestinas lançam uma possibilidade de futuro, como no graffiti de Banksy de um guarda "abrindo" o muro como uma cortina que revela a praia que os palestinos e palestinas não tem acesso na figura 7. Esses diferentes fluxos, então, se tornam dependentes desse enorme Muro de concreto, uma infraestrutura fixa que irradia todo um sistema de (i) mobilidade.

Para Saara, a junção Muro, com *checkpoints*, o sistema de documentação, exército e drones são uma tentativa de tornar a vida impossível e uma completa vergonha nacional. Peteet (2017) iria além nessa formulação de Saara, dizendo que o objetivo é produzir espaços de desespero, controlando a resistência ao mesmo tempo que apropria terras. Além disso, para a autora o muro produz duas questões especificamente relacionadas ao espaço, o enclave e o sujeito sequestrado, sobre as quais falarei em seguida.

3.1.1.1 O cerco

Em seu caminho pelo meio da Cisjordânia, buscando principalmente incorporar os assentamentos ao território israelense (PETEET, 2017), o Muro produz enclaves territoriais numa espécie de cerco que dificulta a interação entre cidades da Cisjordânia palestina. Esses enclaves são tanto partes do território que ficaram entre o Muro e a fronteira israelense, sendo aqui onde ficam boa parte dos assentamentos, mas também bairros palestinos ou até parte de propriedades, conhecidos como *Seam Zones*, mas também cidades que tem suas fronteiras com a Área C controladas como Jenin, Nablus, Qalandia, Ramallah, Jericó, Belém e Hebron. Isso gera

Figura 7 - Graffiti no Muro



Fonte: Banksy, 2014

dificuldades ainda maiores no acesso de serviços e até mesmo na relação dessa população com outras partes do território. Ao longo dos anos, a rota do muro também foi sendo modificada para aumentar ou diminuir esses enclaves, com muitas comunidades palestinas tendo conseguido na justiça o direito de retirada do Muro de seu território por estar afetando diretamente a saúde, educação, o comércio e as relações da população. Essa geografia elástica é modificada também a partir de portões que, dependendo de estarem abertos ou fechados, mudam completamente a relação da população com o espaço. Em entrevista para a OCHA Opt (2014), Abu Rami que trabalha lidando com essas travessias, principalmente com relação a coordenação médica, entre espaços dentro e fora do enclave relata sobre o quão profundo pode ser o impacto dessas fronteiras controladas:

Eu lido com as travessias como parte do meu trabalho, mas isso também me afetou pessoalmente. Lembro-me do dia em que minha mãe morreu, como se fosse ontem. Ela era velha e teve problemas de saúde por algum tempo, mas durante o dia sua condição piorou. Liguei para as autoridades israelenses para obter permissão para a ambulância de Jenin vir buscar minha mãe. A ambulância chegou ao posto de controle a três quilômetros de nossa aldeia em 15, 20 minutos. Mas os seguranças do posto de controle revistaram a ambulância e depois ordenaram que ela voltasse. Por quê? Não sei. Eles provavelmente estavam apenas de mau humor. Durante esse tempo, liguei repetidamente para meus interlocutores israelenses para obter permissão para a ambulância atravessar – sem sucesso. Quando percebi isso, pedi permissão para levar minha mãe até Jenin no meu próprio carro. Isso foi concedido. No entanto, logo após cruzarmos o posto de controle, minha mãe faleceu. Quando nos viramos para

ir para casa, os guardas insistiram em revistar o carro com minha mãe morta no banco de trás. Parecia que eles estavam tirando sarro de nós, porque não estávamos fora de vista do posto de controle. Minha mãe era velha e eu sabia que ela provavelmente morreria. Mas a sensação de impotência era terrível. Eu sou o responsável pela coordenação médica em Barta'a então conheço o procedimento e tenho todos os telefones. No entanto, não consegui nem salvar minha própria mãe (OCHA Opt, 2014, p.45).

O relato de Abu Rami ressalta o quão prejudicial o cerco pode ser com relação aos acesso a saúde. Seis dos principais hospitais palestinos ficam em Jerusalém Oriental, com 624 leitos (12% do total dos territórios palestinos)³⁴, mas para que pessoas palestinas de Gaza ou da Cisjordânia tenham acesso a esse serviço são necessárias permissões que podem ser muito difíceis de conseguir, principalmente para homens jovens (OCHA Opt, 2010). Em casos de emergências, veículos com placas palestinas não podem passar pelo Muro, sendo necessária uma travessia a pé que pode durar até 2 horas. Mas nem sempre é necessário todo o trâmite burocrático comum das permissões (que serão tratados alguns tópicos abaixo), algumas organizações como a Sociedade do Crescente Vermelho Palestino (PCRS), um movimento da Cruz Vermelha, conseguem coordenar com os distritos para que pacientes consigam atravessar com ambulâncias³⁵. Mesmo com isso, em 2009 a PRCS registrou 440 atrasos e recusas de ambulâncias nos territórios palestinos, sendo 2/3 no Muro (OCHA Opt, 2010).

Nesse cenário, pessoas PCDs, a população mais idosa, mulheres grávidas ou pessoas com doenças crônicas ficam vulneráveis aos problemas na mobilidade no território. Pensando especificamente nas mulheres grávidas, desde os anos 2000 aumentou exponencialmente o número de partos feitos em casa (algo que tinha diminuído nos anos 90) e 10% dos bebês nascidos na Palestina entre 2000 e 2007, nasceram em *checkpoints*. Em Barta'a, uma cidade dividida ao meio pelo Muro, um médico e uma parteira foram colocados em plantão cinco dias na semana para evitar a morte de bebês no *checkpoint* e conseguir prover atendimento médico, mas a passagem fica fechada entre 22h e 5h30min. Quando alguém passa mal durante a madrugada, é necessária uma coordenação entre grupos palestinos e israelenses, função ocupada por Abu Rami na cidade. Mesmo sabendo disso, muitas mulheres preferem sair de sua cidade semanas antes da previsão de parto e se instalarem mais próximas a um hospital, em outros casos o parto de parteira se torna a melhor solução (OCHA Opt, 2010). Assim, a geografia elástica que o Muro produz impede e dificulta o acesso dos palestinos e palestinas a um sistema de saúde e ainda aumenta a insegurança e a sensação de imprevisibilidade com relação as infraestruturas de mobilidade.

³⁴ Esses hospitais ainda oferecem um tratamento especializado não existente em outros lugares da Cisjordânia e de Gaza como diálise e oncologia no hospital Augusta Victoria; cirurgia de coração aberto no Hospital Maqassed; neurocirurgia no Hospital São José; cuidados intensivos neonatais no Crescente Vermelho e Hospital Maqassed, cirurgia ocular no Hospital St. John e reabilitação para crianças deficientes no Hospital Princess Basma (OCHA Opt, 2010)

³⁵ Ambulâncias da Cisjordânia não podem entrar em Jerusalém sem essa permissão especial.

Figura 8 - *Jumping point* em Abu Adis



Fonte: Peteet, 2017, p. 48

As estratégias construídas por pessoas palestinas para burlar essas múltiplas barreiras são muitas, desde simplesmente sair mais cedo de casa - as vezes até mesmo de madrugada - até a descoberta de *jumping points*, lugares ao longo do Muro em que são possíveis pular de um lado para o outro, normalmente próximos de portões ou em lugares em que o muro ainda é apenas um amontoado de blocos de concreto, como conseguimos ver na figura 8. Por esses espaços passam crianças indo para as aulas, mercadorias, pacientes e até turistas. A ilegalidade desses lugares é flexibilizada em tempos mais pacíficos, com a Polícia de Fronteira permitindo as travessias mesmo com as pessoas sem documentação. De tempos em tempos a situação se complica e a porosidade das fronteiras entre o legal e o ilegal se torna um instrumento de ação outra vez, com pessoas sendo presas e mercadorias confiscadas - independente de documentos. Os *jumping points* ainda são incentivados muitas vezes pela população "do outro lado" do Muro, sejam eles palestinos, palestinas, israelenses, da igreja católica dentre outros.

Lena, mãe de duas crianças e interlocutora de Peteet (2017) fala sobre como precisava pular a barreira ou colocar seus filhos para pular quase todos os dias por conta da escola das crianças. Moradora de Barta'a, não teve outra saída uma vez que a escola dos filhos ficou do outro lado do Muro, e ainda os manda também durante as férias de verão para a colônia de férias porque "eles devem se divertir como outras crianças"(p. 47). Ela então todos os dias levava seus filhos, esperava numa fila que se forma ali com outras pessoas enquanto sua

melhor amiga esperava do outro lado para buscar as crianças. No final do dia eles faziam o caminho inverso. Junto à Lena, pulavam pelo Muro centenas de outras pessoas diariamente. Mulheres com crianças de colo ou com muitas bolsas que levavam homens mais jovens a ajudá-las para que não caíssem, idosos, trabalhadores que preferiam passar por ali a andar mais 40 minutos até o *checkpoint* de Qalandia. Passavam por aqui também mercadorias pro comércio local, principalmente porque os comerciantes da cidade ficaram sem acesso aos fornecedores principais em Jerusalém. Um comércio próprio do local também surgia em momentos de pico no fluxo, com pessoas vendendo bebidas dentro de *coolers*, brinquedos de criança dentre outras mercadorias. Quando Peteet (2017) retornou a esse mesmo *jumping point* cinco anos depois ele estava fechado e ela teve que fazer o caminho pelo *checkpoint*, que durou duas horas para fazer uma distância que - do ponto inicial ao ponto final - tinha cerca de 100 metros. Ao longo do território existem muitos como esse em áreas menos fiscalizadas e mais baixas do Muro, e que ajudam a fazer a travessia em um tempo mais curto do que o comum. Quando os *jumping points* não são uma possibilidade, muitas vezes as pessoas acordam de madrugada contabilizando o tempo dos possíveis imprevistos, demoras e atrasos nos *checkpoints* e nos ônibus (PETEET, 2017).

Para além da imprevisibilidade e das dificuldades no cotidiano, a necessidade de passar por um muro feito pelo país ocupante com documentações e justificativas impelem a organização de frentes de ação política. A oposição política tanto à Israel quanto à AP fica sufocada pelos enclaves territoriais, o que levou ao aumento do uso de redes sociais para militância pelos palestinos e palestinianas. Mesmo com isso, a organização de base fica comprometida e há uma grande dificuldade de forma movimentos sólidos como foi a FPLP e a OLP. Nesse processo, ser uma pessoa palestina passa a ser percebido por algumas pessoas como um "fardo" pela necessidade de constante resistência frente as violências. Saara e Lilah falam muito sobre como queriam só ter uma "vida normal", algo que reaparece no trabalho de campo de Peteet (2017). O Muro, então, além de ancorar os fluxos de (i)mobilidade, também constrói uma barreira subjetiva de desconexão dos sujeitos com o espaço que rompe a possibilidade de identidade coletiva e esgarça o tecido social.

3.1.2 Um *patchwork* de barreiras

Bem, o *checkpoint*, ele é colocado em pontos estratégicos, em grandes cidades e aonde se tem assentamentos ilegais, ou de uma cidade à outra. Esse, então *checkpoint*, digamos assim que não movem, eles são colocados de uma forma definitiva, por exemplo, entre Ramallah e Jerusalém nós temos um *checkpoint*, e se você passa por ele é como se você tivesse passando por uma... é estilo, é como quando você vai assistir a venda de gado, são passarelas extremamente estreitas, todas fechadas, de grade, aonde passa aqui a população uma atrás da outra e, aí, então, se tem aquelas catracas onde você passa, eles deixam passar de dez em dez, e são todos revistados, cheios de soldados armados até os dentes e qualquer movimento que você faça, tipo você colocar a mão na sua bolsa para você retirar alguma coisa, para eles já é motivo para atirarem em você. Então

geralmente a gente passa já com os documentos na mão, tudo na mão, para que a gente não coloque a mão em bolso, nem em bolsa, para não correr o risco de ser morto ali nesse *checkpoint*. E aí, tem, também, os *checkpoints* que são colocados nas estradas em que se dá entrada aos assentamentos ilegais. Esses são os mais violentos porque estão sempre ali os colonos provocando, atirando pedra em carros palestinos, e, aí, se alguém perde a direção, devido a essas pedras, eles já furam todo o carro, fuzilam as pessoas que estão dentro do carro, dizendo que a pessoa tentou atropelar pessoas que estavam ali. (Trecho de entrevista com Saara)

O que Saara descreve no seu relato conseguimos ver na figura 9, tirada no *checkpoint* que liga Belém a Jerusalém entre 4a.m e 7a.m. Seja para ir trabalhar, estudar, ir ao médico ou simplesmente se locomover nos espaços, o *checkpoint* se torna sempre um entrave na vida dos palestinos e palestinianas. Eles são postos de checagem de documentos, mas que colocam a população em um constante estágio de suspeição, por uma infraestrutura projetada para a vigilância de "terroristas". Torres, câmeras, barreiras, cercas e homens e mulheres armados constroem um espaço de tensão. Regras que são modificadas diariamente geram um caos controlado e uma imprevisibilidade a partir da qual nunca se sabe muito bem como será o momento de passagem pelos *checkpoints*. Além disso, a sombra de muitos que já foram assassinados nesses espaços por estarem sendo considerados um "perigo" atravessa o medo de estar ali. Shamir (2005) ressalta que o mundo "globalizado" que vivemos se baseia não apenas no intenso fluxo de pessoas, mercados e comunicações mas também em uma constante criação de barreiras à mobilidade baseadas em um paradigma de suspeição. Com ele, pessoas e grupos passam a ser classificadas como perigo ou ameaças e tecnologias são utilizadas para estabelecerem a separação desses grupos. Na (i)mobilidade da Cisjordânia pessoas palestinianas são sempre consideradas suspeitas e relacionadas ao terrorismo, esse processo perpassa não somente a construção desses sistemas mas também a relação cotidiana entre pessoas israelenses e palestinianas. O *checkpoint* se torna, então, um local em que essa suspeição é incorporada a uma tensão constante por parte de todos ali presentes e a um armamento profundamente tecnológico de Israel.

Mas existem diferentes tipos de *checkpoints*. A OCHA Opt (2014) os classificou em cinco tipos: (a) *checkpoints* na passagem para Israel e Jerusalém Oriental (ficam no Muro), (b) que controlam o acesso aos enclaves palestinianos (também no Muro), (c) os que são uma combinação dos anteriores - levam para Israel Jerusalém Oriental e para os enclaves -, (d) o que fica na rota principal, controlando o acesso dos palestinos e palestinianas entre as áreas da Cisjordânia e dos israelenses para a área A, por fim os (d) *checkpoints* de Hebron, que ficam ao longo da cidade³⁶.

Mas as infraestruturas desses *checkpoints* podem ser divididas em fixas (aquelas que ficam ao longo do Muro ou os terminais de fronteira) e móveis (que são montados e desmontados

³⁶ Isso ocorre porque Hebron é a única cidade fora Jerusalém Oriental que possui assentamentos dentro da cidade, o que torna o território ainda mais recortado.

Figura 9 - Trabalhadores se penduram na estrutura gradeada do checkpoint 300, em Belém, para entrar em Jerusalém



Fonte: Anne Paq, 2018.

em rodovias e entre cidades). Baseio minha análise aqui principalmente nos dados disponibilizados pela organização de direitos humanos B' Tselem³⁷, que mantém uma atualização destes a partir do acompanhamento que seus pesquisadores fazem no território palestino. Os dados foram baixados por mim no dia 25 de setembro de 2022 e a partir da tabela-base da organização criei uma nova, que se encontra em anexo, adicionando uma coluna com "tipo de pessoal" e outra com "infraestrutura", por serem informações importantes para a minha análise. Os *checkpoints* então ficam classificados da seguinte forma: Nome, Distrito, pessoal (equipe permanente, equipe intermitente e sem equipe), tipo de pessoal (militares, polícia de fronteira, segurança privada, não identificado e sem equipe - muitas vezes há mais de um tipo de pessoal por *checkpoint*), tipo de *checkpoint* (*checkpoint* interno, último posto de controle antes de Israel, bloqueio de estrada e *checkpoint* em Hebron), descrição e infraestrutura (Muro - para os que ficam fixos no Muro -, laje de concreto, blocos, portão, torre de vigia, cabine de guarda, cerca de arame, cerca de malha de arame, barris, portões elétricos, sala de triagem, dentre outros).

No total, retirando a Faixa de Gaza e não contabilizando os móveis, são 170 *checkpoints* ao longo do território, nessas diferentes configurações. Em muitos deles palestinos e palestinianas

³⁷ A lista constantemente atualizada está no link a seguir: https://www.btselem.org/freedom_of_movement/checkpoints_and_fort

não podem cruzar e naqueles que possuem um fluxo maior a infraestrutura de "segurança" é fortificada. Nos que ficam ao redor de Jerusalém, as equipes são permanentes e a segurança reforçada, com grande parte deles sendo delegados à equipes de segurança privada. A forma como as infraestruturas se organizam tem muita relação com a importância dos lugares para a expansão israelense e com o fluxo de pessoas palestinas. Por exemplo, os *checkpoints* considerados "terminais", que são maiores, possuem diferentes infraestruturas e normalmente uma combinação de polícia, exército e segurança privada ficam nas fronteiras com Jerusalém Oriental ou com a Jordânia (o caso da *Allenby Bridge* que falarei mais abaixo). O lugar que tem a maior parte dos *checkpoints* sem pessoal, em que ficam apenas barricadas que impedem o fluxo é Hebron, algo que pode estar relacionado com a "vigilância civil"³⁸ promovida pelos próprios israelenses que vivem em assentamentos no meio da cidade. Os lugares com equipe intermitente são em sua maioria aqueles que ligavam partes em que o Muro antes cortava e hoje foi desviado ou o Vale do Rio Jordão. Nos que ficam na fronteira com Jerusalém Oriental, ainda, a população palestina não pode passar de carro ou ônibus, somente a pé e se reduzem a 13 (OCHA Opt, 2017), o que gera longas filas e aglomerações, principalmente com os mais de 700 mil trabalhadores e trabalhadoras palestinos e palestinas que passam pelo Muro para trabalhar em Israel e/ou Jerusalém todos os dias (HUBERMAN, 2020). Jeganathan (2004) apresenta em seu texto os *checkpoints* a partir de um espaço - Sri Lanka - que está passando por uma guerra civil. Nessa situação, os *checkpoints* são colocados perto de "alvos" importantes, como a casa do presidente, e se torna um espaço de suspensão da lei dentro do qual qualquer coisa legal ou ilegal pode acontecer sem que hajam consequências. Aqui novamente a temporalidade se torna um fator importante, porque os *checkpoints* palestinos apesar de estarem principalmente perto de "alvos" (mesquitas importantes, Jerusalém oriental e assentamentos judaicos) eles também se tornam parte do dia a dia da população que precisa se locomover, como os trabalhadores citados acima. Um afunilamento da população pelas passagens desemboca em situações como a que vemos na imagem 9, com as pessoas literalmente se pendurando em grades e na figura 10, em que Mohammed, um senhor de 88 anos, aguarda o *checkpoint* esvaziar para ir trabalhar no Mercado em Jerusalém, trajeto que faz 6 vezes na semana.

Peteet (2017) constrói os *checkpoints* como espaços de filtragem e afunilamento da população palestina, baseados em um processo de suspeição e que afetam diretamente a forma como pessoas israelenses e palestinas se percebem mutuamente. Eles também são espaços de performance, nos quais palestinos e palestinas performam obediência como uma maneira de sobrevivência porque como Saara apontou no seu relato acima qualquer movimentação brusca pode terminar em morte. Esses corpos de pessoas palestinas e "perigosos" são transformados

³⁸ Essa "vigilância civil" que trago aqui está muito relacionada ao fácil acesso à armamentos que existe para os moradores nos assentamentos e que geram uma espécie de "policimento por proximidade" feita pelos próprios moradores. Está aqui entre aspas porque a categoria civil é algo complexo em Israel uma vez que todos devem servir ao exército, pretendo desenvolver mais sobre esse processo de vigilância em pesquisas posteriores.

Figura 10 - Mohammed, palestino de 88 anos, espera o *checkpoint* diminuir as filas para ir trabalhar no Mercado em Jerusalém



Fonte: Anne Paq, 2018.

em dóceis através da disciplina e da vigilância (FOUCAULT, 2014). Por outro lado, os soldados israelenses performam seu lugar de dominação, mesmo que a função do *checkpoint* não seja tão heroica dentro do papel de soldado vendido pela IDF, é uma função burocrática. Um ponto importante também relatado por Saara é que a revista ser feita por homens ou mulheres é indiferente, "elas são tão violentas ou mais que eles".

Ao performar essa obediência necessária para passar nos *checkpoints*, os palestinos e palestinianas precisam lidar com a ansiedade, a raiva e o medo de estar naquela situação. Isso muitas vezes é transformado em formas de resistência pacífica com o xingamento de soldados ou se negar a ser revista. Ainda com isso, o medo e a ansiedade se tornam parte da rotina com algo que deveria ser uma simples checagem de documentos ter a possibilidade de se tornar um assassinato (PETEET, 2017; GONÇALVES, 2018). Isso se une a imprevisibilidade de não saber qual vai ser a realidade em cada *checkpoint* e a necessidade de "ler" o humor dos soldados presentes. Nessa leitura de clima, os mapas mentais do medo e da cidade incluem experiências positivas e negativas que reorganizam os caminhos a serem tomados no dia a dia (CAVALCANTI, 2008). Um guarda bem humorado pode levar a uma rotina mais tranquila, assim como o contrário pode fazer com que você não consiga passar em um *checkpoint* que você passa rotineiramente.

Um *checkpoint* que aparece em diferentes "mapas mentais do medo e da cidade" como

um lugar perigoso é a *Allenby Bridge*, o ponto de entrada e saída dos palestinos e palestinianas que vão ou retornam de outros países. Esse ponto é importante na minha pesquisa porque entrar e sair da Cisjordânia é um movimento comum das minhas interlocutoras, seja por não terem a documentação palestina necessária ou pela família que vive no Brasil. Para Lilah e Hana, que são mãe e filha, o *checkpoint* da ponte é uma das poucas maneiras de se encontrarem presencialmente. Lilah por ter vindo para o Brasil muito nova não possui documento palestino, e sim brasileiro, mas sua filha que casou com um palestino ainda não possui a documentação necessária para ficar. Por conta da pandemia, ela não conseguiu sair do país para atualizar seu documento e agora não pode mais sair por Israel, somente pela ponte. Já Lilah, apesar do documento brasileiro, diz que entrar pelo aeroporto de Tel Aviv é sempre uma dor de cabeça porque

quando eu entro eu não sou tratada como qualquer outra origem entendeu? Eu sou tratada como palestina mesmo com o documento brasileiro, porque meu nome não esconde, a minha cara não esconde, então se eu chego lá eu fico no *checkpoint*, com muitas perguntas, com muitas humilhações. Tu vai visitar o país que é seu mas ao mesmo tempo ele não é seu, então isso é muito doloroso pra gente (Trecho de entrevista com Lilah)

Com isso, a ponte acaba sendo uma opção mais simples muitas vezes. Para saírem da Palestina então elas precisam passar por três fronteiras: palestina, israelense e jordaniana. Saara relata que passar pela fronteira palestina "é normal, você só apresenta o seu passaporte palestino e passa, normal", já a fronteira israelense é "tensa" e "te deixam horas esperando" e Hana diz que "você nunca sabe o que vai te esperar". Nessa fronteira é onde fica a *Allenby Bridge*, um *checkpoint* considerado "terminal" por ter uma infraestrutura robusta e bastante tecnológica. Seria um posto de checagem como qualquer outro de fronteira, com cabines nas quais documentos são recolhidos, analisados e passaportes carimbados. Mas a ponte é conhecida por suas longas esperas, por humilhações e "chás de cadeira" sem nenhuma explicação. Em sua etnografia, Peteet (2017) colhe no relato de Um Fuad uma descrição detalhada de como pode ser uma passagem por esse *checkpoint*:

Uma vez, a soldado feminina me fez tirar minhas roupas, até minha calcinha — tudo. Eu tinha um absorvente. Ela pegou, jogou no lixo e me deu um limpo. Ela pensou que havia algo dentro do absorvente — imagine! O que podemos fazer!? A primeira coisa, quando entramos, eles nos fazem tirar os sapatos. Eles pegam os sapatos para examiná-los. Todos os sapatos! E então eles os jogaram em uma pilha assim [gesticula uma grande pilha] e então você tinha que procurar seus sapatos. Havia tanto caos. Eles vasculhavam nossas malas peça por peça, e eles vão fazer assim, colocam assim [gestos segurando a roupa] e tudo o que cai é perdido para a gente. Se caísse no chão, ia para trás da grande barreira. Às vezes, eles colocavam as coisas em uma cesta grande, e então tínhamos que colocá-las de volta em nossas malas. Imagine! É tudo assim [gestos pilhas e bagunça]. É muito ruim! (PETEET, 2017, p. 102)

O que perpassa os relatos tanto das minhas interlocutoras quanto aqueles recolhidos por Peteet (2017) são a humilhação promovida pelos militares na passagem, o caos e a imprevisibilidade. Esses fatores ressaltam o medo e a interrupção ou impossibilidade de construção de uma

rotina, produzindo uma percepção de violência constante no cotidiano (SILVA; LEITE, 2008). A passagem pelos *checkpoints* então são pautadas na instabilidade que independe do documento estar correto ou não, mas sim do humor dos guardas ou da forma como o "clima" está no dia. Mesmo com isso, o complexo sistema de documentações são um grande entrave no ir e vir, algo que irei abordar no próximo tópico.

3.1.3 Muros de papel

As identidades azuis e verdes que vemos na imagem 11 se juntam com os mais de 101 tipos de permissões concedidas por Israel e formam o regime de licenças nos Territórios Ocupados. A partir dessas documentações, emitidas pela *Israeli Civil Administration Authority* (ICA), a população é permitida ou proibida de passar pelas fronteiras, muros e *checkpoints*. Eles se juntam ao Muro e aos *checkpoints* como uma infraestrutura que controla diretamente a mobilidade no território. Esse regime tem início durante a guerra de 1967, na qual ordens militares são emitidas declarando a Cisjordânia e Gaza como zonas militares fechadas e, por isso, todos os palestinos e palestinianas precisavam de um tipo de permissão para cruzar o território. Logo em seguida, outras ordens foram emitidas para exigir permissões para transações comerciais envolvendo terras ou propriedades, compra de moeda estrangeira, instalação de dispositivos de água, realização de instalações elétricas e transporte de mercadorias (AL-QADI, 2018). No começo dos anos 1970, Moshe Dayan³⁹ declarou uma política de fronteiras abertas, que tinha como objetivo a integração dos palestinos e palestinianas à força de trabalho israelense (HUBERMAN, 2020), que dura até a Primeira Intifada no final dos anos 1980. Com a revolta, há uma restrição total do deslocamento com toques de recolher e fechamento de fronteiras, e em 1988 as carteiras de identidade de pessoas palestinianas começam a ser marcadas, com cartões verdes sendo emitidos para aqueles que não poderiam entrar em Israel e vermelhos para o resto da população. Em 1989, trabalhadores de Gaza passam a ter um cartão magnético de acesso a Israel, mas ainda sem ter uma permissão legal para transitar pela fronteira. Somente em 1991 que palestinos e palestinianas passam a ter que pedir autorizações individuais para transitar pelo território, iniciando o regime de licenças. A partir de 2015, houve um afrouxamento no regime de controle da mobilidade, facilitando a movimentação de alguns palestinos e palestinianas. Mulheres com mais de 50 anos e homens com mais de 55 poderiam entrar em Jerusalém sem necessidade de licenças, assim como os moradores de Jerusalém não teriam mais sua mobilidade controlada por elas (AL-QADI, 2018).

No sistema atual, palestinos e palestinianas que vivem em Gaza e na Cisjordânia possuem uma carteira de identidade verde e precisam pedir permissões individuais para uma série de

³⁹ Líder militar israelense.

Figura 11 - Carteiras de identidade palestinas



Fonte: Barahmeh, 2017.

trânsitos como ir ao médico, estudar, visitar família, ir a um tribunal ou fazer negociações comerciais em Jerusalém oriental ou em Israel. Os palestinos e palestinas que vivem em Jerusalém tem a carteira de identidade azul e uma liberdade um pouco maior no ir e vir, podendo passar por filas menores em *Allenby* e ter uma circulação mais fácil pelos *checkpoints* de fronteira. As identidades são emitidas pela Autoridade Palestina normalmente aos 16 anos, mas o papel da AP é somente de imprimir os documentos, enquanto quem decide sobre a emissão é a ICA a partir da inclusão de pessoas palestinas no censo. Isso faz com que os palestinos e palestinas obrigatoriamente tenham que estar no censo israelense para conseguirem se movimentar pelo território (AL-QADI, 2018; PETEET, 2017).

Mas para aqueles que portam a identidade verde, as licenças são uma constante. No que foi acordado em Oslo, os palestinos e palestinas devem solicitar a licença no *Palestinian Liaison Office* (PLO) que submete a solicitação ao ICA, mas desde os anos 2000 as solicitações são feitas diretamente para o ICA. Para os palestinos e palestinas que vivem no enclave essas permissões precisam ser revisadas constantemente, principalmente daqueles cujas terras produtivas ficaram dentro do enclave. Cerca de 50% dessas licenças são rejeitadas, quando aprovadas, elas são direcionadas para entrada em portões específicos que abrem diariamente em um horário limitado. Durante o período de colheita das oliveiras, a maior parte dos portões abrem para o cultivo (OCHA Opt, 2017). Apesar disso, os campos de oliveira do enclave reduziram em cerca de 60% em comparação ao resto do território, porque o cultivo e a manutenção das árvores que precisa ser feito ao longo do ano é prejudicado (OCHA Opt, 2014).

Para Saara, Hana e Lilah o principal fator que o controle da mobilidade afeta é a relação com a família e com o trabalho. Para Hana e Saara, que são brasileiras e hoje vivem em Ramallah, enquanto não tivessem a identidade palestina era necessário pedir novamente a cada três meses uma renovação do visto e depois de nove meses sair e entrar novamente no país. No relato que abre esse capítulo Saara conta como era difícil ter que lidar com essas renovações tendo duas filhas palestinas, sair e voltar não era simples com um bebê de colo, e se tornou ainda mais difícil quando não permitiram que ela entrasse novamente sem nenhum motivo aparente. Hoje, por sua idade (61) e profissão (guia turística) ela tem permissão de entrar em Jerusalém e uma maior facilidade no ir e vir, mas ainda tendo que passar por todos os *checkpoints*. Já Hana tem a maior parte da sua família no Brasil, inclusive sua mãe Lilah que a visitava a cada dois anos. Hana ainda não possui identidade palestina, com a pandemia ela não conseguiu renovar seu visto nem aplicar para a identidade palestina, ficando ilegal no país. Com isso ela não podia sair para visitar sua família e sua mãe não podia ir para a Palestina por conta dos impedimentos que a pandemia acarretou, e elas já estão há 4 anos sem se ver por isso. Lilah comenta sobre isso ao falar, chorando, sobre a filha:

mas agora na pandemia faz mais de dois anos que a gente não se vê, através de videochamada só. Ela não pode vir e nos não podemos ir. Porque que ela não pode vir? Porque ela ta em um país ocupado, ela é palestina e ta num país ocupado pelo exército israelense, então eles fazem o que eles quiserem e ela tem que ta renovando pra poder ficar la e agora na pandemia ela não conseguiu renovar então ela ta como clandestina. Dai se ela sair de la pra ca ela não vai

pode voltar e a vida dela foi feita la então ela decidiu por ficar até ela conseguir um documento pra ficar. (trecho de entrevista com Lilah)

Para Lilah, ainda há uma sensação confusa de não-pertencimento por ter um documento brasileiro ao invés de palestino. Como ela fugiu do território com sua mãe na guerra de 1967, teve que abrir mão do seu passaporte palestino e solicitar um brasileiro por ter se naturalizado, ela diz que "eu sou palestina de sangue, mas eu não tenho documento né, eu não posso entrar a hora que eu quero e sair a hora que eu quero", e ainda se emociona ao dizer que "é muito triste você ter o seu país, você é do seu país e você não pode ficar nele, eu nasci la e eu não posso ficar la, eu posso ir visitar, eu tenho limite pra ficar la". Elas e outras palestinas e palestinos buscam estratégias para burlar esses ancoradouros de controle da mobilidade. Cálculos e estratégias que incorporam a insegurança e a imprevisibilidade se tornam parte da rotina e uma forma de "ter uma vida normal"(Trecho de entrevista com Saara).

3.2 O gênero e a construção da rotina a partir da imprevisibilidade

Essa experiência de confinamento territorial é produzida por eventos e infraestruturas que estão fora do controle dos moradores e que se assemelham a uma vida em prisão (PETEET, 2017; GONÇALVES, 2018). A violência rotinizada que a experiência do cerco ajuda a produzir borra a linha entre o comum e a crise, com novas formas de sociabilidade surgindo a partir dessa crise prolongada. Nesta, a ilegibilidade da ação israelense produz nuances, que são incorporadas na construção de estratégias de rotinas baseadas na imprevisibilidade e que buscam construir a "vida normal" que minhas interlocutoras tanto almejam. Ressalto aqui que essas estratégias são profundamente relacionadas ao viés generificado que essa mobilidade possui. Se o "tipo ideal" de sujeito criminoso para o exército de israel são homens entre 16 e 40 anos, aqueles e aquelas que fogem dessa idealização se utilizam disso como uma forma de ter uma circulação mais tranquila no território. Mas ainda os homens que se encaixam no "tipo ideal" buscam limpar a sua imagem através do trabalho, usando as permissões de trabalho como uma maneira de não serem tratados como "terroristas".

Menezes (2015) em sua etnografia sobre o processo de "pacificação" em duas favelas do Rio de Janeiro, o Santa Marta e a Cidade de Deus, caracteriza o regime de mobilidade como um "regime territorial de campo minado" com uma constante busca de não "contaminação" por parte dos moradores. Em busca de não serem associados ao tráfico ou aos policiais das UPPs o medo dos moradores gera um processo de antecipação de possíveis "contaminações". Com a ocupação e essa relação cotidiana entre os soldados israelenses e a população palestina, há uma tentativa de pessoas palestinas de constantemente não se "contaminarem" com os israelenses ou com símbolos da resistência palestina que podem ser lidos como um poten-

cial "terrorista"⁴⁰. As licenças de trabalho se tornam para os homens jovens não somente um instrumento para chegar ao trabalho mas também uma forma de se "limpar" frente ao tipo criminoso colocado pelo exército com a imagem de "trabalhador"⁴¹. Mas aqui esses "jogos de contaminação"(MENEZES, 2015) possuem uma relação com o assédio sexual e a algo conhecido como *isqat siyassy* que é a violação de códigos sociais de pureza e honra como uma forma de conseguir informações por parte do exército israelense. Em um relato de Arwa, interlocutora de Peteet (2017) isso é explicitado:

As vezes, esse soldado me chama pelo primeiro nome, dando a entender que nos conhecemos. Fiquei horrorizado quando ele fez isso hoje. Eu temia que as pessoas pensassem que eu estava envolvida com ele e recebendo tratamento especial. Esta é uma forma de criar desconfiança entre nós (PETEET, 2017, p. 122)

O medo de Arwa está relacionado as pessoas acharem que ela está associada a um soldado israelense mas, mais ainda, que ela possa estar se relacionando sexual ou amorosamente com ele. Isso aciona ideais de pureza e modéstia que são cobrados de muitas mulheres palestinas, mas também uma pressão social existente para que elas casem e se relacionem somente com homens árabes ou palestinos. Essa pressão social pela pureza das mulheres palestinas aparece em minhas interlocutoras ao falarem que se casaram com homens palestinos. Perguntei a Hana se ela sentia que existia uma pressão para ela se casar com um palestino e ela diz que "um pouco", mas que foi menos do que era com sua mãe e que ela tenta não passar isso para suas filhas. Mas de certa forma esses códigos sociais perpassam a forma como as mulheres vão ser tratadas no trânsito pelo território e também como as famílias vão lidar com essa liberdade feminina.

A possibilidade de uma detenção envolver um abuso sexual, que uma mulher retire as roupas em público ou que ela fique "mal falada" por ter sido levada a uma sala de detenção por um soldado levam as famílias a restringirem a mobilidade de mulheres, principalmente enquanto solteiras. Mulheres casadas se movimentam com uma facilidade maior pela necessidade de cuidar de questões familiares e porque frente as altas de desemprego masculino (muitas vezes relacionadas a dificuldade dos homens em passarem pelos *checkpoints*) as mulheres se tornam a principal fonte de renda das casas (PETEET, 2017). Há também restrições e estratégias de classe e idade que as mulheres se utilizam constantemente. Mulheres de classes mais altas que conseguem comprar carros podem se deslocar sem passar pelas horas em pé nas filas e no calor, mais ainda, quando trabalham com ONGs e organizações internacionais possuem um prestígio que permitem que elas passem pelos *checkpoints* muitas vezes sem serem abordadas. Já para

⁴⁰ Esses símbolos podem ser desde o lenço palestino, atiradeiras de pedras usadas por crianças ou até o próprio véu islâmico usados por mulheres religiosas.

⁴¹ Resguardando as diferenças culturais que esse termo carrega, essa ideia de se limpar socialmente a partir do trabalho é similar ao que é colocado por Silva e Leite (2008)

mulheres mais velhas, após os 50 anos, além da documentação permitir que ela entre em Jerusalém e em outros locais que não eram permitidos antes o trato com os soldados se torna mais fácil por elas nem sempre serem um alvo de assédio. Elas buscam se tornar "invisíveis" com caixas de produtos na cabeça ou uma "despreocupação estudada", mas com a idade também aparecem dificuldades físicas de locomoção que se tornam um entrave (PETEET, 2017).

Mulheres jovens têm que buscar outras estratégias para passarem pelos muitos entraves na mobilidade. Para burlar os impedimentos das famílias e conseguirem trabalhar e estudar, muitas meninas não contam para suas famílias sobre as humilhações que acontecem durante seus deslocamentos. Em muitos momentos há um nível de invasão corporal que os *checkpoints* hiper-tecnológicos produzem que é difícil de se sobrepor, como Rada relata a Peteet (2017):

O *checkpoint* de Eretz é o pior e o mais avançado tecnologicamente. Eles usam uma máquina de digitalização que vê através das roupas, por isso é um problema para as mulheres. Você está nesta máquina, mas não há pessoa – você não tem contato com outro ser humano. De repente, uma voz gritará lá de cima: “Esse sutiã que você está usando tem aro?” Isso é tão humilhante! A maioria das mulheres, inclusive eu, tem pavor desse tipo de invasão corporal (PETEET, 2017, p.124)

Como a roupa é um dos principais focos tanto de assédio quanto de suspeição também se tornam a principal fonte de estratégias. Mulheres que não usam o véu passam a usar em certos momentos como uma forma de não serem assediadas, mesmo que isso leve a uma maior vigilância do seu trânsito por mulheres que usam véu serem consideradas "politicamente ativas", elas preferem a vigilância ao assédio. Além disso, homens e mulheres passam a usar em certos casos roupas e penteados mais parecidos com homens e mulheres israelenses, com as meninas alisando ou prendendo os cabelos cheios e cacheados - característico das palestinas - e os homens cortando o cabelo e fazendo a barba, como os homens do exército israelense (PETEET, 2017). Uma outra estratégia comum é usar a identidade de outras pessoas, principalmente daqueles que possuem identidades azuis, para passar pelos *checkpoints* do Muro. Como a maior parte das identidades são emitidas aos 16 anos e não são renovadas, a não ser em casos especiais, se tornou muito comum que identidades sejam emprestadas ou "alugadas", principalmente entre mulheres. Por não serem o sujeito criminoso ideal, suas identidades não são minuciosamente analisadas como as dos homens. Além disso, mudanças de cabelo, maquiagens e roupas tornam mais fácil de burlar questionamentos sobre as fotos nas identidades. Para elas, o quão minuciosa vai ser a análise dos documentos depende sempre do humor dos guardas, se é final de semana ou dia de semana, de manhã ou a noite, ou até mesmo se o time de futebol deles ganhou no dia anterior (PETEET, 2017).

Ao longo do tempo são construídas também estratégias coletivas para facilitar a mobilidade. Através dos celulares, grupos de mensagem são criados para avisar sobre os *checkpoints* móveis, atrasos e imprevistos, além de avisarem as famílias sobre onde estão. Os motoristas de ônibus, vans, taxis e carros particulares criam uma rede de compartilhamento de informações sobre os obstáculos e sobre os próprios guardas nos postos, que fazem eles escolherem rotas

alternativas em busca de burlar *checkpoints*. Além disso, há um esforço para transformar os *checkpoints* em um espaço de socialização e de construção de redes de amizades, como Randa aponta:

Depois de passar pelos postos de controle duas vezes por dia, eu estava exausta. Assim, tornou-se um espaço social. Tentei socializar. Há um lado bom em Qalandia, você vê. Quando trabalhávamos na área de alRam, costumávamos nos encontrar no posto de controle todas as manhãs. Nós nos reuníamos, socializamos e trocávamos notícias. Era uma espécie de cena social. Em vez de ficarmos frustrados com a espera, conversamos e tentamos nos divertir. Nós zombávamos dos soldados e fazíamos piadas. Fazíamos algumas de nossas compras em Qalandia.(PETEET, 2017, p. 133)

Nesse sentido, o Muro, os *checkpoints* e os documentos são ancoradouros não somente do regime de mobilidades mas também de estratégias de locomoção e de sociabilidade que perpassam questões familiares, econômicas, de saúde e de gênero. As mulheres aqui se encontram fora do escopo central de suspeição e se utilizam de diferentes estratégias para se movimentarem pelo território. Essas infraestruturas de (i)mobilidade urbana são organizadas a partir de um sistema de suspeição que elas buscam transpor no cotidiano. Parte da imobilidade feminina no território está relacionada a forma como não somente o trânsito mas também a vida doméstica fica dependente do controle israelense de certas infraestruturas urbanas, como a infraestrutura de água que será tratada a seguir.

4 A GENTE SÓ RECEBE ÁGUA UMA VEZ POR SEMANA POR ALGUMAS POUCAS HORAS, TÁ?

Eu, por exemplo, tenho, na minha cidade, sete horas de água, nesse dia (...) É, aí a minha cidade vizinha tem mais sete horas, a outra tem mais sete horas, que daí vem uma cidade atrás da outra, cada cidade com sete horas de água. E por muitas vezes a água vem muito fraca, as pessoas não conseguem armazenar porque nós temos vários tanques d'água, em cima das casas, que é para nós podermos armazenar a água para a semana toda. (Trecho retirado de entrevista com Saara)

A água é controlada pelo israelenses e depois dos israelenses é controlada pelos homens. Depois ela vem para as mulheres (RUDOLPH, 2020, p.28)

A caixa d'água é um elemento comum da paisagem de muitas regiões. O grande reservatório em cima de casas e prédios faz parte do senso comum em lugares como o Rio de Janeiro, Mumbai e Palestina. Mas, ao tomá-la como algo possível de análise, nos mostra muito sobre as desigualdades de um país. Millington (2018) em seu texto sobre a crise hídrica em São Paulo entre 2014 e 2015 desnaturaliza as caixas d'água e mostra que elas são um elemento essencial para lidar com a crise, porque armazenam água por um certo tempo, permitindo um espaçamento maior no abastecimento. Mas essa mesma caixa d'água tem uma série de problemas: a água parada leva ao acúmulo de resíduos e gera um grande peso extra sobre as habitações (que passam a ser construídas com a caixa fazendo parte da conta). Na Palestina, em específico na Cisjordânia, a desigualdade é exposta pelos tanques d'água na paisagem. Nos assentamentos judaicos, que recebem água em fluxo contínuo, prédios parecidos e sem nada nas coberturas. Já em bairros palestinos, a paisagem é pintada por pontos azuis, brancos e pretos, cores dos tanques de água que se espalham pelo no telhado de todos os prédios e casas. A grande quantidade assusta, como podemos ver na comparação das duas paisagens na figura 12. Esse choque do contraste expõe a desigualdade de acesso à água existente na Palestina.

Além do impacto visual, essa discrepância de acesso atravessa a vida de mulheres. A água encanada chega apenas uma vez na semana por algumas horas. As vezes não chega, é imprevisível. Durante o fornecimento as mulheres precisam ficar em casa para fazer as funções domésticas que demandam quantidades maiores de água: lavar a roupa, molhar as plantas, lavar o quintal, lavar a louça. Além disso, os tanques precisam ser cheios, e como ficam acima das casas precisam de uma bomba para que as águas corram contra a gravidade. Bombas precisam de energia. A energia é hidroelétrica e durante o fornecimento de água ela fica intermitente. Ou seja, ligar a bomba significa ficar sem luz, e essas escolhas precisam ser feitas por essas mulheres ao longo do dia a dia. Elas distribuem o uso da água pela casa, definem os dias que cada função será feita, em momentos de escassez de água - principalmente no verão - definem quando e quem vai poder tomar banho. Com o costume comum de viver toda uma família na mesma casa, muitas vezes esses tanques vão servir 10, 12 pessoas, entre crianças, adultos e idosos. Como decidir quem vai poder usar essa água ou não? Nos comuns casos de falta d'água,

Figura 12 - Paisagens comparadas do assentamento de Har Homa (1) e um bairro residencial palestino na Cisjordânia (2)



Fonte: (1) Musa Al-Shaer, 2020; (2) Humanium, 2020

elas negociam com vizinhos que possuem poços pluviais, vão à procura de caminhão-pipa ou buscam água em fontes distantes diariamente. Todas essas funções são majoritariamente femininas. A organização da casa e da vida em "função da água"⁴² é imposta pela ocupação e administrada pelas mulheres, que tem seus corpos transformados em infraestruturas que compensam as faltas d'água e produzem possibilidades de vida em suas casas, famílias e até municípios (TRUELOVE; RUSZCZYK, 2022; SIMONE, 2004).

Mas o problema não é inteiramente a falta d'água. Mesmo sendo localizada no Oriente Médio, região conhecida de forma orientalista por seus grandes desertos e tempestades de areia, a Palestina possui acesso a diferentes fontes de água. Banhada ao oeste pelo mar mediterrâneo, ao sul pelo golfo de *Aqba*, à leste abraçando o mar morto e cortada pelo rio Jordão, e com grande parte da extensão do seu território perpassada pelo Aquífero da Montanha, a Palestina sempre foi um dos poucos países da região com amplo acesso à água. A distribuição dela, entretanto, foi controlada ao longo do tempo por diferentes colonizações. Aqui pretendo falar principalmente do controle exercido pelo governo militar de Israel desde 1967 e a forma como este perpetua a violência da guerra em violências infraestruturais, transformando as infraestruturas urbanas noutras de guerra. Mas, principalmente, trago o foco para como o controle dessas infraestruturas organiza a vida das mulheres palestinas com base na "função da água".

Os problemas e violações com relação ao acesso à água são distintos e vão ser tratados ao longo desse capítulo. Tomo aqui os tanques d'água como ponto de partida porque eles demonstram que o problema da água na Palestina não é a falta dela, mas sim a desigualdade no seu acesso. O assunto já vem sendo explorado amplamente na literatura, principalmente com relação às ilegalidades e crimes internacionais cometidos por Israel no controle d'água (KLAWITTER, 2007; ABOUALI, 1998; MALONE, 2004), o controle escondido por trás de uma aparente cooperação institucional (SELBY, 2003; SELBY, 2013; ALSHARIF et al., 2008; TROTTIER, 1999; ED; MIMI, 2010; PANDEY, 2011; AMJAD, 1999), denúncias (INTERNACIONAL, 2009) e trabalhos de campo que analisam as infraestruturas e os impactos sobre a população palestina, indo além das legislações (RUDOLPH, 2020; STAMATOPOULOU-ROBBINS, 2021; NAGUIB, 2009). A maior parte desses trabalhos focam em como as infraestruturas de água e esgoto não funcionam, e por conta disso geram uma série de problemas para a população. Além disso, partem de uma perspectiva principalmente institucional ou macro-política da situação. Ao longo desse capítulo pretendo explorar a partir das classificações apontadas por Rudolph (2020) dos "problemas da água" como as pessoas, e em especial as mulheres, reorganizam suas vidas em "função da água". Alguns trabalhos como o de Naguib (2009) e mesmo o de Rudolph (2020) já produzem esse foco nas ações da população apresentando uma perspectiva generificada, mas as pautando como uma forma de resistência. Aqui, meu foco é analisar como violências infraestruturais reorganizam e se incorporam na rotina. No primeiro tópico, vou abordar as fontes

⁴² O termo foi retirado de uma entrevista e será desenvolvido ao longo do capítulo

de água existentes na Palestina e a forma como essas são controladas e administradas pela AP, por Israel e por comitês de cooperação conjunta. Em seguida, destrincho a constituição da rotina em função da água a partir de relatos coletados empiricamente por mim, Rudolph (2020), internacional (2009) e pela organização israelense de direitos humanos B'Tselem colocando o enfoque em como as mulheres reorganizam a vida com base nas inseguranças hídricas e as violências infraestruturais.

4.1 Fontes de água e de controle

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda o consumo mínimo de 100 litros d'água *per capita* por dia (lpcd). Os palestinos e palestinianas têm uma média de 73 lpcd (com variações entre 20 e 160 lpcd), enquanto nos assentamentos israelenses a média é de 487 lpcd (INTERNACIONAL, 2009). A diferença no consumo está diretamente relacionada ao controle da distribuição e do acesso à água nos TPO, promovido pelo governo militar na Cisjordânia desde 1967, além da má administração da AP após os Acordos de Oslo. Fontes de água não respeitam fronteiras, nem acordos ou negociações políticas. Mas não vamos entender aqui a água como um recurso natural abundante que deve ser tratada como dado. A água, como consumimos nas cidades, é um bem artificial, muito mais complexa do que os dois elementos químicos que aprendemos na escola (H₂O). Ela também é perpassada por uma série de negociações técnico-políticas que envolvem a sua distribuição em massa. Na Palestina, as fronteiras completamente artificiais e fragmentadas da ocupação e a constituição do Estado de Israel tornam a distribuição dos recursos hídricos entre os entes políticos uma questão não somente de infraestrutura urbana, mas de negociação de guerra. O controle militar da região e as desigualdades de poder perpassam os rios, aquíferos, canos e até a chuva (principalmente a forma como ela é armazenada). Nesse sentido, a água aqui nada tem de recurso natural, ela é um bem em disputa e um instrumento de controle da população ocupada.

4.1.1 As fontes de água potável

Entrelaçando o subterrâneo do território israelense e palestino, o Aquífero da Montanha é o único recurso hídrico ainda disponível para a população palestina e o mais importante para Israel. Ele é composto por três bacias - ou Aquíferos - principais: a Ocidental, Nordeste e Oriental. Suas águas são renovadas principalmente pelas chuvas e o derretimento da neve, e são caracterizadas por terem uma grande profundidade (média de 250 metros). O rendimento total dos Aquíferos tem uma média de 679 a 734 MCM/Y, com o Ocidental sendo o de maior capacidade (362 a 400 MCM/Y), maior qualidade de água, e fornecedor de um quinto da água doce de Israel. Os Aquíferos Oriental e Nordeste estão localizados quase completamente na

Figura 13 - Fontes de água na região da Palestina



Fonte: Anistia Internacional, 2009

Cisjordânia. Já o Aquífero Costeiro tem capacidade de 450 MCM/Y em Israel e 55MCM/Y em Gaza, sendo a única fonte d'água da Faixa palestina. Por conta disso, a extração desse aquífero excede em muito a sua capacidade e suas águas são hoje 90% contaminadas⁴³ e imprópria para consumo (RUDOLPH, 2020; INTERNACIONAL, 2009). Isso gera uma profunda crise hídrica em Gaza, cuja única solução seria a dessalinização da água do mar⁴⁴ ou a transferência de água da Cisjordânia para Gaza, algo que não foi permitido pelo governo de Israel sob justificativa de segurança nacional⁴⁵. Para além desses Aquíferos que são compartilhados, Israel ainda tem acesso ao Aquífero da Galileia Ocidental e Carmel no norte e o Aquífero de Negev-Aravah ao sul (INTERNACIONAL, 2009). Essas diferentes fontes de água que vemos na figura 13 reforçam o *patchwork* de diferentes fronteiras divididas entre Israel e Palestina.

Essas águas compartilhadas são contaminadas não só pela falta de uma rede de esgoto própria, mas também pela dinâmica de poder e de violência da ocupação. Na figura 14 percebemos que o Aquífero Ocidental tem uma extração excessiva israelense, além do limite sustentável, assim como o Aquífero Oriental, que deveria ser majoritariamente para extração palestina, é explorado principalmente por Israel. O Aquífero Nordeste é o único ainda dentro da extração sustentável. Na prática, esse *patchwork* hídrico envolve um cenário político complexo de comitês conjuntos como o *Joint Water Committee* (JWC), permissões - que raramente são dadas - para extração privada das famílias palestinas através de poços e a venda de água pela empresa *Mekorot* para municípios e famílias.

Outra fonte d'água importante para a região é o rio Jordão, cuja bacia é compartilhada entre o Líbano, Síria, Jordânia e Cisjordânia. Suas águas possuem não somente uma importância histórica e religiosa, mas também consiste em uma significativa fonte d'água e de energia para Israel. E digo somente Israel porque o acesso dos palestinos e das palestinas ao rio Jordão é completamente proibido. Desde a ocupação de 1967 o acesso palestino, tanto para extração quanto a proximidade física com o rio são proibidos porque toda a sua margem foi classificada como zona de segurança⁴⁶. O rio que tem 64% da sua capacidade explorada⁴⁷ também teve seu

⁴³ A contaminação da água está relacionada tanto com a extração excessiva quanto a infiltração de esgoto. É importante ressaltar que o descarte de esgoto em Gaza é extremamente precário por conta do bloqueio de financiamentos feitos pelo embargo israelense e por conta dos constantes bombardeios à instalações de esgoto e à infraestruturas de escoamento

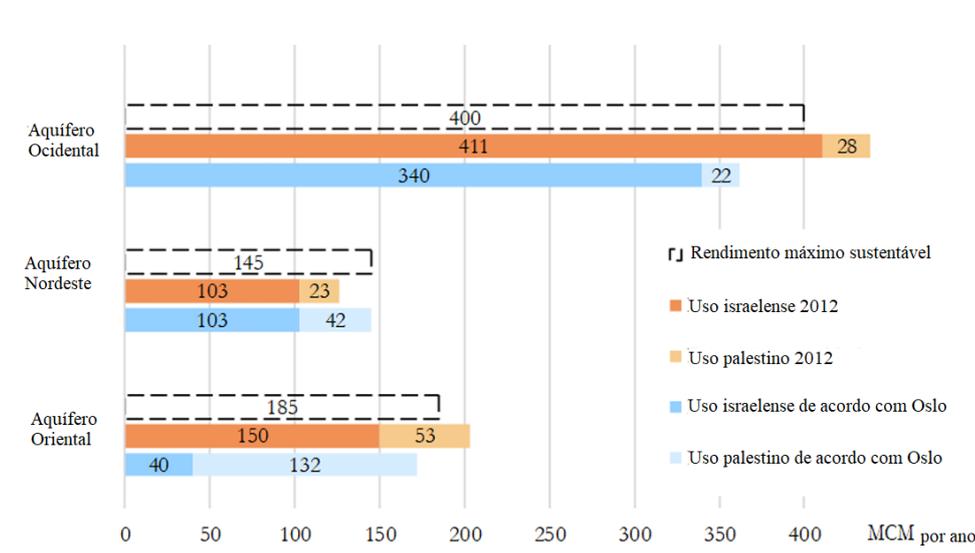
⁴⁴ processo extremamente caro e que demanda uma expertise acumulada que não existe na região

⁴⁵ Gaza e Cisjordânia são ambas consideradas territórios palestinos nos Acordos de Oslo, mas não há nenhum artigo nos acordos que verse sobre transferência de recursos entre os territórios. Juntamente à isso, o embargo à Gaza impede que sejam importados materiais para a construção de infraestruturas

⁴⁶ Isso afeta não somente o acesso à água mas também o desenvolvimento da agricultura, da pecuária e do pastoreio na região. De acordo com o Banco Mundial (2013) o controle do rio Jordão afeta imensamente a economia palestina e é responsável em grande parte pela pobreza da região. Enquanto isso, no Vale do rio Jordão se encontram as mais rentáveis fazendas agrícolas de exportação de Israel, em sua maioria administradas por colonos (INTERNACIONAL, 2009)

⁴⁷ Fornece cerca de 650 MCM/Y para Israel.

Figura 14 - Relação entre a quantidade máxima de extração sustentável na Cisjordânia em 2012 e a alocação de água do Aquífero da Montanha nos Acordos de Oslo II



Fonte: Rudolph, 2020.

fluxo desviado pelos países que compõe a sua bacia para gerar energia elétrica, o que levou a uma redução do fluxo e o tornou altamente salinizado e contaminado pelo esgoto não tratado (INTERNACIONAL, 2009). Assim, a população palestina possui apenas uma fonte de água, o Aquífero da Montanha, que, como vimos, vem sendo superexplorada principalmente por conta do desenvolvimento industrial de Tel-Aviv. Nessa conta das extrações excessivas também entram usos de pessoas palestinas com cerca de 10 MCM/Y por poços artesanais não licenciados e 3,5 MCM/Y por ligações ilegais feitas na linha da *Mekorot*. Como forma de compensar essa escassez e as dificuldades de conseguir permissões para construir novos e mais profundos poços, as famílias e municípios palestinos passaram a comprar água da companhia *Mekorot*, que chega principalmente pela rede de encanamento nas cidades. Mesmo esse abastecimento não é eficiente devido às redes antigas, e pela perda de 34% da água no abastecimento. Em aldeias e campos de refugiados, que em sua maioria não estão ligados à essas redes, a água é comprada de caminhões-pipa (da *Mekorot* ou de cidadãos palestinos privados que buscam essa água nas poucas fontes ainda disponíveis).

4.1.2 A ocupação e o controle da distribuição

Esse *patchwork* das fontes de água traduz o controle da ocupação. Como tenho falado ao longo desse trabalho, a ocupação vai acontecendo de diferentes formas, mas por onde começa

o controle da água? O estabelecimento do Estado de Israel desde 1948 obriga os palestinos e palestinas a pensarem na divisão do lençol freático e já desde essa época são iniciados os desvios no rio Jordão. Mas em 1967 as disputas com relação à água se tornam parte da ocupação e do controle colonial. Em agosto de 1967, o governo militar emite a Ordem Militar 92⁴⁸ que concede total autoridade sobre as questões relacionadas à água nos TPO ao exército de Israel. Poucos meses depois a Ordem Militar 158 estipula que pessoas palestinas não poderiam construir instalações de água sem obter uma licença emitida pelo exército, e qualquer construção sem licença poderia ser demolida. Os arranjos com relação à terra e água que eram anteriores à ocupação são anulados pela Ordem militar 291, de dezembro de 1968. Essas ordens significavam que todos os poços, encanamentos e tanques de água que fossem construídos deveriam passar pelo crivo israelense, ao mesmo tempo que novos assentamentos estavam sendo instalados sob legislação civil, ou seja, sem que essas ordens fossem válidas para eles. Um mesmo território então passa a ser constituído com diferentes legalidades e com base em um apartheid hidrológico (GRAHAM; DESAI; MCFARLANE, 2013) que ativamente negava à população palestina o acesso à água. Nesse entremeio é importante sempre ressaltar que a ilegitimidade da ocupação permite uma série de flexibilidades e diferentes níveis de negociação dentro disso, como essa declaração de um camponês palestino do Vale do Rio Jordão para a Anistia Internacional (2009) nos mostra:

Fomos ocupados por muitos [...]. Durante essas épocas, sempre houve famílias com boas relações com o governo ocupante. Então, algumas famílias têm controle ou poder do passado. [...] A maioria das pessoas no Vale do Jordão são da mesma classe, mais ou menos. Mas há famílias [...] que compram a terra dos pobres. [...] Para eles, é um negócio. [...] Essas famílias palestinas vão à Administração Civil Israelense para cavar um poço ou reabilitá-lo e eles têm as permissões rapidamente [...]. Se você tem muito dinheiro, pode facilitar o processo. (INTERNACIONAL, 2009, p. 35)

Não somente as famílias palestinas de classes mais altas conseguem com mais facilidade permissões para construir infraestruturas de água, mas também assentamentos israelenses que seriam considerados ilegais até mesmo pelo governo civil de Israel. Um colono também entrevistado pela Anistia Internacional (2009) relaciona a chegada dessas infraestruturas com uma aparente legalidade de um assentamento que é considerado oficialmente como ilegal: “Estamos conectados à rede de água, temos linhas telefônicas da empresa nacional Bezeq, fomos ligados pela empresa de eletricidade e temos iluminação pública... Como podemos ser ‘ilegais’?” (INTERNACIONAL, 2009, p. 70). Assim, a infraestrutura hierarquizada formas de cidadania que vão sendo constantemente testadas e reiteradas ao longo do intenso processo de busca por permissões nos TPO.

Em conjunto com a emissão das Ordens Militares, o governo da ocupação assumiu o

⁴⁸ As ordens militares eram decretos instituídos pelo governo militar ocupante da Cisjordânia.

controle do Departamento de Água da Cisjordânia (WBWD)⁴⁹, que controlava cerca de 13 poços e a água passou a ser vendida para as comunidades palestinas e os assentamentos israelenses. Essa infraestrutura urbana controlada pelo governo militar em 1982 é entregue à *Mekorot*⁵⁰. Já desde essa época o complexo sistema de licenças impedia que pessoas palestinas furassem seus poços e intensificava a sua dependência em relação a Israel. Entre 1967 e 1996 foram concedidas apenas 13 licenças em toda a Cisjordânia (SELBY, 2013). Aqueles poços que já existiam não poderiam ser aprofundados, a quantidade ficou limitada à altura que o poço foi medido pela primeira vez e medidores foram instalados no final da década de 1970 para garantir que não seriam ampliados. A maioria desses poços eram de uso doméstico e não poderiam constituir uma rede de distribuição. Além disso, em anos posteriores a extração excessiva de Israel e o descarte de esgoto contaminaram esses poços mais rasos e os tornaram inutilizáveis (INTERNACIONAL, 2009; RUDOLPH, 2020; STAMATOPOULOU-ROBBINS, 2021).

No começo dos anos 1990, os Acordos de Oslo institucionalizam a hidro-hegemonia israelense sobre as fontes de água (RUDOLPH, 2020). Diversos pontos não são levados em consideração durante os acordos, abrindo margem para a hegemonia de Israel. Quanto aos recursos, apenas o Aquífero da Montanha é dividido, com 80% sendo mantido para Israel e 20% para a AP, explicitando que não haveria uma redução da extração de Israel pois “todo bombeamento de recursos hídricos nos assentamentos e na área de instalação militar deve estar de acordo com as quantidades existentes de água potável e água agrícola... a Autoridade Palestina não deve afetar negativamente essas quantidades”(INTERNACIONAL, 2009, p.20). O rio Jordão segue tendo o acesso proibido aos palestinos e palestinas porque as zonas de segurança se mantém. À AP fica a responsabilidade de gerenciar o abastecimento da população palestina, ou seja, comprar a água de Israel e distribuir para a população palestina das áreas A e B principalmente, e a manutenção da infraestrutura existente de água. Nos locais em que não há encanamento ou precisa de manutenção, a AP também é responsável pelos caminhões pipas para abastecimento dos vilarejos ou bairros, mas na maioria dos casos esse abastecimento é feito por caminhões privados e por movimentações da própria população (RUDOLPH, 2020; INTERNACIONAL, 2009).

Esse frágil desequilíbrio que pende para a hidro-hegemonia israelense constantemente é belicizado como forma de expandir territórios ou justificar novos cortes na distribuição de água aos palestinos e palestinas. Poucos anos após Oslo II, em 2002, o ministro da infraestrutura israelense Effi Eitam ordenou que fossem suspensas todas as perfurações na Cisjordânia e as permissões que estavam em andamento. Isso porque de acordo com Eitam, a AP estava pro-

⁴⁹ O WBWD foi estabelecido em 1966 para manter o sistema de abastecimento de água da Cisjordânia

⁵⁰ A empresa passa a operar 42 poços que em sua maioria distribuem águas para os assentamentos, mas também vende para o governo palestino desde os Acordos de Oslo. A quantidade de água vendida para os palestinos e palestinas é determinada pelo governo de Israel.

movendo uma Intifada da água contra Israel ao falhar em construir um sistema de esgoto que estava poluindo as águas subterrâneas que abastecem Israel. Esse episódio ocorreu poucos dias após um ataque a um ônibus israelense que matou 14 pessoas. Ao invés de uma resposta militar, a "solução" foi uma punição coletiva à população civil palestina, que teve a possibilidade de manutenção e/ou construção de infraestruturas suspensa. Stamatopoulou-Robbins (2021) ressalta que a ideia de que pessoas palestinas são corruptas e falham em construir suas infraestruturas é constantemente utilizada por Israel como forma de retomar o controle sobre elas. Sem ressaltar que a ocupação promove problemas estruturais de construção, reparo e obtenção de permissões, o governo israelense alega que os palestinos e palestinas não conseguem ter controle sobre seu saneamento básico e a sua população, tendo que ser continuamente tutelados. Percebendo essas dificuldades de reparação de infraestruturas, uma série de organizações internacionais como a ONU e o Banco Mundial, assim como países (principalmente Alemanha, França e Holanda) financiam as obras mas pedem uma série de retornos como tempo de construção/reparação, retorno financeiro, análise de impacto ambiental etc. No entanto, na maioria das vezes a AP não tem expertise para levar a cabo essas exigências, e corre o risco de perder financiamentos⁵¹.

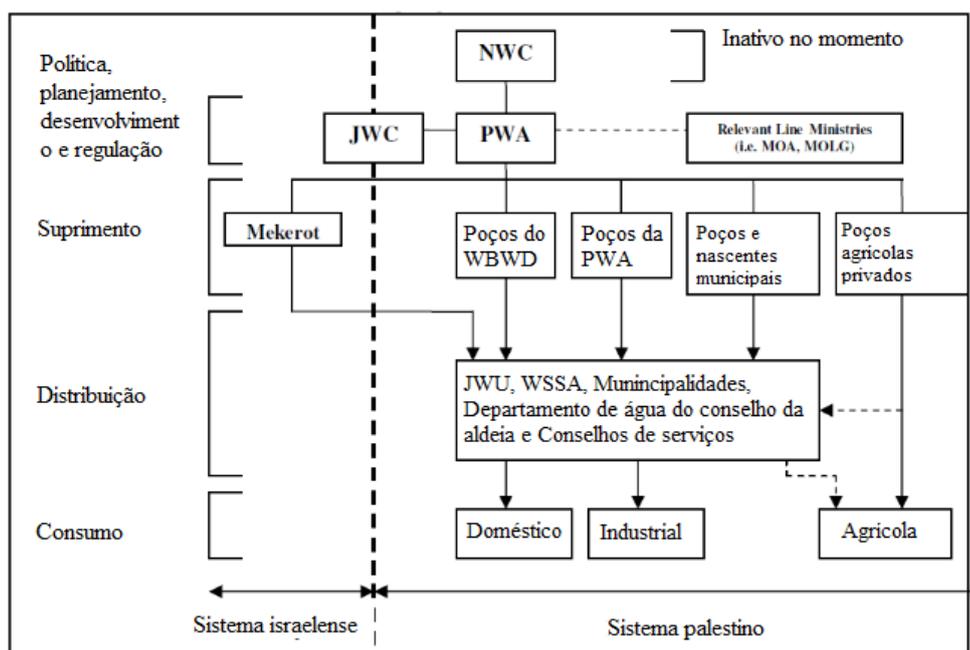
Atualmente, a infraestrutura de águas palestinas e israelenses na Cisjordânia é administrada por um corpo que une ministérios, agências conjuntas e empresas, como é possível ver na figura 15. A divisão desse sistema é feita em quatro fases: Planejamento (políticas, desenvolvimento e regulação), fornecimento, distribuição e consumo. Na primeira fase, O Comitê Conjunto de Águas (JWC) analisa os pedidos de permissões para administração de poços, construção de novos e a extração geral do Aquífero da Montanha e da reserva de águas das chuvas⁵². O comitê foi criado durante Oslo II e deveria ter duração de apenas 5 anos para fazer a transição dessa administração para representantes palestinos. Na prática, ele continuou existindo sem nenhuma previsão de mudança e Selby (2013) analisou que até 2013 todos os pedidos israelenses foram aprovados pela Autoridade Palestina para as Águas (PWA) enquanto Israel vetou todos os pedidos de novos poços e atrasou as obras de manutenção e restauração aprovadas. Se somando a essa assimetria, mesmo quando aprovados pelo JWC, qualquer projeto na área C pode ser vetado pelo governo militar da ocupação, com a imposição de burocracias e violências ao longo de todo o processo:

qualquer trabalho de reparo de tubulações que ligam vilarejos a poços que passam por diferentes partes da Área C requer a obtenção de uma licença, abrangendo cada área em que o trabalho será realizado. O trabalho não pode

⁵¹ Um caso clássico dessa relação é a exigência de que as estações de tratamento de esgoto na Cisjordânia sejam de tratamento terciário como é em Israel (ou seja, que quase todo o esgoto possa ser reutilizado), mas a compra dessa tecnologia por pessoas palestinas é mais cara e na maioria das vezes os planos de esgotamento são rejeitados nos comitês conjuntos por não serem desse tipo

⁵² O JWC tem um número igual de representantes israelenses e palestinos, ambos possuem direito a veto e as decisões devem ser alcançadas por consenso, no entanto, a assimetria de poder entre as partes leva a uma subutilização do comitê

Figura 15 - Organização do setor de águas na Cisjordânia



Fonte: Michelle Rudolph, 2020.

prosseguir se o exército israelense decidir que não deve fazê-lo por causa de “considerações de segurança” em uma ou mais das áreas onde o trabalho está planejado. Tentativas de realizar tais projetos sem primeiro obter aprovação resultam na paralisação ou demolição dos projetos pelo exército israelense. (INTERNACIONAL, 2009)

A PWA também aprova e regulamenta questões relacionadas a água no sistema palestino, mas de forma subordinada ao JWC e em diálogo com o Ministério de Agricultura (MOA) e o Ministério de Governança Local (MOLG). A segunda fase, de fornecimento, se organiza a partir de quatro meios: poços privados de agricultores, que armazenam águas das chuvas (figura 16) e são utilizados para irrigar plantações ou poços privados que ainda não foram contaminados desde as medições em 1967; poços e nascentes administrados por municipalidades; poços da PWA, que fornecem a distribuição principalmente para as cidades; poços da WBWD, mas que em sua maioria estão contaminados por serem muito antigos; e a *Mekorot* que possui alguns poços mas que também vende para a PWA. Na fase de distribuição, a parte urbana é contemplada principalmente pela Empresa de Águas de Jerusalém (JWU) e pela Autoridade de Abastecimento de Águas e Esgoto (WSSA), já nas áreas rurais, são conselhos municipais e pessoas privadas que cuidam da distribuição.

Esse controle e a complexa assimetria de não-cooperação produzem impactos na rotina dos, e principalmente das, palestinos e palestinianas. Devido às restrições com relação aos recursos hídricos, a população que era majoritariamente rural e que ganhava a vida com a agricultura passa a buscar emprego em Israel como trabalhadores pouco qualificados, o que

Figura 16 - Poço de armazenamento das chuvas na Cisjordânia



Fonte: Kittani, 2006

aprofunda a dependência econômica da Palestina (HUBERMAN, 2020; INTERNACIONAL, 2009; RUDOLPH, 2020). Além disso, geram uma série de inseguranças hídricas para a população. De acordo Rudolph (2020), os principais impactos do controle do acesso à água estão relacionados a qualidade, distância e tempo de coleta, preço e acessibilidade, disponibilidade e confiabilidade, e segurança (sendo esta um resultado específico da ocupação). Essas inseguranças constroem uma vida "função da água", que tem um impacto significativo sobre a vida de mulheres.

4.2 A rotina em função da água

"Na minha cidade, por exemplo, a gente só recebe água uma vez por semana e por algumas poucas horas ta? Então no dia que vem a água você tem que passar o dia em função da água, você não pode ir pro trabalho..."(trecho retirado de entrevista com Saara)

A ideia de construção de uma rotina em "função da água" parte dessa fala de Saara ao me responder sobre os problemas decorrentes dos Acordos de Oslo. Em seguida, ela me descreve como ela precisa organizar sua rotina nos dias em que a água chega: lavar a roupa, lavar as escadas, molhar as plantas, limpar as janelas, lavar o cabelo. Tudo deve ser feito

Figura 17 - Estratégias dos palestinos para acesso à água

Estratégias	Dimensões de Acesso					
	Quantidade	Qualidade	Distância e tempo de coleta	Preço e acessibilidade	Disponibilidade e confiança	Segurança
1. Armazenar água em tanques ou reservatórios	•		•	•	•	•
2. Usar bombas para aumentar a pressão da água na rede	•				•	•
3. Usar filtros para aumentar a qualidade da água		•				
4. Comprar água de fontes adicionais (ex. poços, nascentes, mercados)	•	•			•	
5. Compartilhar fontes e recursos de água				•		
6. Coletar água do excedente de outras pessoas	•	•	•	•		
7. Pedir permissões para aprofundar ou reabilitar poços	•	•	•	•	•	•
8. Gatilhos de água	•	•	•	•	•	
9. Recusa de pagar pela água				•		
10. Usar diferentes tipos de água por propósitos diferentes	•			•		•
11. Ser cuidadosa ao lidar com a água	•		•	•	•	•
12. Reduzir o consumo de água doméstico	•		•	•	•	•
13. Mudanças na colheita ou na pecuária (ex: datas de cultivo, redução de área)	•		•	•	•	•
14. Ter empregos adicionais (ex. um membro da família trabalhar em um assentamento)				•		
15. Arranjos especiais com donos de terras ou poços	•	•	•	•	•	•
16. Mudar no Vale do Rio Jordão ou deixar a área	•	•	•	•	•	•
17. Protestar nas ruas	•	•	•	•	•	
18. Conscientizar internamente, nacionalmente e internacionalmente	•	•	•	•	•	•

Fonte: Rudolph, 2020, p.40.

enquanto a água está na cidade. Os tanques também devem ser cheios durante esse tempo, pensando sempre a relação de custo/benefício que a necessidade de uma bomba causa. Todos esses cálculos sobre o que fazer durante as sete horas de água por semana que Saara tem em sua casa são feitos por ela. Nesse período, "não tem como você sair de casa [...] você fica preso ali", e durante todos os outros dias da semana, cálculos tem que ser feitos para a água não faltar para o resto da família. Durante o verão, o tempo da água é menor e a situação fica mais crítica. Essa busca constante por uma "cidadania hidráulica" Anand (2017), consiste na "capacidade de ser reconhecida pelas agências de serviços de água da cidade"(p. 8), e o reconhecimento de que ter e manter a água é um trabalho constante.

A população precisa reivindicar primeiro que suas casas sejam conectadas à rede de água e depois que recebam essa água em uma quantidade, qualidade e pressão que tornem possível a sua utilização, mas para além disso, esse fornecimento sempre está sujeito às implicações da ocupação que não enxerga os palestinos e palestinianas como cidadãos e cidadãs. Mesmo quando toda a infraestrutura de água das casas está em pleno funcionamento, os tanques d'água são usados como alvo de treinamento pelas forças da IDF ou parte da rede é bombardeada por algum conflito, o que retorna as famílias à estaca zero. Nesse sentido, a questão aqui está menos relacionada com uma cidadania incompleta, como Anand (2017) coloca, e mais a uma dinâmica de dominação e colonização que impossibilita o fazer da vida. Mas como então as pessoas continuam vivendo? As insuficiências hídricas dos palestinos e palestinianas foram pensadas por Rudolph (2020) que parte das classificações das ODS com relação a água e as classifica a partir de seis dimensões de acesso: quantidade; qualidade; distância e tempo de coleta; preço e acessibilidade; disponibilidade e confiança; e segurança. A partir destes a autora classifica 18 estratégias (figura 17) que os palestinos e palestinianas do Vale do rio Jordão utilizam para conseguir burlar essas dificuldades.

A partir de um diálogo com essas estratégias categorizadas por Rudolph (2020) pretendo descrever a construção dessa rotina em função da água como forma de demonstrar como a infraestrutura urbana é incorporada na guerra (e de forma dialética a guerra é incorporada no cotidiano). Para isso, separo a função da água em dois momentos: a busca da água, com a construção de estratégias pelos palestinos e palestinianas para sobrepor as inseguranças hídricas, e a destruição da rede pelo exército de Israel e pelos colonos.

4.2.1 A busca pela água

Quando perguntei para Saara como ela fazia para lidar com a falta d'água ela me respondeu que armazenava em tanques. "Se você quiser eu te levo lá em cima para te mostrar os tanques que temos na laje da casa". Eu aceitei imaginando encontrar algo parecido com uma caixa d'água. Ela subiu dois andares enquanto continuava me falando:

Mas é lógico que lavar as roupas a gente só lava uma vez por semana, a gente

não lava mais que isso. Louça, por exemplo, eu só ligo a minha máquina, a máquina de lavar louça, quando eu já não tenho mais prato, já não tenho mais talher, não tenho mais nada, a máquina está super lotada (Trecho de entrevista com Saara)

Quando chegou no terraço, enormes tanques (1500l cada) de água fria (figura 18) e quente (figura 19) chamaram a atenção, com um sistema de encanamento que leva a água da rua para a laje por fora da casa. Os tanques de água quente, ainda, tem uma espécie de compressor na parte de baixo que ajuda a esquentar a água sem gastar tanta energia. Saara vive apenas com a sua família nuclear em sua casa, o marido e os dois filhos, e mesmo assim possui cinco tanques. Ela ainda está acima da média da região, Rudolph (2020) destaca que mesmo as quantidades armazenadas para a semana ainda são insuficientes para o consumo das famílias. Uma família de nove pessoas, uma média palestina, possui cerca de dois tanques de 1500l, e em uma semana comum consomem 95 lpd, ainda abaixo do indicado pela OMS. Nos campos de refugiados, mesmo quando estão ligados à rede de água, ainda tem quantidades menores que nos bairros residenciais. A chegada dessa água é fonte de grande incerteza, porque não se sabe ao certo o dia e o horário em que vai acontecer, em alguns locais sabe-se que acontece uma vez na semana, em outros nem isso. Uma mulher no campo de refugiados de Aqbat Jaber relata a Rudolph (2020) que "eu sei que vai chegar hoje ou amanhã [...] porque desde quinta passada não vem"(p. 34). Encher os tanques e garantir esse fornecimento e armazenamento de água também depende da localização e da pressão com que a água chega. Muitas casas conectadas à rede não conseguem encher seus tanques ou tem um fornecimento ainda mais intermitente, como é o caso do município de Fasayil em que somente uma família possui abastecimento da *Mekorot*, mesmo todas sendo ligadas a rede porque, de acordo com o pai, "nossa casa fica perto da tubulação principal, a localização é boa"(RUDOLPH, 2020, p.34). Saara também ressalta que a pressão vai diminuindo entre as cidades, quanto mais longe dos poços menor é a pressão e maior é a necessidade de bombas.

Quando não estão ligadas à rede de água, seja da *Mekorot* ou da AP, a busca pela água se torna ainda mais complexa. Envolve uma relação entre distância das fontes d'água, tempo de coleta, disponibilidade e preço (que é ainda mais elevado que o da água encanada) (RUDOLPH, 2020). Se a água não chega até as casas pela infraestrutura formal dos canos, as pessoas se transformam nessas infraestruturas ao buscar a água de diferentes maneiras(SIMONE, 2004; TRUELOVE; RUSZCZYK, 2022). O uso de caminhões d'água se tornou comum porque ajuda a suprir esses vácuos na distribuição com maiores quantidades de água do que famílias individualmente buscando nas fontes. Mas comprar a água dessa fonte improvisada é ainda mais caro⁵³ do que a água encanada:

Pagamos cerca de 30 shekels por 1,5 metros cúbicos (1500l) quando ele traz a água também para outras famílias. Se ele apenas encher nosso tanque, então

⁵³ A título de comparação, 1 shekel israelense equivale a 1,53 real brasileiro na cotação de julho de 2022

Figura 18 - Tanques de água fria



Fonte: De Saara, 2021

Figura 19 - Tanques de água quente



Fonte: De Saara, 2021

ele pede talvez 50 ou 60 shekels porque ele deve vir até o fim só para nós. (RUDOLPH, 2020, p. 34)

No caso dessa família, eles compram a água de uma pessoa que possui um caminhão e cobra por esse fornecimento, um comércio que se tornou extremamente comum na região. Quando não tem a possibilidade de comprar essa água, as famílias encontram formas de buscá-la por conta própria. O caminho dessa busca pode ser tortuoso porque muitas vezes as estradas não são pavimentadas (então os caminhões tem que andar muito lentamente quando estão carregados) e os *checkpoints* criam obstáculos ao longo do caminho, que geram a necessidade de desvios para que a água não fique retida nas revistas. O gasto com combustível e as muitas horas que essa busca demanda (muitas vezes as fontes são muito longe) tem uma conta extremamente cara:

Temos que viajar muito para comprar água e trazê-la para a aldeia de caminhão-tanque. Com o custo do transporte a água custa 15 NIS por m³, o que é três ou quatro vezes o que custaria se tivéssemos uma ligação à rede de água ou um poço na aldeia. É inacessível (INTERNACIONAL, 2009)

Essas viagens tomam horas do dia e normalmente precisam ser feitas a cada três ou quatro dias porque a capacidade de armazenamento dos caminhões é pequena. Isso significa que a cada três ou quatro dias uma das pessoas da casa precisa ficar responsável por encontrar uma fonte de água disponível, bombear a água dela, encontrar a melhor rota para voltar para casa (pensando nos *checkpoints* físicos e nos móveis), fazer o cálculo do combustível necessário⁵⁴, deslocar essa água por estradas pouco pavimentadas e abastecer a residência, muitas vezes as famílias não possuem seus próprios caminhões ou tratores, então na lista de funções e de gastos também é adicionado o aluguel dele. No verão os intervalos de busca pela água são ainda menores devido ao calor e às maiores necessidades hídricas. É interessante perceber que essa busca pela água nos caminhões é majoritariamente feita pelos homens, principalmente quando as fontes são mais distantes. Quando são próximas, e o problema é apenas a falta de encanamento, as mulheres buscam a água em recipientes menores e muitas viagens, função mais comum nas áreas rurais mas que ainda existem nas cidades. A rotina, então, é construída a partir do tempo da água (ANAND, 2017). O orçamento familiar, as funções domésticas e até o tempo de trabalho ficam à mercê da disponibilidade de água e, conseqüentemente, de Israel.

Esse trabalho doméstico hídrico envolve um trabalho manual das mulheres para construir os ritmos e as rotinas da vida cotidiana. A precariedade da rede de água e a instabilidade no seu fornecimento faz com que a rotina das famílias dependa de alguém que esteja em casa, coletando a água e administrando o seu uso nas diferentes funções em que ela é essencial. Essa pessoa tem a responsabilidade não somente da busca pela água mas de pensar como com a

⁵⁴ A média anual do valor da gasolina (a partir do survey feito em 2017) é cerca de 5,98 NIS (R\$ 8,58) e do diesel 5,59 (R\$ 9,17) NIS (PCBS, 2018)

pouca quantidade que se tem vai ser possível lavar, limpar, fazer comida e, de forma mais ampla, reproduzir a vida no cotidiano. Na maioria das vezes a pessoa que faz isso é uma mulher (ANAND, 2017; TRUELOVE; RUSZCZYK, 2022). Truelove e Ruszczyk (2022) enquadra essa transformação dos corpos femininos em infraestruturas de água como um processo de *slow violence*, que

reforça padrões de dano que são vivenciados pelo corpo como simultaneamente afetivos, estruturais, íntimos e contínuos. Isso inclui as violências ocultas das ordens sociais de gênero que moldam as práticas infraestruturais desiguais em primeiro lugar. Ou, além disso, os custos físicos e emocionais crônicos de longo prazo associados à busca e transporte de recursos como água, bem como a perda de vidas e oportunidades de renda que podem resultar do tempo dedicado ao trabalho diário em torno da infraestrutura. (TRUELOVE; RUSZCZYK, 2022)

Para as autoras, esse gerenciamento da água dentro das casas reforça a invisibilidade do trabalho feminino e reforça uma violência de gênero e infraestrutural, com as mulheres sendo transformadas em parte da infraestrutura geral a partir do trabalho doméstico. Já para Pierobon (2021) esse trabalho é atravessado por uma série de negociações multiescalares, que envolvem indivíduos, associações e o próprio Estado, numa imbricação entre o legal, o ilegal e a ilegitimidade estatal. A partir do trabalho de campo em uma ocupação do Rio de Janeiro, a autora ressalta que o gênero é central para analisar o enorme esforço que é feito para "manterem a vida social diante da instabilidade que caracteriza suas vidas"(p. 4) e também para borrar a fronteira entre o público e o privado, destacando a porosidade entre a construção da vida íntima da sua interlocutora, as práticas do Estado e dos grupos armados que controlam esse território. Rudolph (2020) também destaca o viés generificado das inseguranças hídricas ao se deparar com falas de seus interlocutores que diziam que as mulheres precisavam de mais água:

Em porcentagem, enfrento cerca de 8% dos problemas com a água; 92% é enfrentado pela minha esposa [...] porque ela precisa de mais água. [...] eu só vou para a serra [com as ovelhas]. Ela se levanta às 4 da manhã; ela começa a fazer leite, queijo e iogurte. Então ela começa a fazer o café da manhã. [...] Depois disso ela começa a limpar, lavar a roupa, dar banho nas crianças e depois fazer o almoço para mim e meus filhos. [...] À noite, ela me ajuda a colocar comida para os animais. O dia todo ela é como uma máquina. Ela trabalha das 4 da manhã até a meia-noite. (RUDOLPH, 2020)

Eles diziam também que elas precisavam individualmente de mais água por terem cabelos mais longos (principalmente as mulheres muçulmanas) e por "coisas de mulher", se referindo às necessidades especiais durante o ciclo menstrual. Assim, mesmo que as inseguranças hídricas sejam gerais na população palestina, há uma divisão social generificada desses impactos que afetam o cotidiano das mulheres em diferentes níveis: do político, o familiar, ao mais íntimo e pessoal.

Esse peso diferenciado da água sobre as mulheres deve ser sempre relacionado também com a conjuntura política da Palestina. Naguib (2009) nos mostra como a água encanada foi defendida durante a década de 1980 como uma forma de aliviar o trabalho feminino, mas que

na Palestina tirou a autonomia das famílias sobre o acesso à água e aumentou a dependência em relação a Israel porque a água passa a ser entregue pela *Mekorot* e os canos quase sempre estão secos, levando à necessidade de recorrer aos caminhões. As mulheres mais velhas entrevistadas por Naguib (2009) lembram da época em que buscavam água na fonte com saudosismo pois era um momento de socialização, "quando os casamentos eram arranjados"(p. 120) e ressaltava a importância da mulher dentro da comunidade. Desde que a água encanada foi implementada, Israel possui o controle dos cortes no fornecimento, o que acontece com muita frequência, e o preço da água é caro, principalmente quando comparada com a água das nascentes que eram gratuitas. Essa acessibilidade interfere no orçamento, na saúde e na alimentação das famílias. No orçamento porque muitas dessas famílias eram camponesas e nesse processo de encanamento da água e de urbanização do vilarejo as mulheres mais velhas, que são as chefes dessas famílias, ficam sem fonte de renda e passam a ter que pagar por coisas que antes elas conseguiam da natureza. Além disso, a conta d'água que passa a chegar interfere na saúde e na alimentação porque:

Não podemos cultivar hortaliças sem nos preocupar com a conta. Hoje não podemos usar água da torneira para regar o jardim, então vamos ao mercado. Mas no mercado os legumes e frutas nem sempre são bons e custam dinheiro. Nos anos em que há pouca água na torneira, as verduras são caras demais para comprar, e me sinto mal por falta de verduras. Você sabe que vegetais e frutas regados com água do jebel são saudáveis – é a melhor coisa para você (NAGUIB, 2009, p. 125)

Mesmo compreendendo que a água encanada trás benefícios à saúde e é menos contaminada do que a água do poço estava se tornando, a sua implementação trás um enorme peso financeiro às famílias. Em muitas casas, a morte ou a prisão dos homens leva a um processo de pauperização das famílias e intensificação dos problemas relacionados à água. Isso porque as mulheres precisam administrar a água dentro das casas e também buscar os meios financeiros para custear essa água, como é o caso de Fatma Zein, entrevistada pela organização de direitos humanos B'Tselem:

Sou viúva e tenho seis filhos pequenos, três meninos e três meninas, de 6 a 12 anos. Meu marido foi morto em 2003. Suas duas filhas de sua primeira esposa, que morreu, moram conosco. Vivemos em uma pequena casa em Yatta. A única renda que temos é uma cota de 1.000 NIS por mês que recebemos de uma instituição de caridade em Yatta. Esta soma não é suficiente para pagar comida para nove pessoas. Além de nossos problemas de renda, também sofremos com a falta de água, assim como a maioria dos moradores da cidade. A escassez afeta todos os aspectos da nossa vida. Estamos conectados à rede de água da cidade, mas desde janeiro de 2008 não recebemos água pela rede porque moramos em uma altitude elevada e a pressão da água é insuficiente para chegar até nós. Compramos toda a nossa água de caminhões-tanque. A cidade vende a água a uma taxa de 120 NIS por dez metros cúbicos. Você tem que esperar sua vez, e só temos água uma vez a cada vinte ou trinta dias. Isso muitas vezes não é suficiente, então tenho que comprar água de tanques particulares, que cobram 170 ou 180 NIS. É difícil para nós financeiramente, mas não temos escolha. Economizo muita água. Eu sempre aviso as crianças para não desperdiçar água, e digo para elas prestarem atenção em cada gota de

água que usarem. As crianças já sabem que precisam economizar água. A cada duas crianças é dado um balde de água para tomar banho. Temos tapetes no chão o ano todo, então não lavo o chão. Isso economiza água. Há mais de dois anos, não lavo tapetes ou cobertores. Eu uso uma máquina de lavar que usa menos água do que outras máquinas e uso o ciclo de lavagem mais curto para economizar água, mesmo que as roupas não saiam limpas o suficiente. Um filho do meu marido mora ao nosso lado e às vezes pergunta se pode tomar um pouco da nossa água. Às vezes, não temos o suficiente para dar a ele. Nós nos acostumamos a viver assim porque não temos escolha. Quando meu marido morreu, devíamos 4.500 NIS à cidade pela água e 5.000 NIS pela eletricidade. Não tenho dinheiro para pagar essas dívidas e tenho medo de que nos desconectem. Não recebemos água da rede, mas temo que cortem a eletricidade. A casa, está rodeada por mais de dois dunams de terreno. Se tivéssemos água, poderíamos cultivá-la e gerar alguma renda dessa maneira (B'Tselem, 2009)⁵⁵

Os altos preços são uma reclamação constante e um fator que afeta profundamente a busca pela água. Saara me relata que o caminho que a água encanada toma a torna mais cara "ela é puxada dos lençóis do Estado palestino, levada para Israel e vendida novamente para os palestinos". Para ela, essa água é roubada dos palestinos e palestinianas e gera um enorme lucro para Israel porque "a gente paga bem mais caro do que iria pagar se eles não roubassem essa água". O valor do metro cúbico de água na Cisjordânia fica entre 4 e 10 dólares, e em muitos casos a conta de água toma quase metade da renda mensal das famílias. Quando o gasto não está na conta pela falta de encanamento, está no aluguel e no combustível gastos para buscar a água com caminhões. Além disso, as águas de maior qualidade são de uma profundidade maior, e bombear essa água exige um enorme gasto:

Bombear de 70 a 75 m³ por hora requer cerca de US\$ 35 em diesel por hora. Seria mais econômico usar eletricidade. Pedimos às autoridades israelenses, mas eles não permitem. O motor deste poço é muito antigo, cerca de 35 anos. Temos um novo motor, mas sem autorização para o engenheiro vir instalá-lo e a nova turbina está parada no porto de Ashdod em Israel há meses e não temos autorização para trazê-la. Com um novo motor o poço poderia produzir 120 m³ por hora, em vez dos atuais 85-90 m³, e em vez de 23 litros de combustível por hora usaria apenas 15 litros. Seria muito mais eficiente. Qualquer reparo é mais caro aqui porque os engenheiros têm que perder tempo para obter a licença e só podem vir nos horários específicos em que o portão está aberto⁵⁶ e muitas vezes os soldados os fazem esperar (INTERNACIONAL, 2009, p. 70)

Esse embricamento de dificuldades que envolvem a busca pela água levam a uma constante insegurança hídrica. A água encanada não se sabe quando vai chegar. Quando chega, nem sempre a pressão é suficiente, e os custos de armazenamento e da conta são extremamente altos. Sem água encanada, o processo de busca pela água em caminhões ou à pé toma toda a rotina das famílias, que precisam calcular os gastos, o caminho que essa água pode percorrer e como ela

⁵⁵ Dunam é uma medida herdada do Império Otomano que não faz parte do sistema de medidas internacional. Um dunam é equivalente a mil metros quadrados

⁵⁶ O portão que ele menciona aqui está relacionado ao Muro que circunda a cidade que ele vive, os horários de abertura e fechamento são decididos pela IDF.

deve ser usada da melhor forma dentro de casa, economizando em todas as funções do dia a dia. Tudo isso é caro e perpassado por dificuldades impostas pela ocupação: a água vendida pela *Mekorot* que pode ser cortada a qualquer momento, os checkpoints e o Muro que atrapalham a circulação, além do sistema de licença e permissões que retêm caminhões e destroem tanques e cisternas.

4.2.2 A destruição da rede de água

Na construção da rotina em função da água na Palestina, deve sempre levar em consideração que todo o trabalho pode ser atrasado por conta das violências da ocupação. A destruição da rede de água acontece durante operações militares, como sabotagem e retaliação ou quando as infraestruturas foram construídas sem as difíceis permissões do JWC. É uma insegurança que perpassa a busca, a manutenção e os reparos da rede de água, e que levam à uma necessidade de constante reconstrução do abastecimento das casas e de toda a infraestrutura de água.

Esses canos de água percorrem o território palestino pelos subsolos e superfícies, alimentando tanques e distribuindo água pelas diferentes regiões. Os tanques de água ficam no topo das casas e prédios. Poços de coleta de águas das chuvas são exibidos nos quintais de casas. Poços artesianos, legais ou não, bombeiam água contra a gravidade diariamente. E toda essa infraestrutura pode ser destruída em um piscar de olhos durante um bombardeio, uma demolição forçada ou por sabotagem do exército e dos colonos. Graham (2002a) argumenta que durante a Operação Escudo de Defesa⁵⁷, que segue a Segunda Intifada, os ataques urbanos, com demolições de casas e destruição de cidades deixam de ser algo esporádico e se tornam uma ação sistemática que o autor vai caracterizar como urbicídio. O uso de grandes escavadeiras, um dos símbolos da ocupação, é intensificado como forma de retaliação às famílias, porque de acordo com Ariel Sharon, "eles não ficam impressionados com helicópteros e mísseis. Para eles [palestinos] nada é mais importante do que sua casa"(GRAHAM, 2002a, p.4). E não somente as casas foram destruídas, mas também a infraestrutura urbana de águas, com custos que chegaram a US\$ 7 milhões, sem contar com os danos às famílias (tanques de água, cisternas privadas etc.). Após os ataques, as conexões com os reservatórios tinham sido destruídas intencionalmente ou pelo tráfego de tanques pesados, sete das onze bombas que eram usadas para levar a água para áreas mais elevadas estavam destruídas e a reparação de tudo isso era cara. Assim, o urbicídio é utilizado para conter a rápida expansão demográfica da população palestina destruindo as habitações, o sistema de água, esgoto e energia, já muito precário.

⁵⁷ A Operação Escudo de Defesa foi realizada em abril de 2002 com ataques a todas as principais cidades palestinas, marcando uma mudança na estratégia na IDF. De acordo com o ministro de defesa israelense, os ataques buscavam destruir "infraestruturas terroristas", mas na prática destruiu, somente em Jenin, 140 blocos habitacionais e danificou cerca de 1,5 mil (GRAHAM, 2002a).

Assim como na Operação Escudo de Defesa, outras incursões militares tiveram como resultado final a destruição não acidental das infraestruturas. A intencionalidade dessas ações caracterizam-nas como urbicídio, mas além desse "assassinato das cidades" (GRAHAM, 2017) os ataques contra as infraestruturas reforçam a precarização da vida e produzem um novo peso sobre o cotidiano das pessoas. Os 140 blocos habitacionais destruídos em 2002 tiveram que ser reconstruídos, e essa cara reconstrução levou à necessidade de empréstimos com organizações internacionais ou bancos no exterior. Em 2008, a Operação Chumbo Fundido, que invade Gaza por 22 dias, gera danos no valor de US\$ 6 milhões no abastecimento de água e na rede de esgoto. As destruições na Faixa ainda teve consequências profundas para o Aquífero devido ao transbordamento de esgoto na estação de *Zaytoun* que contaminou campos agrícolas próximos, a grande quantidade de amianto que adentrou o solo devido à destruição dos edifícios e os restos animais que foram deixados para contaminar a água. Isso além da destruição direta de poços, canos e sistemas de bombeamento, que ocorreram no final da ofensiva, quando já não havia mais combates (INTERNACIONAL, 2009). Esses Eventos de intensa militarização deixam para trás um cenário de destruição urbana e famílias com um escasso acesso à água. A reconstrução pode demorar anos, e tomar todos os recursos das famílias, que precisam entrar em diferentes empréstimos para conseguir pagá-la. Muitas vezes, essa reconstrução não é possível devido à contaminação dos poços, e as pessoas se tornam uma reposição dessa infraestrutura urbana (carregando a água em caminhões ou manualmente) (NAGUIB, 2009). Em Gaza, o embargo que isola a região muitas vezes impede essa reconstrução e deixa um cenário e uma vida de destruição permanente, que tem como resultado hídrico a contaminação da maior parte do Aquífero da Montanha (INTERNACIONAL, 2009).

Mas essa destruição não ocorre somente em eventos conflituos, ela é cotidiana. Os tanques d'água que demonstram tão profundamente a desigualdade entre os bairros palestinos e os assentamentos israelenses também deixam o sistema de água das casas vulnerável. Desde 2002 os tanques tem sido alvos de frequentes investidas do exército israelense, principalmente com práticas de tiro ao alvo, como um soldado israelense relatou à Anistia Internacional:

Os tanques de água são bons para a prática de tiro ao alvo; eles estão por toda parte e são do tamanho certo para mirar e calibrar sua arma, para aliviar sua frustração, para dar uma lição para as crianças do bairro que jogaram pedras em você e você não conseguiu pegar; ou quebrar a monotonia de um período de serviço de guarda. (INTERNACIONAL, 2009, p.61)

Ou seja, os tanques que existem somente como estratégia para compensar os grandes problemas no acesso à água ainda são perfurados pelas balas israelenses, por diversão, ócio ou como forma de lição. Para os soldados, é divertido "ver como eles explodem" (RUDOLPH, 2020). Uma outra ação comum é a sabotagem por parte dos colonos israelenses, que de diferentes maneiras interferem no acesso à água. Pouco antes de uma das nossas conversas, Saara conversando comigo via aplicativo de mensagens relatou que estava colhendo nas oliveiras mas que estava cada vez mais difícil no campo em que ela estava porque perto dali havia um assentamento e os colonos começaram a descer armados para a fonte de água que os palestinos

e palestinas costumavam utilizar durante a colheita. Ela me disse ainda que "quando eles não jogam bombas tem os colonos pra ficar metendo medo na gente", medo que é resultado principalmente do forte armamento da população civil dos assentamentos. Fora a ameaça de violência física, outras formas de sabotagem são relatadas como o despejo de substâncias tóxicas nas fontes de água ou nos poços de águas de chuvas, o uso de pregos ou pontas de ferro nas estradas que os caminhões de água passam, o descarte de fraldas de criança e animais mortos nos reservatórios de água ou até mesmo o corte e destruição de canos expostos (INTERNACIONAL, 2009).

As destruições que partem do exército muitas vezes se baseiam em justificativas jurídicas, devido ao sistema de permissões necessárias para construções e manutenções na rede de água nos TPO. As infraestruturas construídas sem permissões se tornam responsabilidade da IDF, que na maioria das vezes destrói toda a rede de fornecimento das habitações, independentemente de parte dela ter as permissões necessárias. Em diferentes relatos para a Anistia Internacional (2009), palestinos e palestinas falam sobre o exército israelense entrando em suas casas e confiscando tanques de água por motivos de "segurança". Denunciam, ainda, a forma como eles destroem as conexões não permitidas das casas com a rede de água: não somente cortam o encanamento mas cimentam ele impedindo que seja reconstruído. Em casas que ainda tem plantações nos quintais, é comum destruírem não apenas a infraestrutura de água sem permissões, mas fazer isso com as escavadeiras que acabam também com a plantação. Enquanto isso, os assentamentos que são considerados ilegais até mesmo pelo governo de Israel, como é o caso de *Migron*, são conectados às redes da *Mekorot* mesmo sem nenhuma permissão oficial. Em 2005, a procuradora geral Talya Sasson entrou com um processo alegando que o exército era responsável por permitir as construções ilegais e o Ministério da Construção e Moradia financiava as infraestruturas. As destruições das infraestruturas palestinas, então, pouco tem a ver com a falta de permissões mas sim com o urbidício e a busca constante por destruição das infraestruturas urbanas palestinas.

A violência da ocupação é reproduzida por meio das infraestruturas, com o controle no deslocamento, dos documentos e da rede hídrica, e através dela, com a destruição desses sistemas e principalmente das alternativas à eles que pessoas palestinas encontram. A guerra total se dilui e se transforma por meio das infraestruturas urbanas, violando a vida e o cotidiano da população palestina longe dos olhares atentos das câmeras, para os quais somente a espetacularidade da guerra chama atenção. Essa violência infraestrutural reorganiza a rotina das mulheres palestinas constantemente a partir da imprevisibilidade. Saara relata que "eles querem que o seu psicológico viva 24h em um estado deplorável" porque "você sempre sente que a qualquer momento vai acontecer algo". Mas em meio a todo esse horror, a vida continua encontrando formas de se reproduzir, as pessoas continuam acordando, indo trabalhar, indo à escola, universidade. Seja como resistência ou por estarem "aprendendo a viver com isso", como diz Lillah, a vida continua todos os dias em meio à ocupação na Palestina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa busquei demonstrar como infraestruturas urbanas de mobilidade e de distribuição de água são mobilizadas como infraestruturas de guerra de forma que rotinizam a violência na vida de mulheres palestinas. O Muro, os *checkpoints*, os documentos, caixas d'água, canos e caminhões-pipa se unem aos tiroteios e invasões nos mapas mentais de medo e da cidade que elas constroem. Nestes, as violências infraestruturais como os *checkpoints* que impedem a locomoção no dia a dia, o controle do ir e vir, a classificação através dos documentos, a escassez de água e a destruição de infraestruturas hídricas se tornam parte do processo de ocupação e uma forma de perpetuar a ocupação e desmobilizar a população palestina.

Através das infraestruturas urbanas, é construído um sistema que dilui a guerra em uma temporalidade estendida e a transforma em parte do cotidiano. Neste, as palestinas constroem estratégias para constantemente construir e reconstruir formas de rotina em meio a imprevisibilidade e às interrupções. A violência dos Eventos segue acontecendo, com prisões, ataques e bombardeios que tomam os noticiários de tempos em tempos, mas no dia a dia a violência infraestrutural se infiltra na vida. Como vimos no capítulo 3, as percepções do que é ou não violento para as mulheres são profundamente relacionadas com processos de rotinização. Enquanto a ocupação constrói um *patchwork* de barreiras complexo que expande a ilegitimidade do governo militar israelense sobre a palestina, é construída uma arquitetura da ocupação que incorpora o caos como modo de governo. A continuidade deste ao longo de diferentes gerações leva a uma rotinização de processos de *slow violence* que são incorporado aos mapas mentais do medo e da cidade que as mulheres constituem. Nestes, a Palestina não é um lugar violento, é o lugar que elas vivem todos os dias, vão trabalhar, estudam, se casam, tem filhos. A violência é incorporada no cotidiano porque está sempre ali, entremeada em processos do dia a dia e sendo percebidas quase como uma má administração da vida pública. O medo está mais relacionado a antecipações de interrupções dessa rotina, que organiza problemas potenciais mesmo quando não se concretiza.

Coloquei como fonte principal dessa análise o regime de mobilidades e a rede de água da Cisjordânia, que foram colocados como fontes de "problemas" no dia a dia de diferentes interlocutoras. No capítulo 4, parti do Muro, dos *checkpoints* e dos documentos como ancoradouros dos fluxos de mobilidade, que não apenas se comportavam como fixos que organizam os fluxos mas que também impedem e cerceiam esses fluxos. Mesmo coisas simples do dia a dia como ir ao médico e visitar familiares se torna um processo pautado pela suspeição e por um sistema pautado na imprevisibilidade. Nesse regime de mobilidade que se assemelha a um "campo minado", os palestinos e palestinas buscam se "limpar" frente ao exército israelense para conseguir transitar no dia a dia. Com os homens acionando seu lugar enquanto "trabalhador" como forma de se afastar da figura do "terrorista" e as mulheres buscando manter se

afastar dos assédios através do véu ou se utilizando do fato de não serem o tipo ideal de suspeito como forma de transitar com maior liberdade. Nesse processo, o trânsito no território e o ir e vir são mobilizados como um instrumento de controle, vigilância e punição coletiva.

No capítulo 5, o controle das fontes de água e do sistema de abastecimento por parte de diferentes órgãos israelenses e de administração conjunta levam a uma escassez tremenda. A água que chega uma vez na semana ou menos leva a necessidade de construção de alternativas e estratégias para administrar a rotina "em função da água". Através do armazenamento em tanques de água, da compra de água com caminhões pipa ou da busca pela água em fontes ou com vizinhos encontram-se alternativas a água que não chega. Nesse processo, as mulheres possuem um papel central. Na administração da casa e com o trabalho doméstico, há a necessidade de organização do tempo e da rotina a partir do tempo da água. Há então um reforço dos papéis de gênero e da imobilidade das mulheres no dia a dia pela necessidade de pautar a vida no tempo da água. Para além disso, mesmo quando as estratégias de armazenamento de água são bem sucedidas há a possibilidade de destruição dessas infraestruturas pelo exército israelense como sabotagem ou simplesmente por "diversão".

Assim, diferentes infraestruturas urbanas são mobilizadas como infraestruturas de guerra. Estas chamam menos atenção pública por não serem parte do ideal do que é uma guerra e não são percebidas como parte central do conflito. Não é uma guerra heroica, é uma guerra de canos, caixas d'água, burocracias e papeladas que é denunciada como uma violência principalmente pelas mulheres, ainda que não seja percebido por elas como parte da "guerra". Essa violência se distancia do heroísmo e, por isso, se aproxima das mulheres. Colocar aqui essa violência como uma guerra que tem rosto de mulher não significa que não afeta os homens ou que eles não percebam o controle das infraestruturas urbanas como uma violência, mas sim que as mulheres aqui são interlocutoras essenciais para a percepção da rotinização da violência porque esta é feita para não ser percebida como parte da guerra. As estratégias que elas criam, pensam e repensam para enfrentar essas violências nos mostra como é possível continuar vivendo em meio à tanta violência, sem romantizar esforços, mas produzindo soluções de forma coletiva.

REFERÊNCIAS

- ABOUALI, G. Natural resources under occupation: the status of palestinian water under international law. *Pace Int'l L. Rev.*, HeinOnline, v. 10, p. 411, 1998.
- AL-QADI, N. The israeli permit regime: realities and challenges. 2018.
- ALSHARIF, K. et al. Governance of water supply systems in the palestinian territories: A data envelopment analysis approach to the management of water resources. *Journal of Environmental Management*, Elsevier, v. 87, n. 1, p. 80–94, 2008.
- AMIR, M. The making of a void sovereignty: political implications of the military checkpoints in the west bank. *Environment and Planning D: Society and Space*, SAGE Publications Sage UK: London, England, v. 31, n. 2, p. 227–244, 2013.
- AMJAD, U. Q. *Water, Conflict, & Cooperation: Ramallah, West Bank*. Tese (Doutorado) — Virginia Tech, 1999.
- AMOS, J. W. *Palestinian resistance: organization of a nationalist movement*. [S.l.]: Elsevier, 2013.
- ANAND, N. *Hydraulic city: Water and the infrastructures of citizenship in Mumbai*. [S.l.]: Duke University Press, 2017.
- ANAND, N.; GUPTA, A.; APPEL, H. *The promise of infrastructure*. [S.l.]: Duke University Press, 2018.
- BANK, W. *Area C and the future of the Palestinian Economy*. 2013. <<https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/137111468329419171/west-bank-and-gaza-area-c-and-the-future-of-the-palestinian-economy>>. Acesso em 30 de maio de 2022.
- BARATA, P. Colonialism, neoliberalism and the political economy of exception in the occupied palestinian territories. *Cabo dos Trabalhos*. Accessible at: <https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt>, n. 14, 2017.
- B'Tselem. *Testimony: Fatma Zein and her family suffer due to water shortage, Yatta, March 2009*. 2009. <https://www.btselem.org/testimonies/20090301_water_shortage_in_yatta_witness_fatma_zein>. Acesso em 06 de julho de 2022.
- B'Tselem. *The Separation Barrier*. 2017. <https://www.btselem.org/separation_barrier>. Acesso em 30 de setembro de 2022.
- BUTLER, J. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. [S.l.]: Autêntica Business, 2019.
- CAVALCANTI, M. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: notas etnográficas de uma favela carioca. *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 1, n. 1, p. 35–59, 2008.
- CHRISTIAN, J. M.; DOWLER, L. Slow and fast violence. *ACME: An International Journal for Critical Geographies*, v. 18, n. 5, p. 1066–1075, 2019.
- DAS, V. *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. [S.l.]: Editora Unifesp, 2020.

- DAS, V.; POOLE, D. State and its margins: Comparative ethnographies. In: DAS, V.; POOLE, D. (Ed.). *Anthropology in the Margins of the State*. [S.l.]: Oxford University Press, 2004. p. 3–34.
- ED, R. A.-S.; MIMI, Z. The role of partnerships in water-related research in palestine. *International journal of environmental studies*, Taylor & Francis, v. 67, n. 6, p. 923–936, 2010.
- EL-MOUGHHER, M. M.; MAHFUTH, K. Indicators of risk assessment and management in infrastructure projects in palestine. *International Journal of Disaster Risk Management*, v. 3, n. 1, p. 23–40, 2021.
- ENLOE, C. *Maneuvers*. [S.l.]: University of California Press, 2000.
- ENLOE, C. *Bananas, beaches and bases*. [S.l.]: University of California Press, 2014.
- FARGUES, P. Protracted national conflict and fertility change: Palestinians and israelis in the twentieth century. *Population and Development Review*, Wiley Online Library, v. 26, n. 3, p. 441–482, 2000.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. [S.l.]: Leya, 2014.
- FREIRE-MEDEIROS, B.; LAGES, M. P. A virada das mobilidades: fluxos, fixos e fricções. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n. 123, p. 121–142, 2020.
- GOMES, S. d. S. R. *Oportunidades políticas e estratégias militantes em contextos de violência rotinizada: uma comparação entre a Zona Oeste do Rio de Janeiro (Brasil) e Guerrero (México)*. Tese (Doutorado) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.
- GOMES, S. R. *Violência rotinizada*. 2023.
- GONÇALVES, L. S. *Afetos, corpos e territórios: medo e violência na Maré e na Palestina*. Dissertação (Mestrado), 2018.
- GRAHAM, S. Bulldozers and bombs: the latest palestinian–israeli conflict as asymmetric urbicide. *Antipode*, Wiley Online Library, v. 34, n. 4, p. 642–649, 2002.
- GRAHAM, S. 'Clean territory': urbicide in the West Bank. 2002. <https://www.opendemocracy.net/en/article_241jsp/>. Acesso em 30 de julho de 2022.
- GRAHAM, S. *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. [S.l.]: Boitempo Editorial, 2017.
- GRAHAM, S.; DESAI, R.; MCFARLANE, C. Water wars in mumbai. *Public Culture*, Duke University Press, v. 25, n. 1, p. 115–141, 2013.
- GRIFFITHS, M.; REPO, J. Women and checkpoints in palestine. *Security dialogue*, SAGE Publications Sage UK: London, England, v. 52, n. 3, p. 249–265, 2021.
- HUBERMAN, B. *A colonização neoliberal de Jerusalém após Oslo: desenvolvimento, pacificação e resistência em Palestina/Israel*. Tese (Doutorado) — Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2020.

- INTERNACIONAL, A. *Troubled Waters: Palestinians denied fair access to water*. 2009. <<https://www.amnestyusa.org/troubled-waters-palestinians-denied-fair-access-to-water/#:~:text=The%20report%2C%20%E2%80%9CTroubled%20Waters%3A,access%20to%2020%20per%20cent.>> Acesso em 27 de maio de 2022.
- IRVING, S. *Palestine*. [S.l.]: Bradt Travel Guides, 2012.
- JAD, I. *The Demobilization of Women's Movements: The Case of Palestine*. [S.l.]: AWID (Association for Women's rights In Development), 2008.
- JEGANATHAN, P. Checkpoint: Anthropology, identity and the state. In: DAS, V.; POOLE, D. (Ed.). *Antropology in the Margins of the State*. [S.l.]: Oxford University Press, 2004. p. 67–80.
- KHALED, L.; HAJJAR, G. *My people shall live: The autobiography of a revolutionary*. [S.l.]: Hodder and Stoughton London, 1973.
- KHALIDI, R.; SAMOUR, S. Neoliberalism as liberation: The statehood program and the remaking of the palestinian national movement. *Journal of Palestine studies*, Taylor & Francis, v. 40, n. 2, p. 6–25, 2011.
- KIMMERLING, B. Patterns of militarism in israel. *European Journal of Sociology/Archives Européennes de Sociologie*, Cambridge University Press, v. 34, n. 2, p. 196–223, 1993.
- KITTANI, H. Water Harvesting in Palestine. The 2nd International Conference on Water Resources Arid Environment, p. 12, 2006.
- KLAWITTER, S. Water as a human right: The understanding of water rights in palestine. *International Journal of Water Resources Development*, Taylor & Francis, v. 23, n. 2, p. 303–327, 2007.
- KOTEF, H.; AMIR, M. Between imaginary lines: Violence and its justifications at the military checkpoints in occupied palestine. *Theory, Culture & Society*, Sage Publications Sage UK: London, England, v. 28, n. 1, p. 55–80, 2011.
- KUTTAB, E. The palestinian women's movement: From resistance and liberation to accommodation and globalization. *Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux*, Graduate Institute Publications, p. 101–116, 2009.
- LAGERQUIST, P. Privatizing the occupation: The political economy of an oslo development project. *Journal of Palestine Studies*, Taylor & Francis, v. 32, n. 2, p. 5–20, 2003.
- LARKIN, B. Políticas e poéticas da infraestrutura. *Revista Antropológicas*, v. 31, n. 2, 2020.
- MALONE, A. R. Water now: the impact of israel's security fence on palestinian water rights and agriculture in the west bank. *Case Western Reserve Journal of International Law*, HeinOnline, v. 36, p. 639, 2004.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. [S.l.]: n-1 edições, 2003.
- MENEZES, P. V. *Entre o fogo cruzado e o campo minado: Uma etnografia do processo de pacificação de favelas cariocas*. Tese (Doutorado) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

- MILLINGTON, N. Producing water scarcity in são paulo, brazil: The 2014-2015 water crisis and the binding politics of infrastructure. *Political Geography*, v. 65, p. 26–34, 2018.
- MISSE, M. Sobre a acumulação social da violência no rio de janeiro. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. 8, n. 3, p. 371–385, 2008.
- MISSE, M. Violência e teoria social. *DILEMAS*, v. 9, n. 1, p. 45–63, 2016.
- MORRIS, B. *The birth of the Palestinian refugee problem revisited*. [S.l.]: Cambridge University Press, 2004.
- NAGUIB, N. *Women, water and memory: Recasting lives in Palestine*. [S.l.]: Brill, 2009. v. 6.
- NIXON, R. *Slow Violence and the Environmentalism of the Poor*. [S.l.]: Harvard University Press, 2011.
- NUSAIR, I. Gendered politics of location: Generational intersections. In: *Women and the Politics of Military Confrontation: Palestinian and Israeli Gendered Narratives of Dislocation*. [S.l.]: Berghahn Books, 2002. p. 89–99.
- OCHA Opt. *The Impact of Barrier on Health*. 2010. <<https://www.ochaopt.org/content/impact-barrier-health-july-2010>>. Acesso em 27 de setembro de 2022.
- OCHA Opt. *10 Years since the international court of justice (ICJ) Advisory Opinion*. 2014. <https://www.ochaopt.org/sites/default/files/ocha_opt_10_years_barrier_report_english.pdf>. Acesso em 27 de setembro de 2022.
- OCHA Opt. *Movement and Access in the West Bank*. 2017. <https://www.ochaopt.org/sites/default/files/movement_and_access_in_the_west_bank.pdf>. Acesso em 27 de setembro de 2022.
- PANDEY, P. Water between israel and palestine: An iniquitous bargain. *Journal of South Asian and Middle Eastern Studies*, JSTOR, v. 34, n. 3, p. 83–100, 2011.
- PAPPE, I. *The ethnic cleansing of Palestine*. [S.l.]: Simon and Schuster, 2007.
- PCBS. *The Demographic Survey in the West Bank and Gaza Strip: Final Report*. 1999. <<https://www.pcbs.gov.ps/Downloads/book423.pdf>>. Acesso em 20 de maio de 2022.
- PCBS. *Average Consumer Prices in Palestine for Selected Energy Types by Month, 2017*. 2018. <https://www.pcbs.gov.ps/Portals/_Rainbow/Documents/EnergyPrice-2017-5E.html>. Acesso em 06 de julho de 2022.
- PCBS. *H.E. Dr. Ola Awad, President of the Palestinian Central Bureau of Statistics (PCBS), on Monday 07/03/2022, highlighted the reality of the Palestinian women on the eve of International Women’s Day on 08/03/2022*. 2022. <<https://pcbs.gov.ps/site/512/default.aspx?lang=en&ItemID=4186>>. Acesso em 26 de maio de 2022.
- PETEET, J. Icons and militants: Mothering in the danger zone. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, University of Chicago Press, v. 23, n. 1, p. 103–129, 1997.
- PETEET, J. *Space and mobility in Palestine*. [S.l.]: Indiana University Press, 2017.

- PETEET, J.; HARLOW, B. Gender and political change. *Middle East Report*, JSTOR, p. 4–8, 1991.
- PIEROBON, C. Fazer a água circular: tempo e rotina na batalha pela habitação. *Mana*, SciELO Brasil, v. 27, 2021.
- Rabin, Yitzhak and Arafat, Yasir. *Oslo Accords*. 1995. <<https://israeled.org/resources/documents/oslo-accords/>>. Acesso em 27 de julho de 2022.
- RITCHIE, J. T. Queer checkpoints: Sexuality, survival, and the paradoxes of sovereignty in israel-palestine by. Citeseer, 2011.
- RODGERS, D.; O'NEILL, B. Infrastructural violence: Introduction to the special issue. *Ethnography*, Sage Publications Sage UK: London, England, v. 13, n. 4, p. 401–412, 2012.
- ROY, S. De-development revisited: Palestinian economy and society since oslo. *Journal of Palestine studies*, University of California Press, v. 28, n. 3, p. 64–82, 1999.
- RUDOLPH, M. *Water governance under occupation : A contemporary analysis of the water insecurities of Palestinians in the Jordan Valley, West Bank*. Tese (Doutorado) — International Institute of Social Studies of Erasmus University (ISS), 2020.
- SAID, E. W.; BARSAMIAN, D. *Culture and resistance: conversations with Edward W. Said*. [S.l.]: South End Press, 2003.
- SALMONS, J. *Cases in online interview research*. [S.l.]: Sage Publications, 2011.
- SAMARA, A. Globalization, the palestinian economy, and the "peace process". *Journal of Palestine studies*, University of California Press, v. 29, n. 2, p. 20–34, 2000.
- SAYIGH, R. Palestinian camp women as tellers of history. *Journal of Palestine Studies*, Taylor & Francis, v. 27, n. 2, p. 42–58, 1998.
- SELBY, J. Dressing up domination as 'cooperation': The case of israeli-palestinian water relations. *Review of International Studies*, Cambridge University Press, v. 29, n. 1, p. 121–138, 2003.
- SELBY, J. Cooperation, domination and colonisation: The israeli-palestinian joint water committee. *Water Alternatives*, Water Alternatives Association, v. 6, n. 1, p. 1, 2013.
- SHAMIR, R. Without borders? notes on globalization as a mobility regime. *Sociological theory*, Wiley Online Library, v. 23, n. 2, p. 197–217, 2005.
- SHLOMO, O. The governmentalities of infrastructure and services amid urban conflict: East jerusalem in the post oslo era. *Political Geography*, Elsevier, v. 61, p. 224–236, 2017.
- SILVA, L. A. Machado da; LEITE, M. *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. [S.l.]: Editora Nova Fronteira, 2008.
- SIMONE, A. People as infrastructure: Intersecting fragments in johannesburg. *Public culture*, Duke University Press, v. 16, n. 3, p. 407–429, 2004.
- STAMATOPOULOU-ROBBINS, S. C. Failure to build: Sewage and the choppy temporality of infrastructure in palestine. *Environment and Planning E: Nature and Space*, SAGE Publications Sage UK: London, England, v. 4, n. 1, p. 28–42, 2021.

TELLES, V. Jogos de poder nas dobras do legal e do ilegal: anotações de um percurso de pesquisa. *Serviço Social & Sociedade*, SciELO Brasil, n. 115, p. 443–461, 2013.

TROTTIER, J. *Hydropolitics in the West Bank and Gaza strip*. [S.l.]: PASSIA, Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs, 1999.

TRUELOVE, Y.; RUSZCZYK, H. A. Bodies as urban infrastructure: Gender, intimate infrastructures and slow infrastructural violence. *Political geography*, Elsevier, v. 92, p. 102492, 2022.

WEIZMAN, E. *The Politics of Verticality*. 2002. <https://www.opendemocracy.net/en/article_801jsp/>. Acesso em 20 de maio de 2022.

WEIZMAN, E. *Hollow land: Israel's architecture of occupation*. [S.l.]: Verso books, 2012.

YUVAL-DAVIS, N. *Gender and nation*. [S.l.]: SAGE Publications, 1997.

ZIARA, M. et al. Strategic implementation of infrastructure priority projects: case study in palestine. *Journal of infrastructure systems*, American Society of Civil Engineers, v. 8, n. 1, p. 2–11, 2002.

ANEXO A - Tabela de checkpoints na Cisjordânia

Nome	Distrito	Pessoal	Tipo de pessoal	Tipo de ponto de verificação	Descrição	Infraestrutura
'Awarta	Nablus	Equipe permanente	Militares	Ponto de verificação interno	Localizado no cruzamento entre as Rotas 5077 e 555. Equipado por militares. O posto de controle inclui uma torre de vigia e um portão. Os palestinos não podem passar.	Torre de vigia e portão
'Anabta/'Einav (entrada leste)	Tulkarm	Equipe intermitente	Não identificado	Ponto de verificação interno	Situado na Rota 557, na entrada leste de 'Anabta. Inclui uma torre de vigia com funcionários permanentes, mas o posto de controle em si é aberto e raramente possui funcionários, sem horário definido.	Torre de vigia
Zufin	Qalqiliya	Equipe permanente	Não identificado	Ponto de verificação interno	Fechado para palestinos, com exceção de agricultores com licenças.	Não identificado
Zabdah / Barta'ah / Rihan	Jenin	Pessoal permanente/bens	Militares e segurança privada	Último posto de controle antes de Israel	Um ponto de passagem na Barreira de Separação que circunda o enclave de Barta'ah. Com funcionários de empresas militares e de segurança privada das 5h às 22h Fechado para palestinos, exceto para moradores de Jerusalém Oriental e moradores das aldeias de Barta'ah, Um a-Rihan e Dhafer al-Malih, que são oeste da Barreira de Separação. Checkpoint fechado até mesmo para palestinos com permissão de entrada em Israel. A passagem de mercadorias no posto de controle exige coordenação prévia e são impostas restrições ao número de veículos que transportam mercadorias, à quantidade de mercadorias e suas embalagens (que devem permitir a inspeção eletrônica).	Não identificado
Yizhar-Jit	Nablus	Equipe intermitente	Não identificado	Ponto de verificação interno	Localizado na Rota 60, entre Yizhar Junction e Jit. O posto de controle é geralmente aberto e raramente possui funcionários, sem horário definido.	Não identificado
Yizhar-Huwara	Nablus	Equipe intermitente	Não identificado	Ponto de verificação interno	Localizado na Rota 60, ao norte de Huwara. Inclui blocos de concreto, mas geralmente é aberto e raramente conta com pessoal, sem cronograma definido.	Não identificado
Yitav/al-A'ujah	Jericó	Equipe intermitente	Não identificado	Ponto de verificação interno	Localizado na Rota 60, ao norte de Huwara. Inclui blocos de concreto, mas geralmente é aberto e raramente conta com pessoal, sem cronograma definido.	Blocos de concreto
Ya'bad/Mevo Dotan	Jenin	Equipe intermitente	Militares	Ponto de verificação interno	Localizado na entrada do assentamento de Mevo Dotan, na Rota 585. O posto de controle raramente é ocupado por militares. Inspeções aleatórias de pessoas que cruzam o posto de controle.	Não identificado
Estrada dos adoradores 2			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Blocos de concreto/parede de pedra. Localizado entre o lado leste da Estrada dos Adoradores e o bairro de al-Hariqah. Impede o acesso de palestinos.	Blocos de concreto/parede de pedra
Estrada dos adoradores 1			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Lajes de concreto/blocos de concreto. Localizado na Estrada dos Adoradores. Impede o acesso entre o bairro de Jaber e o complexo do Túmulo dos Patriarcas (al-Haram al-Ibrahimi).	Lajes de concreto/bloco de concreto
Caminho dos Adoradores / Wadi a-Nasarah	Hebrom	Equipe permanente	Não identificado	Ponto de verificação dentro de Hebron	Inclui uma torre de vigia que funciona 24 horas por dia pelos militares e um portão de metal que impede a passagem de veículos palestinos. Os palestinos só podem passar como pedestres.	Torre de vigia/ portão de metal

Wadi Fukin/Betar Illit/Tzur Hadassah	Belém	Equipe permanente	Militares	Último posto de controle antes de Israel	Localizado na Rota 375. Equipado pelos militares 24 horas por dia. Fechado para palestinos, com exceção de portadores de permissão de entrada em Israel, que podem passar no caminho de volta de Israel a Belém.	Não identificado
Wadi al-Ghrus2	Hebrom	Equipe intermitente	Não há	Ponto de verificação dentro de Hebrom	Instalado em 2018 a cerca de 800 metros ao norte do posto de controle de Wadi al-Ghrus, no final da rua 'Othman Bin' Afan. A infraestrutura do posto de controle inclui uma sala de triagem e dois portões fechados que impedem a passagem de veículos palestinos. Neste ponto, o posto de controle não tem pessoal e os palestinos podem passar, apenas como pedestres, da Área H1 até o bairro de Wadi al-Ghrus e os outros bairros do outro lado do posto de controle.	Sala de triagem/ dois portões fechados
Wadi al-Ghrus	Hebrom	Equipe permanente	Militares	Ponto de verificação dentro de Hebrom	Instalado em dezembro de 2017 entre o assentamento de Kiryat Arba e o bairro de al-Ja'bri. Equipado 24 horas por dia pelos militares. Via de regra, os palestinos podem passar, apenas como pedestres, da Área H1 até o bairro de Wadi al-Ghrus e os demais bairros do outro lado do posto de controle, exceto 85 moradores dos bairros que possuem licenças especiais que permitem que eles passem com seus carros. A infraestrutura do posto de controle é reforçada e conta com sala de triagem, cerca metálica, quatro catracas e sala de controle. Os militares definem o posto de controle como “um ponto de passagem com uma estação de triagem inteligente”.	Sala de triagem/ cerca metálica/quatro catracas/sala de controle
Turah / Dhaher al-Malih	Jenin	Equipe permanente	Militares	Último posto de controle antes de Israel	Um ponto de passagem na Barreira de Separação onde circunda o enclave de Barta'ah. Equipado pelos militares das 7h00 às 10h00 e das 12h00 às 19h00 Fechado para os palestinos, com exceção dos aldeões de Dhaher al-Malih e Um a-Rihan, e agricultores com permissão das aldeias de Ya'bad, Tura e Nazlat a-Sheikh Zeid cujas terras estão a oeste da barreira. A travessia para Israel é proibida, mesmo para pessoas com permissão de entrada. Cerca de quarenta palestinos têm permissão para entrar no enclave para trazer comida. Além disso, as dezenas de palestinos com permissão que trabalham em assentamentos próximos, como Shaked, Tal Menashe e Hinnanit, podem atravessar o posto de controle. Às vezes fechado em feriados judaicos e, em seguida, os moradores têm que viajar pelo posto de controle de Barta'ah.	Muro
Fábricas de Tulkarm	Tulkarm	Equipe permanente	Não identificado	Último posto de controle antes de Israel	Um ponto de passagem na Barreira de Separação em um ponto onde segue a linha verde, na antiga estrada Netanya-Tulkarm. Equipado pelos militares. Aberto das 7h às 17h Cidadãos palestinos de Israel viajando para Tulkarm de Israel podem cruzar o posto de controle, mas não de Tulkarm para Israel.	Muro
Tulkarm / al-Kafriyat	Tulkarm	Equipe permanente	Militares	Último posto de controle antes de Israel	Um ponto de passagem na Barreira de Separação. Equipado pelos militares. Aberto apenas aos sábados, das 10h às 17h. Não é permitida a passagem de palestinos, com exceção de agricultores com permissão de entrada na zona de costura. É usado principalmente por cidadãos palestinos de Israel que viajam de e para Tulkarm	Muro

Tumba dos Patriarcas - Oeste (1)	Hebrom	Equipe permanente	Polícia de fronteira/polícia regular	Ponto de verificação dentro de Hebrom	Localizado a noroeste al-Haram al-Ibrahimi (Túmulo dos Patriarcas). Duas estações de verificação de segurança monitoram a entrada principal da mesquita. Equipado pela Polícia de Fronteiras e pela polícia regular. Todos que chegam ao posto de controle passam por uma verificação de segurança. Aberto diariamente do início da manhã às 20h. Fechado nos feriados israelenses. Em 2016-2017, os militares fizeram reformas na infraestrutura do posto de controle, adicionando uma sala de triagem eletrônica e câmeras.	Estações de verificação de segurança/ sala de triagem eletrônica/câmeras
Tumba dos Patriarcas (al-Haram al-Ibrahimi) (Norte)	חברון		Não há	Bloqueio de estrada (Hebrom)	Porta metálica. Localizado no lado noroeste do complexo do Túmulo dos Patriarcas (al-Haram al-Ibrahimi). Impede o acesso ao jardim perto do Túmulo dos Patriarcas.	Porta metálica
Tumba dos Patriarcas (al-Haram al-Ibrahimi) (leste) 2			Não há	Bloqueio de estrada (Hebrom)	Portão. Localizado no lado oriental do Túmulo dos Patriarcas (al-Haram al-Ibrahimi). Impede o acesso à fábrica de azulejos.	Portão
Os túneis	Belém	Equipe permanente	Militares/polícia de fronteira/segurança privada	Último posto de controle antes de Israel	Localizado na Rota 60 a oeste da entrada de Beit Jala. Equipado por militares, Polícia de Fronteiras e empresas de segurança privada. Fechado aos palestinos, com exceção dos residentes de Jerusalém Oriental.	Não identificado
O posto de controle das escadas	Hebrom	Equipe permanente	Polícia de fronteira	Ponto de verificação dentro de Hebrom	Instalado a 50 metros a oeste do posto de controle da Padaria. Equipado 24 horas por Polícia de Fronteira e destinado a impedir que os palestinos usem os degraus que levam a al-Haram al-Ibrahimi (Túmulo dos Patriarcas). A infraestrutura do posto de controle inclui uma cabine de guarda.	Cabine de guarda
A Cozinha da Sopa / (Shorabah)	Hebrom	Equipe permanente	Polícia de fronteira	Ponto de verificação dentro de Hebrom	Localizado a oeste de al-Haram al-Ibrahimi (Túmulo dos Patriarcas), em frente aos escritórios da Polícia de Fronteira. Equipado 24 horas por dia pela Polícia de Fronteira. Nenhuma passagem permitida para al-Haram al-Ibrahimi (Túmulo dos Patriarcas). Fechado para palestinos, com exceção de um punhado de famílias que moram do outro lado do posto de controle e receberam licenças.	Não identificado
A Farmácia (Abu a-Rish)	Hebrom	Equipe permanente	Polícia de fronteira	Ponto de verificação dentro de Hebrom	Localizado na rua a-Sahla, ao sul de al-Haram al-Ibrahimi (Túmulo dos Patriarcas), perto da Escola al-Ibrahimiya e da Mesquita Abu a-Rish. Equipado 24 horas por dia pela Polícia de Fronteira. Os palestinos são permitidos apenas como pedestres. Em 2019, os militares ampliaram e reforçaram a infraestrutura do posto de controle e adicionaram uma cerca decorativa. Os militares agora definem o posto de controle como “um ponto de passagem com uma estação de triagem inteligente”.	Cerca decorativa (ponto de triagem inteligente)
O Mercado Velho 2	חברון		Não há	Bloqueio de estrada (Hebrom)	Placas de metal/cerca de arame farpado. Localizado no mercado antigo. Impede o acesso à antiga estação central de ônibus e à rua a-Shuhada. Há uma base militar atrás da barreira.	Placas de metal/ cerca de arame farpado
O Mercado Velho 1	חברון		Não há	Bloqueio de estrada (Hebrom)	Porta de metal/placas de metal. Localizado à entrada do antigo mercado (do outro lado da Barreira nº 6). Impede o acesso a três negócios que estão fechados há anos, por ordem militar.	Portas de metal/placas de metal

O Mercado Velho (Beit Romano)/Bab al-Baladiya 1	חברון		Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Torre militar/lajes de concreto/blocos de concreto, arame farpado, cerca de malha de arame, porta de metal, portão. Localizado na entrada do antigo mercado, no final da rua aShalaleh al-Awsat, perto de Beit Romano e da antiga Prefeitura. Impede o acesso à rua a-Shuhada.	Torre militar/lajes de concreto/blocos de concreto, arame farpado, cerca de malha de arame, porta de metal, portão
O Mercado Velho (Beit Romano) 2	חברון		Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Porta de metal com cerca de arame farpado. Localizado na entrada do antigo mercado, perto de Beit Romano. Impede o acesso a três negócios que estão fechados há anos, por ordem militar.	Porta de metal/cerca de arame farpado
O Cemitério Muçulmano 2			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Laje de concreto. Localizado próximo ao Cemitério Muçulmano, de frente para a Rua a-Shuhada. Impede o acesso aos bairros de Qeitun e Abu Sneineh e ao sul de Hebron.	Laje de concreto
O Cemitério Muçulmano			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Muro de concreto/cerca de arame farpado/lajes de concreto. Localizado perto do Cemitério Muçulmano, no seu lado oeste. Impede o acesso da rua a-Sahlah ao cemitério.	Muro de concreto/cerca de arame farpado/laje de concreto
O Cemitério Judaico			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Cerca/dois portões de metal. Circunda o Cemitério Judaico entre os bairros de Tel Rumeidha e Jabal a-Rahma. Os militares impedem os palestinos de entrar no local.	Cerca/ dois portões de metal
O mercado de ouro/Suk a-Dahab (rua a-Shalaleh)			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Porta de metal com cerca de arame farpado. Localizado na entrada do Mercado de Ouro da Rua a-Shalaleh, impede o acesso ao assentamento de Beit Hadassah.	Porta de metal/cerca de arame farpado
O checkpoint do banco	Hebrom	Equipe permanente	Polícia de Fronteira	Ponto de verificação dentro de Hebron	Localizado a leste do Túmulo dos Patriarcas, aproximadamente 30 metros a noroeste do Posto de Verificação da Padaria. Equipado 24 horas por dia pela Polícia de Fronteira. A passagem de palestinos é proibida. Os palestinos são direcionados para uma trilha quebrada e não chegam ao posto de controle.	Não identificado
A Padaria / Tumba dos Patriarcas /al-Haram al-Ibrahimi - Sudeste	Hebrom	Equipe permanente	Polícia de Fronteira	Ponto de verificação dentro de Hebron	Localizado próximo à delegacia. Equipado 24 horas por dia pela Polícia de Fronteira. Em 2015, os militares instalaram uma cerca ao longo da rua, dividindo-a longitudinalmente em uma estrada larga e pavimentada e um caminho de pedestres estreito e esburacado. No início de 2017, os militares estenderam a cerca e instalaram um portão em sua extremidade. Em 2019, os militares substituíram a cerca de arame por uma cerca mais decorativa. A partir de junho de 2018, o portão está aberto das 7h às 23h. Nos feriados israelenses, os militares às vezes não abrem o portão. O portão está fechado à noite e não pode ser usado para entrar ou sair dos bairros de Gheith, a-Salaiameh e Jaber.	Cerca decorativa
Tel Rumeidah 3			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Portão de metal/cerca de malha de arame. Circunda o estacionamento perto do assentamento em Tel Rumeidah. Impede o acesso de palestinos ao estacionamento.	Portão de metal/cerca de malha de arame
Tel Rumeida 2			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Portão de metal/cerca de malha de arame. Circunda o sítio arqueológico Tel Hebron no bairro de Tel Rumeidah. Os militares colocaram o local fora dos limites dos palestinos.	Portão de metal/cerca de arame farpado
Tel Rumeidah 1			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Laje de concreto . Localizado no bairro de Tel Rumeidah. Impede o acesso ao resto da Área H1.	Laje de concreto

Tayasir/Vale do Jordão	Tubas	Equipe intermitente	Militares	Ponto de verificação interno	Intermitentemente ocupado pelos militares. Tinha funcionários 24 horas por dia até maio de 2015. Até outubro de 2012, o acesso de veículos palestinos ao Vale do Jordão era restrito, e apenas veículos registrados para residentes do Vale do Jordão tinham permissão de entrada. A partir de maio de 2015, o posto de controle passou a ter funcionários intermitentes.	Não identificado
Tarqumya	Hebrom	Pessoal permanente/bens	Não identificado	Último posto de controle antes de Israel	Um ponto de passagem na Barreira de Separação. Fechado para palestinos, com exceção de portadores de permissão de entrada israelense. Usado para transportar mercadorias entre a Cisjordânia e Israel.	Muro
Tapuá/Za'tara	Nablus	Equipe intermitente	Militares	Ponto de verificação interno	posto de controle separa o norte da Cisjordânia do sul da Cisjordânia. Os veículos que viajam para o sul da Cisjordânia nas Rotas 60 e 505 são verificados. Parcialmente composta por militares. Verificações aleatórias de pessoas que passam pelo posto de controle.	Não identificado
Tal Rumeidah (Gilbert)	Hebrom	Equipe permanente	Militares	Ponto de verificação dentro de Hebrom	Equipado pelos militares 24 horas por dia. Verificações aleatórias são realizadas de transeuntes. De 2015 até o início de 2019, apenas os moradores de Tel Rumeideh foram autorizados a passar pelo posto de controle. Virar à esquerda após o posto de controle é permitido apenas para membros das famílias Abu 'Eishah, Abu Haikal, al-'Aza e al-Khatib. A infraestrutura do posto de controle inclui uma cabine de guarda.	Cabine de guarda
Susiya		Equipe intermitente	Militares	Ponto de verificação interno	Localizado a 50 metros do posto militar de Susiya. Equipado por soldados de manhã até ao meio-dia e entre as 15h00 e as 22h00. Às sextas-feiras e sábados, o posto de controle funciona de forma intermitente.	Não identificado
Suk a-Laban	חברון		Não há	Bloqueio de estrada (Hebrom)	Placas metálicas. Localizado no mercado a-Laban no antigo mercado. Impede o acesso à rua a-Shuhada e à rua a-Sahlah perto do assentamento de Avraham Avinu.	Placas de metal
Campo de refugiados de Shu'afat	Leste de Jerusalém	Equipe permanente	Polícia de Fronteira/segurança privada	Último posto de controle antes de Israel	Um ponto de passagem na Barreira de Separação, perto do Campo de Refugiados de Shu'fat, que está dentro dos limites da cidade do Município de Jerusalém, mas foi isolado da cidade pela Barreira de Separação. Equipado 24 horas por dia pela Polícia de Fronteiras e empresas de segurança privada. Em dezembro de 2011, a infraestrutura do posto de controle foi ampliada para um terminal. O posto de controle é usado pelos moradores do Campo de Refugiados de Shu'fat e do bairro de Ras Khamis para entrar em Jerusalém. O posto de controle de Ras Khamis, que foi usado para o mesmo propósito, foi fechado em setembro de 2012. Além disso, outros moradores de Jerusalém Oriental e moradores de 'Anata que possuem permissão de entrada em Israel também podem passar. Fechado para todos os outros palestinos.	Muro/ terminal
Shufah	Tulkarm	Equipe intermitente	Militares	Ponto de verificação interno	Um posto de controle instalado pelos militares em 2016 entre as aldeias de 'Izbat Shufah e Shufah, na Rota 5615 que vai do sul de Tulkarm a Nablus. O posto de controle inclui uma torre de vigia. Verificações pontuais de veículos palestinos.	Torre de vigia

Shavei Shomron/Sabastiya	Nablus	Equipe intermitente	Militares	Ponto de verificação interno	Localizado na Rota 60, na entrada leste do assentamento de Shavei Shomron. Inclui uma torre de vigia, um portão de metal e blocos de concreto. Geralmente é aberto e raramente é composto por militares sem horário definido. Mesmo quando aberto, apenas verificações aleatórias são realizadas.	Torre de vigia/ portão de metal/blocos de concreto
Shani	Hebrom	Equipe permanente	Não identificado	Último posto de controle antes de Israel	Um ponto de passagem na Barreira de Separação onde corresponde à Linha Verde, na curva para o povoado de Shani. Fechado para palestinos, com exceção de agricultores palestinos detentores de licenças cujas terras estão a oeste da Barreira de Separação. A travessia para Israel é proibida, mesmo para pessoas com permissão de entrada.	Muro
Assentamento de Avraham Avinu				Bloqueio de estrada (Hebron)	Lajes de concreto/blocos de concreto. Localizado ao norte do assentamento de Avraham Avinu. Impede o acesso do assentamento à rua al-Qasaba no antigo mercado.	Lajes de concreto/bloco de concreto
Salem	Jenin	Equipe permanente	Militares/polícia de fronteira	Último posto de controle antes de Israel	Um ponto de passagem na Barreira de Separação. Serve como entrada para o DCO israelense em Salem, onde há um tribunal militar, o Cartório de Registro de Imóveis e uma pequena delegacia de polícia. Equipado apenas durante o dia pelos militares e pela Polícia de Fronteiras. Sujeito à inspeção, os palestinos podem entrar no DCO. Durante a temporada de colheita da azeitona e sob coordenação com o DCO, os moradores palestinos da vila de Zabuba podem atravessar o posto de controle para chegar às suas terras.	Muro
Rantis / Ofarim	Ramallah e al-Bira	Equipe permanente	Segurança privada	Último posto de controle antes de Israel	Um ponto de passagem na Barreira de Separação. Equipado 24 horas por dia pelas empresas militares e de segurança privada. Fechado para palestinos, com exceção de portadores de permissão de entrada em Israel.	Muro
Qalqilyah DCO / Eyal	Qalqilya	Equipe permanente	Segurança privada	Último posto de controle antes de Israel	Localizado na Linha Verde. Equipado por empresas de segurança privada. Funciona das 4h às 19h Fechado para palestinos, com exceção de portadores de permissão de entrada israelense.	Não identificado
Qalandiya	Ramallah e al-Bira	Equipe permanente	Segurança privada	Último posto de controle antes de Israel	Aberto e com funcionários 24 horas por dia pelas empresas militares e de segurança privada. O posto de controle possui ampla infraestrutura e é definido como terminal. Fechado para palestinos, com exceção de moradores de Jerusalém Oriental e portadores de permissão de entrada israelense, sujeito a inspeção.	Terminal
Posto de controle de Qafishah Shfelah	Hebrom	Equipe permanente	Militares	Ponto de verificação dentro de Hebrom	Instalado no início de 2017, a 50 metros da torre de guarda ao lado do prédio Qafishah, em uma das entradas do bairro de Tel Rumeideh. O posto de controle é vigiado 24 horas por militares e os palestinos só podem passar como pedestres. A infraestrutura do posto de controle é fortificada e inclui sala de triagem eletrônica, cerca e catraca, e é definida pelos militares como um “terminal com posição de triagem inteligente”.	Sala de triagem eletrônica/cerva/catraca/ “terminal com posição de triagem inteligente”

Polícia (Atirador) / Hebron DCO / Bab a-Zawiya (56)	Hebrom	Equipe permanente	Militares	Ponto de verificação dentro de Hebrom	Separa o bairro de Tel Rumeidah da Área H1, que está sob controle de segurança palestino. Equipado 24 horas por dia pelos militares. Palestinos permitidos apenas como pedestres. Fechado em alguns feriados israelenses, quando os colonos passam pela área. De outubro de 2015 a 2019, apenas os moradores de Tel Rumeideh foram autorizados a passar pelo posto de controle. Em 2019, os militares ampliaram e fortaleceram a infraestrutura do posto de controle, para incluir uma sala de triagem, uma sala de observação e quatro catracas. O posto de controle é definido pelos militares como um “terminal com uma posição de triagem inteligente”. Blocos de concreto também foram adicionados ao lado para impedir a passagem de veículos palestinos.	Sala de triagem/sala de observação/quatro catracas/ "terminal com posição de triagem inteligente"/blocos de concreto
Ofer - Jerusalém	Ramallah e al-Bira	Equipe permanente	Militares/segurança privada	Último posto de controle antes de Israel	Localizado na Rota 443. Equipado 24 horas por militares e empresas de segurança privada. Fechado aos palestinos, com exceção dos moradores de Jerusalém Oriental.	Não identificado
Ni'lin / Modi'in Illit	Ramallah e al-Bira	Equipe permanente	Segurança privada	Último posto de controle antes de Israel	Um ponto de passagem na Barreira de Separação. Equipado 24 horas por dia pelas empresas militares e de segurança privada. Fechado para palestinos, exceto para portadores de permissão de entrada em Israel.	Muro
Perto do Ponto de Verificação 160			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Cerca de tela de arame. Localizado perto do Checkpoint 160. Impede o acesso do sul de Hebron ao bairro de a-Salaimeh.	Cerca de malha de arame
Perto do posto de controle al-Awqaf/Tnuvah			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Porta de metal/cerca de malha de arame/cerca de arame farpado. Localizado perto do posto de controle al-Awqaf/Tnuvah. Impede o acesso entre o antigo mercado e a rua a-Sahlah.	Cerca de arame farpado/porta de metal/cerca de malha de arame
Nashash/Efrat Norte	Belém	Equipe intermitente	Militares	Ponto de verificação interno	Localizado na estrada para Belém. O posto de controle inclui uma torre de vigia equipada com quatro câmeras. A torre de vigia raramente é composta por militares. O posto de controle também inclui um portão do outro lado da estrada para Belém. Em raras ocasiões, os militares fecham o portão, mas geralmente está aberto.	Torre de vigia/quatro câmeras/portão
Nabi Yunis/Halhul-Sa'ir	Hebrom	Equipe intermitente	Militares	Ponto de verificação interno	Localizado no cruzamento Halhul-Sa'ir, na Rota 60. Inclui uma torre de vigia. Geralmente é aberto e raramente conta com militares, sem um horário definido.	Torre de vigia
Meitar	Hebrom	Equipe permanente	Não identificado	Último posto de controle antes de Israel	Um ponto de passagem na Barreira de Separação em um local onde corresponde à Linha Verde. Fechado para palestinos, exceto para portadores de permissão de entrada em Israel, e somente a pé.	Muro

Ma'ale Efrayim/Gittit	Nablus	Equipe intermitente	Militares	Ponto de verificação interno	Localizado a cerca de 100 metros a oeste do cruzamento da estrada de acesso à Rota 505. O posto de controle controla a entrada no Vale do Jordão. Intermitentemente composta por militares, sem horário definido. Quando com pessoal, a passagem de veículos palestinos é restrita, permitindo a passagem apenas para residentes palestinos do Vale do Jordão ou aqueles com permissões especiais, como palestinos empregados em assentamentos. Até outubro de 2012, a travessia de veículos palestinos no Vale do Jordão era restrita, e apenas veículos registrados para residentes do Vale do Jordão tinham permissão para atravessar.	Não identificado
Mazmuriyeh / a-Nu'man	Leste de Jerusalém	Equipe permanente	Polícia de Fronteira/segurança privada	Último posto de controle antes de Israel	Um ponto de passagem na Barreira de Separação. Equipado 24 horas por dia pela Polícia de Fronteiras e empresas de segurança privada. Fechado aos palestinos, com exceção dos moradores de Mazmuriyeh e Jerusalém Oriental.	Muro
Mash'had al-Arb'in (Tamar)	Hebron	Equipe permanente	Militares	Ponto de verificação dentro de Hebron	O posto de controle foi instalado em 2017 a aproximadamente 300 metros a leste do posto de controle de Qafishah, na área de Jabal a-Rahmeh. Equipado por militares 24 horas por dia e os palestinos são permitidos apenas como pedestres. A infraestrutura do posto de controle é fortificada e inclui dois portões eletrônicos, uma sala de triagem eletrônica e uma sala de controle, e é definida pelos militares como um "terminal com uma posição de triagem inteligente".	Dois portões eletrônicos/sala de triagem eletrônica/sala de controle/ "terminal com posição de triagem inteligente"
Macabim / Beit Sira	Ramallah e al-Bira	Equipe permanente	Segurança privada	Último posto de controle antes de Israel	Um ponto de passagem na Barreira de Separação. Equipado 24 horas por dia pelas empresas militares e de segurança privada. Fechado para palestinos, com exceção de moradores de Jerusalém Oriental e portadores de permissão de entrada em Israel.	Muro
Estrada Kiryat Arba 3			Não há		Muro de concreto/pilha de pedras. Localizado na estrada para Kiryat Arba. Impede o acesso ao bairro de a-Jaber.	Muro de concreto/pilha de pedras
Estrada Kiryat Arba 2			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Lajes de concreto / cerca de arame farpado. Localizado na estrada para o assentamento de Kiryat Arba. Impede o acesso do bairro de a-Rajabi, no sul de Hebron, ao bairro de a-Salaimeh.	Laje de concreto/cerca de arame farpado
Estrada Kiryat Arba 1			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Lajes de concreto / cerca de arame farpado. Localizado na estrada para o assentamento de Kiryat Arba. Impede o acesso do bairro de a-Salaimeh aos bairros do sul de Hebron.	Laje de concreto/cerca de arame farpado
Khuzak al-Far	חברון		Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Laje de concreto. Localizado na rua al-Qasaba (no antigo mercado). Bloqueia o acesso ao antigo mercado de vegetais, próximo ao qual foi estabelecido o assentamento de Avraham Avinu.	Laje de concreto
Khan Shahin 3	חברון		Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Lajes de concreto/porta de metal/cerca de arame farpado. Localizado na área de Khan Shahin do antigo mercado. Bloqueia o acesso ao antigo mercado de vegetais, próximo ao qual foi estabelecido o assentamento de Avraham Avinu.	Laje de concreto/porta de metal/cerca de arame farpado
Khan Shahin 2 (The Poultry Maket/Suk a-Dajaj)	חברון		Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Lajes de concreto / cerca de arame farpado. Localizado na área de Khan Shahin do antigo mercado. Reforçado por uma cerca de arame farpado. Impede o acesso à rua a-Shuhada.	Laje de concreto/cerca de arame farpado

Khan Shahin 1 (Harat al-Qazazin)	חברון		Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Cerca de tela de arame. Localizado em Khan Shahin, no antigo mercado. Impede o acesso de Khan Shahin a Beit Romano e à antiga estação central de ônibus.	Cerca de tela de arame
Kafr Qassem / Kafr 'Ein	Qalqiliya	Equipe permanente	Militares	Último posto de controle antes de Israel	Localizado na Rota 5. Equipado 24 horas por militares. Fechado para os palestinos.	Não identificado
Jericho East (em direção à Ponte Allenby)	Jericó	Equipe permanente	Não identificado	Ponto de verificação interno	O posto de controle está aberto e com funcionários 24 horas por dia. É usado por pessoas que viajam de e para a Jordânia através da Ponte Allenby. Os palestinos podem atravessar a pé. Não é permitida a travessia de veículos, exceto transporte público e veículos do corpo diplomático.	Não identificado
Jaljulyeh / HaPerot (Fruta) / 109	Qalqiliya	Equipe permanente	Segurança privada	Último posto de controle antes de Israel	Um ponto de passagem na Barreira de Separação. Equipado 24 horas por dia por empresas de segurança privada. Os palestinos não têm permissão para atravessar, com exceção dos moradores de Ras a-Tira, a-Dab'ah, Wadi A-Rasha, a-Ramadin e 'Arab Abu Farda, que são separados do resto da Cisjordânia por a Barreira de Separação e moradores de Qalqiliya que possuem terras na parte oeste da barreira.	Muro
Jalameh / Mqeibleh	Jenin	Pessoal permanente/bens	Segurança privada	Último posto de controle antes de Israel	Um ponto de passagem na Barreira de Separação. Equipado 24 horas por dia pelas empresas militares e de segurança privada. O posto de controle possui uma extensa infraestrutura, semelhante a um terminal. Fechado para palestinos, exceto para residentes de Jerusalém Oriental e palestinos com permissão de entrada em Israel. Eles estão autorizados a atravessar apenas a pé. Fechado também para israelenses, com exceção de palestinos que são cidadãos israelenses. Também usado para o transporte de mercadorias entre a Cisjordânia e Israel usando o método "back-to-back". O posto de controle abre às 5h para permitir a entrada de palestinos que trabalham em Israel; então, a partir das 8h, os veículos podem cruzar de Israel para Jenin. O posto de controle está fechado das 12h às 13h. Das 14h às 17h30, ninguém pode cruzar para Israel. Das 17h30 às 19h, as pessoas podem cruzar de Israel para Jenin, e os cidadãos palestinos de Israel podem retornar de Jenin para Israel. Durante os feriados muçulmanos, as restrições são aliviadas e o horário de funcionamento estendido, mas não de forma consistente.	Muro
Jaba'/a-Ram	Ramallah e al-Bira	Equipe intermitente	Militares	Ponto de verificação interno	Localizado entre a-Ram e Jaba'. Equipado pelos militares. Os passageiros que viajam para Ramallah são verificados; passageiros de Ramallah são verificados ocasionalmente.	Não identificado
Jabal a-Rahma			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Blocos de concreto. Localizado a nordeste de Jabal a-Rahma. Impede o acesso de veículos palestinos da Área H1 à área de Jabal a-Rahma.	Blocos de concreto

Ja'bri / al-'Ein al-Hamra / Gerador	Hebrom	Equipe permanente	Polícia de fronteira	Ponto de verificação dentro de Hebrom	Localizado ao norte de al-Haram al-Ibrahimi (Túmulo dos Patriarcas). Equipado 24 horas por dia pela Polícia de Fronteira. Fechado aos palestinos, com exceção de uma única família que mora no bairro de Ja'bri. Durante o mês do Ramadã, os militares às vezes permitem que os palestinos passem para al-Haram al-Ibrahimi (Túmulo dos Patriarcas).	
Irtah / Sha'ar Efrayim	Tulkarm	Equipe permanente	Segurança privada	Último posto de controle antes de Israel	Um ponto de passagem na Barreira de Separação. Equipado por empresas de segurança privada das 4h00 às 19h00. Fechado para palestinos, com exceção de palestinos com permissão de entrada em Israel.	Muro
Portão de ferro ao lado da torre militar Qafishah	Hebrom	Equipe permanente	Militares	Ponto de verificação dentro de Hebrom	Anexado a uma torre militar perto do Edifício Qafishah no bairro Jabal a-Rahmeh. Equipado 24 horas por dia por soldados. Verificações aleatórias de pessoas que passam. Os palestinos estão autorizados a cruzar entre a área H1 e Jabal a-Rahmeh apenas como pedestres.	Torre militar
Idhna	Hebrom	Equipe intermitente	Militar	Ponto de verificação interno	Localizado na Rota 35. O posto de controle inclui uma torre de vigia e um portão que geralmente está aberto e raramente com pessoal militar, sem horário definido.	Torre de vigia/portão
Huwarah	Nablus	Equipe intermitente	Militares	Ponto de verificação interno	Localizado na entrada sul de Nablus. Inclui uma torre de vigia que ocasionalmente é composta por militares e faixas separadas para pedestres e veículos. O posto de controle está aberto e raramente tem funcionários, sem um horário definido.	Torre de vigia
Hizma	Leste de Jerusalém	Equipe permanente	Polícia de Fronteira/segurança privada	Último posto de controle antes de Israel	Um ponto de passagem na Barreira de Separação, na Rota 437, a leste de Pisgat Ze'ev. A Polícia de Fronteiras e empresas de segurança privada trabalham 24 horas por dia. Fechado aos palestinos, com exceção dos moradores de Jerusalém Oriental e membros das famílias Khatib e 'Askar.	Muro
Halhul-Hebron/Rota 35	Hebrom	Equipe intermitente	Militares	Ponto de verificação interno	Localizado no cruzamento da Rota 60 e Rota 35. Inclui uma torre de vigia. O posto de controle geralmente é aberto e raramente conta com militares, sem um horário definido.	Torre de vigia
Gush Etzion	Belém	Equipe intermitente	Não identificado	Ponto de verificação interno	Localizado na Rota 60, entre Hebron e Belém. Inclui blocos de concreto, mas geralmente é aberto e raramente com pessoal, sem horário definido.	blocos de concreto
Quadrado Bruto			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Portão. Impede o acesso de veículos palestinos da Área H1 para a Área H2.	Portão
Givat Ha'avot			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Portão. Localizado a noroeste do posto de controle Givat Ha'avot/al-Muhwal. Impede a passagem de veículos palestinos, exceto os de moradores da área com licenças especiais.	Portão

Giv'at Ze'ev / al-Jib	Leste de Jerusalém	Equipe permanente	Polícia de Fronteira/segurança privada	Ponto de verificação interno	Travessia na Barreira de Separação, a oeste da vila de al-Jib. Equipe permanente da Polícia de Fronteiras e empresas de segurança privada. Fechado para palestinos que saem de Ramallah, com as seguintes exceções: 1) Residentes do bairro de al-Khalayleh de al-Jib, 2) Residentes de al-Jib que possuem terras no lado oeste da Barreira de Separação, 3) Residentes de a- Nabi Samwil para quem este é o único acesso a Ramallah e às aldeias do noroeste de Jerusalém, e 4) palestinos com permissão de trabalho para o assentamento de Givat Ze'ev. 5) Pessoal da ONU viajando em veículos da ONU. A partir de fevereiro de 2015, os moradores palestinos de Jerusalém Oriental estão autorizados a atravessar para Ramallah.	Muro
Giv'at Haavot / al-Muhwal	Hebrom	Equipe permanente	Militares	Ponto de verificação dentro de Hebrom	Localizado na entrada de Giv'at Ha'avot, um assentamento que foi declarado zona fechada por ordem militar. Equipado pelos militares. O posto de controle tem um portão para barrar a passagem de veículos palestinos, com exceção dos moradores da área de al-Muhawel, que possuem licenças especiais que lhes permitem passar em seus próprios carros. Outros palestinos podem atravessar apenas a pé.	Portão
Entrada para Qalqilyah	Qalqilya	Equipe intermitente	Não identificado	Ponto de verificação interno	Inclui uma torre de vigia, mas geralmente é aberta e raramente tem funcionários, sem horário definido.	Torre de vigia
Ein Gedi	Jericó	Equipe permanente	Segurança privada	Último posto de controle antes de Israel	Equipado 24 horas por dia pelas empresas militares e de segurança privada. Fechado para palestinos, com exceção de moradores de Jerusalém Oriental e portadores de permissão de entrada israelense.	Não identificado
Efrat / Wadi Rahal	Belém	Equipe permanente	Segurança privada de Efrat	Ponto de verificação interno	Localizado na estrada que leva ao assentamento de Efrat e às terras de propriedade dos palestinos de Wadi Rahhal. Equipado por guardas de segurança da Efrat. Aberto 24 horas por dia para israelenses. Fechado para os palestinos.	Não identificado
Diwan a-Rajabi (160)	Hebrom	Equipe permanente	Militares	Ponto de verificação dentro de Hebrom	Localizado entre os bairros próximos a al-Haram al-Ibrahimi (Túmulo dos Patriarcas) e os bairros ao sul do mesmo. Equipado 24 horas por dia pelos militares. Os palestinos são permitidos apenas como pedestres, e a passagem é proibida nos feriados israelenses. Em 2019, os militares ampliaram e reforçaram a infraestrutura – que inclui catracas e salas de triagem eletrônica – e acrescentaram uma cerca decorativa. Os militares agora definem o posto de controle como “um ponto de passagem com uma estação de triagem inteligente”.	Catracas/sala de triagem eletrônica/cerca decorativa/ "um ponto de passagem com uma estação de triagem inteligente"
Deir Nizam	Ramallah	Equipe permanente	Militares	Ponto de verificação interno	Um posto de controle erguido pelos militares no início de 2019 na entrada sudeste da vila de Deir Nizam, levando à Rota 450. O posto de controle inclui uma torre de vigia, uma cabine e blocos de concreto. Equipado 24 horas por dia pelos militares. A inspeção das pessoas que passam pelo posto de controle é realizada aleatoriamente.	Torre de vigia/cabine/blocos de concreto
Deir Ballut	Salfit	Equipe intermitente	Não identificado	Ponto de verificação interno	Inclui uma torre de vigia que ocasionalmente tem funcionários. O posto de controle em si geralmente é aberto e raramente possui funcionários, sem um cronograma definido.	Torre de vigia

Contêiner/travessia de Qidron/Wadi a-Nar	Belém	Equipe permanente	Não identificado	Ponto de verificação interno	Situado a leste de Abu Dis. Controla as viagens palestinas entre o norte e o sul da Cisjordânia. Inclui faixas de tráfego, estradas de acesso, picos de estrada, semáforos e sinais de trânsito.	Faixas de tráfego/estradas de acesso/picos de estrada/semáforos e sinais
Ponto de verificação 300	Belém	Equipe permanente	Militares/polícia de fronteira/segurança privada	Último posto de controle antes de Israel	Um ponto de passagem na Barreira de Separação entre Jerusalém e Belém. Equipado 24 horas por dia pelos militares, Polícia de Fronteiras e empresas de segurança privada. O posto de controle possui uma extensa infraestrutura e é definido como um terminal. Os palestinos não têm permissão para entrar em Jerusalém, a menos que tenham permissão de entrada em Israel ou sejam residentes de Jerusalém Oriental. Os ônibus turísticos israelenses estão autorizados a entrar em Belém somente através deste cruzamento.	Muro/terminal
Travessia comercial de Bitunya	Leste de Jerusalém	Pessoal permanente/bens	Não identificado	Último posto de controle antes de Israel	Um ponto de passagem na Barreira de Separação. Usado apenas para caminhões que transportam mercadorias de e para Ramallah, usando o método "back-to-back" entre a Cisjordânia e Israel. Aberto das 6h00 às 18h00	Muro
Bidu/Beit Iksa (Ras Bidu)	Leste de Jerusalém	Equipe permanente	Polícia de Fronteira/segurança privada	Ponto de verificação interno	Um ponto de passagem na Barreira de Separação, separando as aldeias de Bidu e Beit Iksa. Equipado 24 horas por dia pela Polícia de Fronteiras e empresas de segurança privada. A passagem é permitida a todos os residentes de Beit Iksa, alguns moradores de Bidu e moradores de Jerusalém Oriental.	Muro
Bet Yatir/al-Asaifer	Hebrom	Equipe permanente	Não identificado	Último posto de controle antes de Israel	Um ponto de passagem na Barreira de Separação, localizado próximo ao assentamento de Bet Yatir. Fechado para os palestinos, com exceção da família Abu Qabita que vive a oeste da barreira (eles também não têm permissão para atravessar para Israel).	Muro
Bet She'an-Bardala / O Vale do Jordão	Jenin	Pessoal permanente/bens	Segurança privada	Último posto de controle antes de Israel	Um ponto de passagem na Barreira de Separação. Equipado 24 horas por dia por empresas militares e de segurança privada. Fechado para palestinos, com exceção de moradores de Jerusalém Oriental que podem passar após uma inspeção completa. Durante certas temporadas agrícolas, os caminhões palestinos que transportam produtos agrícolas podem atravessar duas vezes por semana.	Muro
Beit Ummar	Hebrom	Equipe intermitente	Militares	Ponto de verificação interno	O posto de controle inclui uma torre de vigia e um portão. O posto de controle geralmente é aberto e raramente conta com militares, sem um horário definido.	Torre de vigia/portão
Beit Sira	Ramallah e al-Bira	Equipe permanente	Militares	Ponto de verificação interno	Localizado em uma estrada que leva à Rota 443, perto da vila de Beit Sira. Equipado pelos militares 24 horas por dia, das 7h às 20h. Os passageiros que viajam para Ramallah pela Rota 443 são inspecionados.	Não identificado
Beit Romano			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Laje de concreto. Localizado perto do assentamento de Beit Romano. Impede o acesso do Mercado de Ouro na Rua a-Shalaleh a Beit Romano.	Laje de concreto
Beit Jala DCO	Belém	Equipe intermitente	Não identificado	Ponto de verificação interno	Localizado no cruzamento entre Beit Jala e al-Walajah. Possui infraestrutura que inclui blocos de concreto, mas geralmente é aberta e com pessoal muito raramente, sem um cronograma definido.	Blocos de concreto

Beit Hadassah (a-Shuhada)	Hebrom	Equipe permanente	Militares	Ponto de verificação dentro de Hebrom	Equipado pelos militares. Com exceção dos alunos e professores da Escola de Qortoba, os palestinos não podem passar pela rua a-Shuhada. Um portão de metal no posto de controle impede a passagem.	Portão de metal/posto de controle
Beit Furik	Nablus	Equipe intermitente	Não identificado	Ponto de verificação interno	Localizado na entrada leste de Nablus. Inclui uma torre de vigia e um portão de metal. A torre de vigia tem funcionários permanentes, mas o posto de controle em si é aberto e raramente possui funcionários, sem horário definido.	Torre de vigia/portão de metal
Beit El DCO	Ramallah e al-Bira	Equipe intermitente	Militar	Ponto de verificação interno	Localizado na entrada noroeste de al-Birah e Ramallah. O posto de controle inclui blocos de concreto. Aberto 24 horas por dia e raramente com pessoal militar, sem horário definido.	Blocos de concreto
Beit Abu Rajab (Beit HaMachpela) 2			Não há	Bloqueio de estrada (Hebrom)	Lajes de concreto/blocos de concreto/porta de metal/cerca de arame farpado/cerca de malha de arame. Localizado perto de Beit Abu Rajab (O Túmulo da Casa dos Patriarcas). Impede o acesso à rua a-Sahlah, próximo ao Posto da Farmácia.	Lajes de concreto/blocos de concreto/porta de metal/cerca de arame farpado/cerca de malha de arame
Beit Abu Rajab (Beit HaMachpela) 1			Não há	Bloqueio de estrada (Hebrom)	Cerca de tela de arame. Localizado perto de Beit Abu Rajab (Beit HaMachpela). Impede o acesso à rua a-Sahlah, próximo ao Posto da Farmácia.	Cerca de tela de arame
Beit 'Ur al-Fauqa	Ramallah e al-Bira	Equipe permanente	Militares	Ponto de verificação interno	Localizado em uma estrada que leva à Rota 443, perto da vila de Beit 'Ur al-Fauqa. Equipado pelos militares 24 horas por dia. Os passageiros que viajam para Ramallah pela Rota 443 são inspecionados.	Não identificado
Beit 'Awwa	Hebrom	Equipe intermitente	Militares/polícia de fronteirs	Ponto de verificação interno	Equipado pelos militares e pela Polícia de Fronteiras. O posto de controle tem portões elétricos. Os palestinos podem atravessar a pé ou de carro. As inspeções são realizadas aleatoriamente.	portões elétricos
Baqah al-Gharbiyah / Nazlat 'Isa	Tulkarm	Equipe permanente	Militares	Último posto de controle antes de Israel	Um ponto de passagem na Barreira de Separação em um local onde a Barreira corre ao longo da Linha Verde. Equipado pelos militares das 05:00 às 22:00. Fechado para palestinos, com exceção de sete famílias palestinas que vivem a oeste da Barreira de Separação.	Muro
Bani Dar 3 (o antigo mercado)			Não há	Bloqueio de estrada (Hebrom)	Localizado no bairro de Bani Dar no antigo mercado. Porta metálica. Impede o acesso à rua a-Sahlah.	Portão metálico
Bani Dar 2 (o antigo mercado)			Não há	Bloqueio de estrada (Hebrom)	Placas metálicas. Localizado no bairro de Bani Dar no antigo mercado. Impede o acesso à rua a-Sahlah.	Placas metálicas
Bani Dar 1 (o antigo mercado)			Não há	Bloqueio de estrada (Hebrom)	Porta metálica. Localizado no bairro de Bani Dar no antigo mercado. Impede o acesso à rua a-Sahlah.	Placa metálica
Bab al-Khan			Não há	Bloqueio de estrada (Hebrom)	Porta metálica. Localizado na estrada do antigo mercado para Bab al-Khan. Impede a passagem entre essas duas áreas.	Portao metálico
Atarah	Ramallah e al-Bira	Equipe intermitente	Militares	Ponto de verificação interno	Inclui uma torre de vigia que é permanentemente composta por militares, mas o posto de controle em si é aberto e raramente com pessoal, sem horário definido.	Torre de vigia

Ari'el-Salfit	Salfit	Equipe intermitente	Militares	Ponto de verificação interno	Localizado na entrada norte de Salfit, ao sul da vila de Kifl Haris. Intermitentemente ocupado pelos militares. O posto de controle inclui um portão e uma cabine de guarda. Desde o início da segunda Intifada até setembro de 2011, os palestinos não foram autorizados a viajar na estrada que liga a cidade distrital de Salfit às aldeias ao norte dela. Os moradores das aldeias foram obrigados a fazer um longo desvio. Desde setembro de 2011, as restrições foram gradualmente levantadas e hoje veículos e pedestres palestinos podem atravessar o posto de controle.	Portão/cabine de guarda
Anata / al-Esawiyah	al-Quds	Equipe intermitente	Polícia de fronteira	Último posto de controle antes de Israel	Localizado no Eastern Ring Road (4370) inaugurado no final de 2018 e conectando a Rota 437 com a Rota 1 dentro de Jerusalém. A passagem de palestinos é proibida, exceto para aqueles com carteiras de identidade azuis. Equipe da Polícia de Fronteiras das 5h30 às 12h, horário em que o posto de controle fecha.	Não identificado
Ponte Alenbi	Jericó	Equipe permanente	Não identificado	Travessia de fronteira		Não identificado
al-Walajah / Malha / 'Ein Yalu	Belém	Equipe permanente	Militares/polícia de fronteira/segurança privada	Último posto de controle antes de Israel	Localizado na Linha Verde. Equipado 24 horas por dia pelos militares, Polícia de Fronteiras e empresas de segurança privada. Fechado aos palestinos, com exceção dos moradores de Jerusalém Oriental.	Não identificado
al-Qasabah/Suk Shahin	חברון		Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Porta metálica/lajes de concreto/blocos de concreto. Localizado entre a Casbah e o assentamento de Avraham Avinu.	Porta metálica/lajes de concreto/blocos de concreto
al-Mahkamah (a-Sahleh)	Hebrom	Equipe permanente	Militares	Ponto de verificação dentro de Hebrom	Localizado na entrada da rua a-Shuada. Permanentemente ocupado pelos militares; soldados impedem os palestinos de entrar na rua a-Shuada.	Não identificado
al-Kafriyat	Tulkarm	Equipe permanente	Militares	Último posto de controle antes de Israel	Localizado na Barreira de Separação. Equipado 24 horas por dia pelos militares. Fechado para palestinos, com exceção de agricultores com permissão de entrada na zona de costura (palestinos com permissão de entrada em Israel e não na zona de costura, não podem entrar).	Muro
al-Jab'a (perto de Surif)	Belém	Equipe permanente	Militares	Último posto de controle antes de Israel	Localizado na Rota 367. Equipado pelos militares 24 horas por dia. Fechado para os palestinos.	Não identificado
Escola Al-Ibrahimiya 2	חברון		Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Laje de concreto. Localizado atrás da escola al-Ibrahimiya na rua a-Sahlah. Impede o acesso ao bairro de Qeitun, que abriga cerca de 50 famílias palestinas. Os moradores do bairro devem caminhar cerca de dois quilômetros pelo bairro de Abu Sneineh para chegar à Cidade Velha e à rua a-Shuhada.	Laje de concreto
Escola al-Ibrahimiya 1	חברון		Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Barris. Localizado perto da escola al-Ibrahimiya. Impede a passagem entre a rua a-Sahlah e a rua a-Shuhada.	Barris
al-Hariqah			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Portão/blocos de concreto. Localizado no bairro de al-Hariqah. Impede o acesso de veículos palestinos ao bairro ou fora dele, para outros lugares da Área H2.	Portão/bloco de concreto

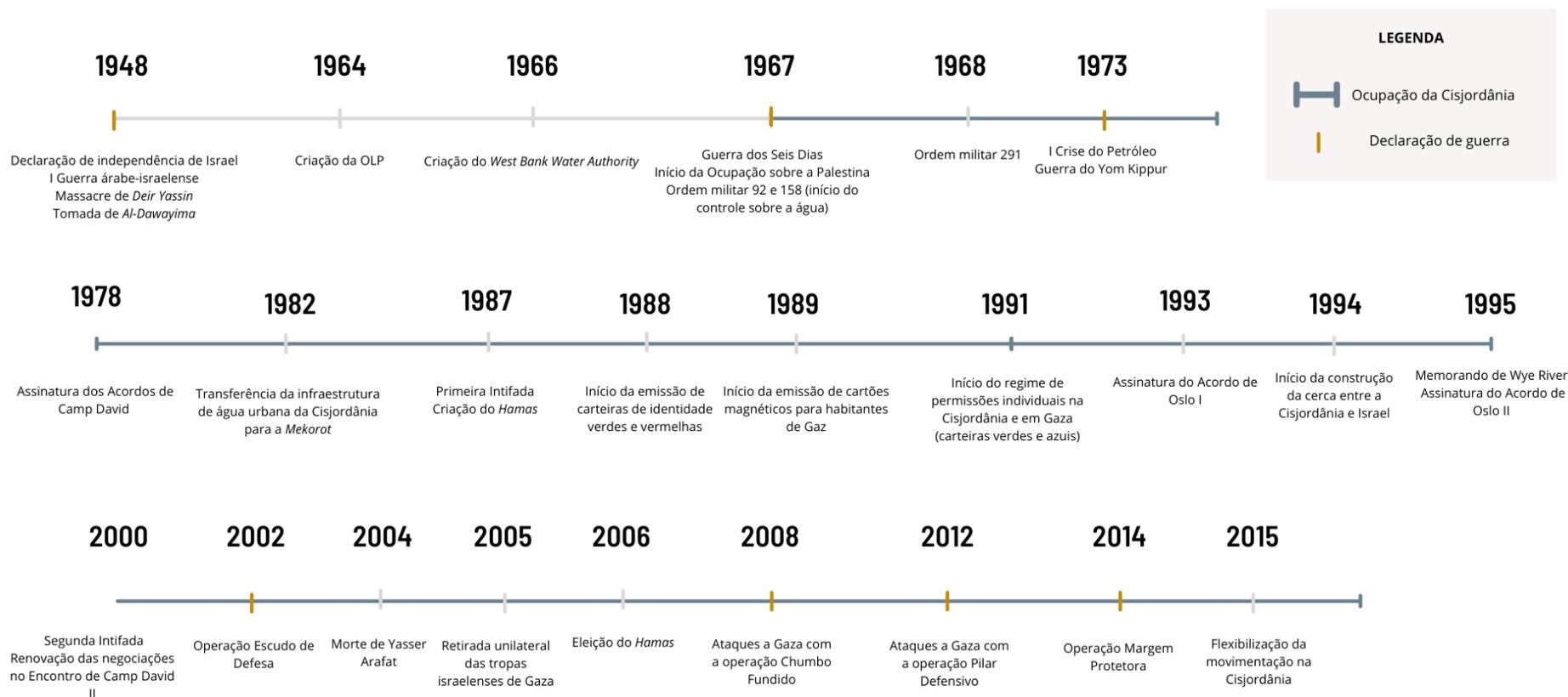
al-Haram al-Ibrahimi (O Túmulo dos Patriarcas)			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Portão. Localizado no lado norte do Túmulo dos Patriarcas (al-Haram al-Ibrahimi). Impede o acesso de veículos palestinos do bairro de al-Ja'bari ao complexo do Túmulo dos Patriarcas.	Portão
Al-Hamra	Jericó	Equipe intermitente	Militares	Ponto de verificação interno	Equipado pelos militares. Até outubro de 2012, veículos palestinos não tinham permissão para entrar no Vale do Jordão, com exceção de veículos registrados para residentes do Vale do Jordão. Até maio de 2015, o posto de controle funcionava 24 horas por dia; desde maio de 2015, o quadro de funcionários é intermitente.	Não identificado
Escola Al-Fihaa			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Porta metálica. Localizado perto da escola al-Fihaa. Impede o acesso da rua a-Sahlah ao sul de Hebron.	Portão metálica
al-Fawwar	Hebrom	Equipe intermitente	Militares	Ponto de verificação interno	Localizado na Rota 60, na junção al-Fawar-Dura. O posto de controle inclui uma torre de guarda e um portão de metal, mas geralmente é aberto e raramente é ocupado por militares. Quando o posto de controle está lotado, os transeuntes são verificados aleatoriamente. Na ocasião, os militares proíbem completamente a passagem de veículos.	Torre de guarda/portão de metal
al-Awqaf \ Tnuva	Hebrom	Equipe permanente	Militares	Ponto de verificação dentro de Hebron	Localizado perto da entrada do assentamento Avraham Avinu. Equipado pelos militares. Os palestinos não podem passar pela rua a-Shuhada.	Não identificado
al-'Arub	Hebrom	Equipe intermitente	Militar	Ponto de verificação interno	Há uma torre de guarda militar na entrada alternativa de al-'Arrub RC Os soldados raramente saem da torre e realizam inspeções.	Torre de guarda
Em frente ao posto de controle da padaria			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Porta de metal/cerca de malha de arame. Localizado em frente ao Bakery Checkpoint na rua a-Sahla. Impede o acesso desta área às casas palestinas no sul de Hebron.	Porta de metal/cerca de malha de arame
Em frente ao Checkpoint 160			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Lajes de concreto / cerca de malha de arame. Localizado em frente ao Checkpoint 160. Impede o acesso da junção Tareq Ben Ziad e da fábrica de azulejos.	Lajes de concreto/cerca de malha de arame
Bairro Abu a-Rish 3			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Laje de concreto. Localizado em um beco no bairro de Abu a-Rish. Impede o acesso do bairro à área ao redor do Túmulo dos Patriarcas (al-Haram al-Ibrahimi).	Laje de concreto
Bairro Abu a-Rish 2			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Blocos de concreto. Localizado na zona do Posto de Verificação da Farmácia. Originalmente instalado para impedir a passagem de veículos palestinos. Atualmente, embora os veículos já estejam impedidos de passar no Posto da Farmácia, a barreira não foi retirada.	Blocos de concreto
Bairro Abu a-Rish 1			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Um portão localizado no bairro de Abu a-Rish, ao sul do posto de controle da farmácia. A partir de setembro de 2019, o portão está aberto.	Portão
Abu a- Rish Bairro 4			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Cerca de arame farpado/porta de metal. Localizado no bairro de Abu a-Rish. Impede o acesso de pedestres de Abu a-Rish e outros bairros no sul de Hebron à área ao redor do Túmulo dos Patriarcas (al-Haram al-Ibrahimi).	Cerca de arame farpado/porta de metal

Abed / Túmulo dos Patriarcas - Sul	Hebrom	Equipe permanente	Polícia de fronteira	Ponto de verificação dentro de Hebrom	Localizado a aproximadamente 50 metros do posto de controle do Túmulo dos Patriarcas. Equipado pela Polícia de Fronteiras. Controla o tráfego na rua a-Sahleh e na área próxima ao Túmulo dos Patriarcas. Todos que passam pelo posto de controle são inspecionados. Ao lado do posto de controle há um portão fechado e blocos de concreto que impedem a passagem de palestinos para o prédio "Gutnick Center" dos colonos.	Portão fechado/blocos de concreto
a-Za'ayem - Cisjordânia	Leste de Jerusalém	Equipe permanente	Polícia de Fronteira/segurança privada	Último posto de controle antes de Israel	Ponto de passagem na Barreira de Separação, separando a-Za'ayem do resto da Cisjordânia (não incluindo Jerusalém). Equipado 24 horas por dia pela Polícia de Fronteiras e empresas de segurança privada. Inspeções aleatórias são realizadas daqueles que cruzam o posto de controle.	Muro
a-Za'ayem - Jerusalém	Leste de Jerusalém	Pessoal permanente/bens	Polícia de Fronteira/segurança privada	Último posto de controle antes de Israel	Ponto de passagem na Barreira de Separação, separando a-Za'ayem de Jerusalém. Equipado 24 horas por dia pela Polícia de Fronteiras e empresas de segurança privada. Os palestinos não têm permissão para atravessar, com exceção dos residentes de Jerusalém Oriental que têm permissão para atravessar, mas apenas de veículo.	Muro
a-Zaitun/Ras Abu Sbitan	Leste de Jerusalém	Equipe permanente	Polícia de Fronteira/segurança privada	Último posto de controle antes de Israel	Um ponto de passagem na Barreira de Separação, separando al-'Eizariyah do bairro de a-Tur e do resto de Jerusalém Oriental. Equipado 24 horas por dia pela Polícia de Fronteiras e empresas de segurança privada. Fechado para palestinos, com exceção de moradores de Jerusalém Oriental e portadores de permissão, que só podem atravessar a pé.	Muro
a-Tur	Nablus	Equipe intermitente	Militares	Ponto de verificação interno	posto de controle separa o Monte Grizim de Nablus. O posto de controle inclui uma torre de vigia, blocos de concreto e um portão de metal. Desde março de 2012, o portão costuma estar aberto, raramente com pessoal, sem horário definido, e as pessoas podem atravessar livremente. Anteriormente, o posto de controle era permanentemente ocupado por militares. Os samaritanos tinham permissão para atravessar o tempo todo, e os palestinos com permissão (13 famílias que vivem a leste do posto de controle) tinham permissão para atravessar em determinados momentos.	Torre de vigia/blocos de concreto/portão de metal
a-Taybah/Rimmonim	Ramallah e al-Bira	Equipe intermitente	Não identificado	Ponto de verificação interno	Localizado na Rota 457, no cruzamento da estrada de acesso à vila de a-Taybah e aos assentamentos Rimmonim e Ma'ale Adumim. Inclui uma torre de vigia. A torre de vigia tem funcionários permanentes, mas o posto de controle é aberto e raramente tem funcionários, sem horário definido.	Torre de vigia
a-Taybah / Sha'ar Efrayim	Tulkarm	Pessoal permanente/bens	Segurança privada	Último posto de controle antes de Israel	Um ponto de passagem na Barreira de Separação no local onde corresponde à Linha Verde. Usado para a passagem de mercadorias. Equipe de empresas de segurança privada das 7h00 às 14h30	Muro
Rua a-Shuada			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Cerca de arame/blocos de concreto. Localizado perto do estacionamento na rua a-Sahlah, na área do Túmulo dos Patriarcas (al-Haram al-Ibrahimi). Impede o acesso a uma antena de vigilância militar.	Cerca de arame/blocos de concreto

a-Sheikh Sa'ed	Leste de Jerusalém	Equipe permanente	Polícia de Fronteira/segurança privada	Último posto de controle antes de Israel	Um ponto de passagem na Barreira de Separação, na entrada de a-Sheikh Sa'ed. Equipado 24 horas por dia pela Polícia de Fronteiras e empresas de segurança privada. Fechado para palestinos, com exceção de moradores do bairro Jabal al-Mukabber e moradores de a-Sheikh Sa'ed com permissão de entrada. Ambos os grupos só podem atravessar a pé. Os residentes de Jerusalém Oriental que não moram em Jabal al-Mukabber podem entrar no Sheikh Sa'ed através do posto de controle, mas não podem sair de lá. Para deixar a-Sheikh Sa'ed, eles têm que passar pelo a-Zeitun ou pelo posto de controle a-Za'ayem.	Não identificado
Rua a-Shalaleh	Hebrom		Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Barris. Localizado no Complexo a-Shalaleh, impede o acesso de Bab a-Zawiyah à nova Rua a-Shalaleh.	Barris
a-Shalaleh al-Awsat (meio) 2	Hebrom		Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Porta de metal com cerca de malha de arame. Localizado na rua a-Shalaleh al-Awsat (Médio) impede. Composto por duas barreiras, separadas por 15 metros. Impede o acesso da rua a-Shalaleh al-Awsat ao assentamento de Beit Hadassah.	Porta de metal com cerca de malha de arame
a-Shalaleh al-Awsat (meio) 1	Hebrom		Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Porta de metal com cerca de arame farpado. Localizado na rua a-Shalaleh al-Awsat, impede o acesso ao assentamento de Beit Hadassah.	Porta de metal com cerca de arame farpado
a-Sawahrah a-Sharqiyah	Leste de Jerusalém	Equipe permanente	Polícia de Fronteira/segurança privada	Último posto de controle antes de Israel	Um ponto de passagem na Barreira de Separação. Ele separa a-Sawahrah a-Sharqiyah, a-Sawahrah al-Gharbiah e Jabal al-Mukabber do resto de Jerusalém Oriental. Equipado 24 horas por dia pela Polícia de Fronteiras e empresas de segurança privada. Fechado para palestinos, com exceção de 1.300 moradores que moram do outro lado da barreira e cujos nomes estão em uma lista no cruzamento e para moradores de Jabal al-Mukabber que podem atravessar a pé em sentido único, na direção a-Sawahrah a-Sharqiya. No início de 2014, a Polícia de Fronteira começou a permitir que os palestinos listados cruzassem em seus veículos em ambas as direções das 6h às 18h. e deve viajar para a-Zeitun Checkpoint.	Muro
Bairro a-Salaimeh			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Porta de metal/malha de arame/placas de metal. Localizado na entrada do bairro de a-Salaimeh. O portão está aberto das 7h às 22h ou 23h. Em alguns feriados judaicos, o portão não está aberto.	Porta de metal/malha de arame/placas de metal.
a-Salaimeh 4			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Lajes de concreto/blocos de concreto. Localizado no lado norte do bairro de a-Salaimeh. Impede o acesso ao bairro de Jaber e ao complexo do Túmulo dos Patriarcas do lado leste (al-Haram al-Ibrahimi).	Lajes de concreto/blocos de concreto
a-Salaimeh 3			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Laje de concreto. Localizado no lado norte do bairro de a-Salaimeh. Impede o acesso ao bairro de Jaber e ao complexo do Túmulo dos Patriarcas do lado leste (al-Haram al-Ibrahimi).	Laje de concreto
a-Salaimeh 2			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Placas metálicas. Localizado no lado norte do bairro de a-Salaimeh, perto da Barreira nº 28. Impede o acesso do lado leste do complexo do Túmulo dos Patriarcas (al-Haram al-Ibrahimi) aos bairros de a-Salaimeh e Gheith.	Placas metálicas

a-Salaimeh 1			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Barris. Localizado no lado norte do bairro de a-Salaimeh. Impede o acesso do lado leste do complexo do Túmulo dos Patriarcas (al-Haram al-Ibrahimi) aos bairros de a-Salaimeh e Gheith.	Barris
a-Sahlah 2			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Cerca de arame/blocos de concreto. Localizado perto do estacionamento na rua a-Sahlah, na área do Túmulo dos Patriarcas (al-Haram al-Ibrahimi). Impede o acesso a uma antena de vigilância militar.	Cerca de arame/blocos de concreto
a-Sahlah 1	חברון		Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Parede de cimento/porta de metal. Localizado na rua a-Sahlah. Impede o acesso ao bairro de Qeitun, que abriga cerca de 50 famílias palestinas. Os moradores do bairro devem caminhar cerca de dois quilômetros pelo bairro de Abu Sneineh para chegar à Cidade Velha e à rua a-Shuhada.	Parede de cimento/portão de metal
Jardim a-Sadaqa	חברון		Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Cerca de arame/portão de metal. Localizado perto do jardim a-Sadaqa no antigo mercado. Impede o acesso ao lado norte do complexo do Túmulo dos Patriarcas (al-Haram al-Ibrahimi).	cerca de arame/portão de metal
Edifício A-Rajabi	Hebrom	Equipe permanente	Militares	Ponto de verificação dentro de Hebron	Localizado no bairro de a-Ras. Equipado pelos militares. Soldados realizam verificações aleatórias, que foram intensificadas desde que os colonos foram autorizados a retornar ao prédio a-Rajabi em abril de 2014. Os palestinos só podem passar como pedestres. A infraestrutura do posto de controle inclui uma cabine de guarda e um portão trancado localizado a aprox. 30 metros de distância. O portão é aberto apenas para deixar passar os caminhões de lixo do município de Hebron.	Cabine de guarda/portão
Praça A-nabi Saleh (Halamish)	Ramallah e al-Bira	Equipe permanente	Militares	Ponto de verificação interno	Um posto de controle instalado pelos militares em 2017 na junção entre o assentamento de Halamish, a vila de a-Nabi Saleh e a Rota 465. O posto de controle inclui uma torre de vigia, uma cabine e blocos de concreto. Equipado pelos militares 24 horas por dia. A inspeção das pessoas que passam pelo posto de controle é realizada aleatoriamente.	Torre de vigia/cabine/blocos de concreto
a-Nabi Saleh	Ramallah e al-Bira	Equipe intermitente	Não identificado	Ponto de verificação interno	Inclui uma torre de vigia, portão de metal e blocos de concreto. A torre de vigia tem funcionários permanentes, mas o posto de controle é geralmente aberto e apenas ocasionalmente, sem horário definido.	Torre de vigia/portão de metal/blocos de concreto
a-Jaber 3			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Portão/blocos de concreto. Localizado no bairro de a-Jaber. Impede o acesso de veículos palestinos ao sul de Hebron.	Portão/bloco de concreto
a-Jaber 2			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Blocos de concreto. Localizado no bairro de a-Jaber. Bloqueia o acesso aos bairros de a-Salaimeh e Gheith e ao complexo do Túmulo dos Patriarcas (al-Haram al-Ibrahimi) do lado leste.	Blocos de concreto
a-Jaber 1			Não há	Bloqueio de estrada (Hebron)	Laje de concreto. Localizado no bairro de a-Jaber. Impede o acesso aos bairros de a-Salaimeh e Gheith e ao Impede o acesso ao lado leste do complexo do Túmulo dos Patriarcas (al-Haram al-Ibrahimi).	Laje de concreto

ANEXO B - Linha do tempo



Fonte: A autora, 2022